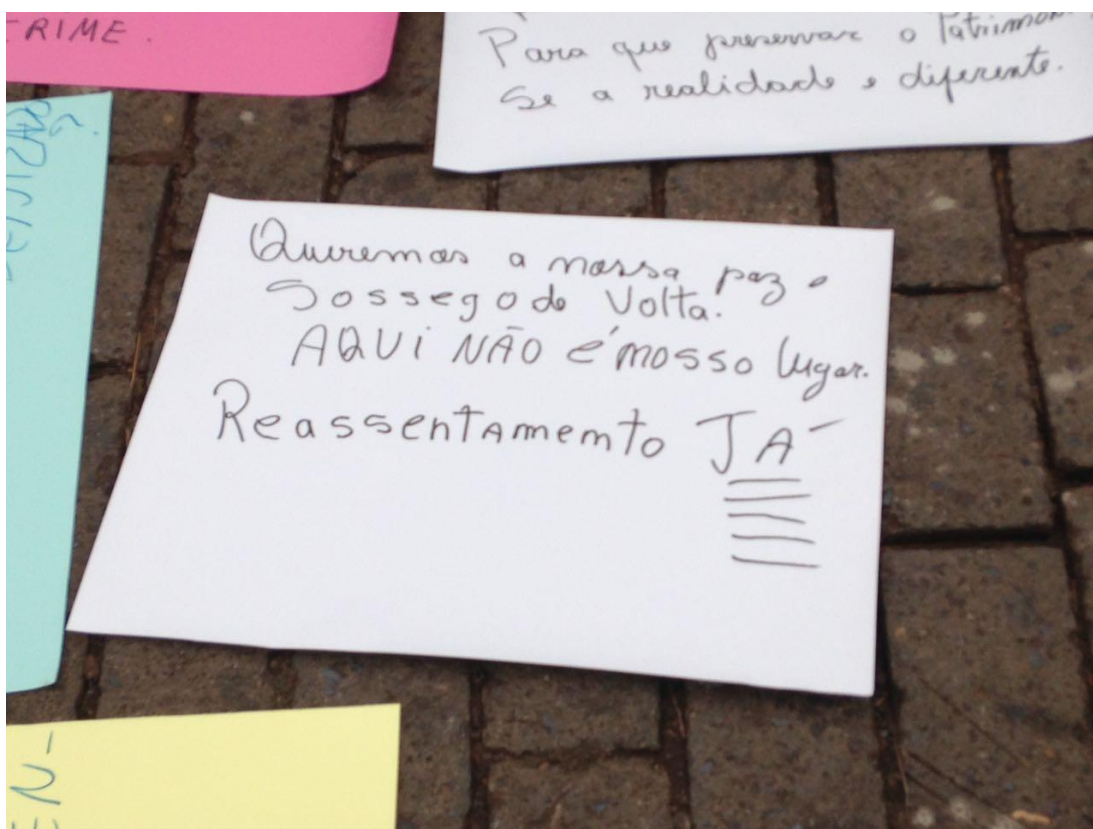


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Maryellen Milena de Lima

**“AQUI NÃO É O NOSSO LUGAR”:**

Efeitos socioambientais, a vida provisória e o processo de (re)construção de Paracatu de  
Baixo, Mariana/MG



Fonte: Arquivo Gesta, outubro de 2017.

**Belo Horizonte**  
**Dezembro/2018**

Maryellen Milena de Lima

**“AQUI NÃO É O NOSSO LUGAR”:**

Efeitos socioambientais, a vida provisória e o processo de (re)construção de  
Paracatu de Baixo, Mariana/MG

Monografia apresentada ao curso de Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Raquel Oliveira Santos Teixeira

**Belo Horizonte  
Dezembro/2018**

## AGRADECIMENTOS

Nossa, tenho muito a agradecer, muitos para agradecer. Primeiramente agradeço a Deus, porque sem fé não há esperança e sem esperança não se pode (sobre)viver. Agradeço aquela que nunca desistiu de mim, que está sempre do meu lado e é o meu amor maior, minha querida mãe. Aos meus irmãos, Larissa, Júlio e Lucas (que é meu cunhado, mas é feito irmão), que apesar dos desentendimentos estamos sempre juntos. Ressalto o agradecimento a minha irmã, pois sem a ajuda dela não teria chegado até aqui, então, obrigada e desculpa pelo trabalho todo. Agradeço a toda minha família que sempre esteve do nosso lado. Aos meus primos pelo incentivo e apoio. E principalmente minha prima Layla, uma mulher que admiro tanto e que sempre pude contar.

As minhas irmãs do coração: Quézia, Flaviane, Dayane e Kelly, só tenho a agradecer pelo amor e companheirismo durante esses mais de 15 anos de amizade. Agradeço também a Tamires e Silvia pela torcida e preocupação.

Joyce e Manu: lembro-me de nós três no quarto decidindo se iríamos fazer curso de inglês ou pré-vestibular. E decidimos iniciar esse processo juntas e posteriormente cada uma seguiu o seu caminho. Orgulho-me da gente!

Aos meus amigos e colegas da turma de 2013, foram tantos momentos inesquecíveis que compartilhamos e todos estão guardados no meu coração. Em especial Junia, Luciana, Jonathan e Bruno, obrigada pelo carinho, apoio, amizade, os admiro muito. Junia e Lu, um agradecimento especial, pois me ajudaram muito nessa caminhada, amo vocês!

Agradeço à minha orientadora Raquel pela sensibilidade, acolhida, conselhos, por acreditar em mim.

Agradeço à Andréa que esteve presente no meu percurso desde a feliz escolha do curso. Sinto-me muito afortunada pela oportunidade de fazer parte do Gesta por tanto tempo. O grupo me possibilitou o crescimento profissional, e, sobretudo o pessoal. Estou encerrando este ciclo com a certeza que fiz as melhores escolhas e que meu caminho foi bem percorrido. Obrigada pela confiança e por estar presente na finalização deste ciclo.

À Ana Flávia, obrigada pelo carinho e pelos ensinamentos. As três são mulheres inspiradoras!

Meus queridos amigos Gestas, sou imensamente grata a todos os momentos compartilhados. Sinto-me privilegiada de ter conhecido cada um de vocês, estarão sempre no meu coração. Os Gestas da minha primeira geração, cheios de “*atitude*”, quanta saudade do dia-a-dia com vocês: Bárbara, Marina Abreu, Bruninho, Léo, Hanna, Fernanda Borges, Lúnia, Laurinha, Yasmin. Os da segunda geração, sentirei muita saudade: Bia, Ilklyn, Jéssica, Flávia, Rafael, Max, Júlia, Thomás, Thaires, Matheus, Carlos. E os da minha terceira geração, que convivi menos, mas que já estão guardadinhos no coração: Mayana, Natália, Duda e Tales. Só tenho a agradecer mesmo por tornarem o percurso mais leve, por se tornarem amigos.

Ilklyn, meu amigo mais que querido e maravilhoso, só tenho a agradecer por ter me aguentado por tanto tempo (risos). Nem sei o que seria de mim sem você, amigo!

Jéssica, lindeza! Obrigada especial para tu que me ajudou tanto no percurso do trabalho. Não se esqueça de contar comigo quando estiver nesse processo.

Agradeço também a Clarissa e Maria Letícia pela acolhida em Mariana. Vocês são sensacionais!

Aos queridos amigos da SLU muito obrigada pela compreensão por todas as vezes que tive que me ausentar para ir aos campos em Mariana. Sempre me apoiaram e torceram por mim, estarão sempre no meu coração. Em especial ao meu amigo Sued que só me acrescentou nas conversas, debates e discussões, sentirei sua falta. Ah, também destaco os técnicos Henrique, Ivana e Sandrinha que sempre foram amáveis e compreensivos comigo.

Imensamente grata aos atingidos de Mariana, especialmente de Paracatu. Eu tenho um enorme carinho, admiração e respeito por cada um. Diante de todo o contexto de crise, sempre me acolheram. E de alguma forma quero permanecer na luta com vocês. Agradeço também aos assessores da Cáritas, que sempre me receberam de forma solícita. Em especial Paulinha e Hélio.

Agradeço também as agências de fomento à pesquisa: CNPq, Proex e FAPEMIG. Os programas, projetos e a disponibilidade de bolsas foram fundamentais para a minha permanência no Gesta.

## RESUMO

O modelo de desenvolvimento neoextrativismo no Brasil vem se concretizando a partir do processo de “*violência das afetações*”, que tem contribuído para a uma rápida transformação das economias locais e regionais, destruição de biomas e ecossistemas, deslocamento compulsório que subtrai modos de ser, fazer e viver singulares nos territórios. (ZHOURI et al, 2016). Diante deste contexto, o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, provocou danos incomensuráveis ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Entre esses efeitos provocados, está a destruição do território de Paracatu de Baixo, localizado em Mariana/MG. Desde os primórdios do desastre as vítimas são colocadas em mesas de negociações com as rés do processo (Samarco, Vale e BHP Billiton), perpetuando o desastre sob suas vidas. O reassentamento foi uma conquista através das lutas diárias, porém a morosidade em que o processo é conduzido coloca os atingidos em um cenário de incertezas quanto ao futuro. O presente trabalho tem como objetivo buscar analisar o processo de negociação do reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo, com intuito também de tratar da vida provisória dos atingidos no centro urbano de Mariana e seus efeitos comparados ao antigo modo de vida estruturado nos moldes do campesinato na localidade de origem.

**Palavras-chave:** Mineração, Desastre, Vulnerabilização, Deslocamento Compulsório, Reassentamento.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACP - Ação Civil Pública

ADIES - Área de Interesse Especial

ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual

ADR - Alternative Dispute Resolution

ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CHESF - Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco

Cimos - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social

GPS - Global Positioning System

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DHESCA - Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EIA/Rima - Estudo de Impacto Ambiental; Relatório de Impacto Ambiental

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEAM - Fundação Estadual de Meio Ambiente

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

GT - Grupo de Trabalho

LP - Licença Prévia

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

MAB - Movimento de Atingidos por Barragens

MovSAM - Movimento pelas Águas e Serras de Minas

MP - Ministério Público

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

MPF - Ministério Público Federal

PL - Projeto de Lei

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PLCI - Programa de Levantamento e Cadastramento dos Impactados

POEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEMAD - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRI - Superintendência de Projetos Prioritários  
TTAC - Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
URC - Unidade Regional Colegiada  
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Mapa das Minas. Fonte: Ibase, 2013.  
Figura 2. Croqui realizado e apresentado por Sr. J. Fonte: Arquivo Gesta, fevereiro de 2017.  
Figura 3. Localização das casas alugadas na cidade de Mariana. Fonte: Jornal “A Sirene – Para não esquecer”, Edição número zero, 2015, apud ZUCARELLI, 2016  
Figura 4. Disposição das pessoas na sala do GT. Fonte: Mayana Vinti. 11 abril de 2018.

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Foto 1. Parte da área destruída pela lama em Paracatu de Baixo. Fonte: Acervo Gesta, abril de 2017.  
Foto 2. Manifestação dos atingidos do lado de fora do Fórum de Mariana na Audiência de Conciliação. Fonte: Jornal *A Sirene*, outubro de 2017.  
Foto 3 e 4. Bar do Jairo. “Gurita” (Ponto de ônibus). Fonte: Acervo Gesta, Mapeamento Participativo em Paracatu de Baixo, abril de 2017.  
Foto 5. Registro encontrado na casa de uma moradora de Paracatu de Baixo durante o trabalho de mapeamento em seu terreno. Fonte: Acervo Gesta, abril de 2017.  
Foto 6. Igreja de Santo Antônio marcada pela lama. Fonte: Arquivo Gesta, abril de 2017.  
Foto 7. Manifestação em frente ao fórum de Mariana, outubro de 2017. Fonte: Jornal *A Sirene*, julho de 2018. Foto: Larissa Helena.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<i>O Início.....</i>	<i>11</i>
<i>Mineração e o Desastre da Samarco.....</i>	<i>13</i>
<b>CAPÍTULO 1 – MINERAÇÃO, VULNERABILIZAÇÃO E DESASTRE.....</b>	<b>17</b>
<i>1.1 Mineração e o “Processo de Vulnerabilização”.....</i>	<i>17</i>
1.1.1 Mineração, Desenvolvimento e Neoextrativismo.....	17
1.1.2 Vulnerabilização e Desastre.....	24
<i>1.2 “A gente não tinha ideia do que seria isso”.....</i>	<i>33</i>
<i>1.3 O desastre que persiste.....</i>	<i>40</i>
<b>CAPÍTULO 2: DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS EM PARACATU DE BAIXO E O VIVER PROVISORIAMENTE EM MARIANA.....</b>	<b>48</b>
<i>2.1 “Sabe uma coisa que eu quero marcar? A saudade que nunca acaba”.....</i>	<i>48</i>
2.1.1 Lugares de Memória e Religiosidade.....	48
2.1.2 A terra, a família e o trabalho.....	53
<i>2.2 A vida provisória em Mariana.....</i>	<i>61</i>
2.2.1 Os significados da casa.....	67
<i>2.3 Formas de (re)existir.....</i>	<i>71</i>
<b>CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE DE PARACATU DE BAIXO.....</b>	<b>77</b>
<i>3.1 “É como se tivesse dado uma pausa na nossa vida”: Morosidade e o jogo do empurra..</i>	<i>77</i>
3.1.1 Deslocamento Compulsório e Reassentamento.....	77
3.1.2 Morosidade e o jogo do empurra no reassentamento de Paracatu de Baixo.....	83
<i>3.2 “Descaso Planejado” no contexto do desastre.....</i>	<i>88</i>
<i>3.3 “Precisamos ir embora”.....</i>	<i>95</i>
3.3.1 Reassentamento rural e urbano, e o direito de arrepender-se.....	95
3.3.2 “A conquista ainda não saiu do papel”.....	100
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>103</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>107</b>

*“Quem tem culpa disso é a Samarco. Que foi a responsável, que deixou acontecer essa tamanha tragédia. Então, por favor, queremos nossas casas. Chega! Aqui não é o nosso lugar! Nosso lugar é Paracatu, Bento Rodrigues, Campinas, Borba e outros demais lugares. Então o nosso lugar não é aqui não. Precisamos de ir embora! Queremos nossas casas! Dois anos, não são dois dias não. Só falam que estamos na emergência, quando que vamos sair dessa emergência? Vai esperar quantos anos ainda? Precisamos de ir embora! Chega de tanta humilhação e tanta injustiça. (...) Nós não somos culpados pelo desemprego (...). Quem tem culpa do desemprego é a Samarco, ela que cometeu esse tamanho crime! Está todo mundo sem casa, sem teto para morar, vivendo de cartão sendo que todo mundo tinha sua renda, todo mundo trabalhava, todo mundo tinha sua casa, hoje nós não temos nada. Estamos ai na cidade, sem saber o que fazer, porque até hoje não temos resposta de nada! Nós queremos nossas casas, por favor, dois anos não são dois dias, que até hoje nada foi resolvido.” (Maria Geralda, atingida de Paracatu de Baixo, manifestação em frente ao fórum de Mariana, audiência do dia 05 de outubro de 2017, Jornal A Sirene).*

## *INTRODUÇÃO*

### *O Início*

Era uma manhã como as outras na escola onde estudava, no ensino médio, quando a professora de Biologia começou sua aula com uma carta alarmante. Se tratava de uma carta escrita por alguém do futuro, mais especificamente do ano de 2070 e anunciava as condições da vida humana no fim do mundo. Assim como colegas, fiquei assustada e alarmada. Decidi a partir daquele dia que faria faculdade de Biologia (assim como minha professora que nos leu a carta) e assim poder contribuir com a sobrevivência da humanidade, bem ingênua. Posteriormente, entrei no cursinho pré-vestibular para tentar uma vaga no curso de Ciências Biológicas na UFMG, até que me deparei com o inspirador Professor Marci, da Geografia. Este professor nos chamava a atenção para os conflitos ambientais na América Latina, e, sobretudo na região da Amazônia brasileira. Pronto! Decidi fazer Geografia. Mas, foi a partir de uma pesquisa sobre os cursos da UFMG que encontrei o curso de Ciências Socioambientais, e para além da descrição no site havia um vídeo da Professora Andréa Zhouri falando sobre a formação do profissional da área. Se tratava de um curso novo e com uma proposta inovadora, mas o mais importante: parecia ter sido feito para mim. Me encontrei neste momento. A jornada para entrar na UFMG não foi fácil, mas enfim em 2013 estava entre os aprovados para cursar Ciências Socioambientais.

O plano inicial era que eu me formaria e viajaria para o norte do país para trabalhar junto com povos tradicionais da região amazônica, que sofrem intensos conflitos ambientais e, em vários, casos são desterritorializados dos seus territórios. Porém, conheci pessoalmente a Professora Andréa, e conseqüentemente o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, o Gesta. O grupo foi criado em 2001 e realiza trabalho de pesquisa e extensão acerca dos conflitos ambientais do estado de Minas Gerais. A admiração com o trabalho do grupo só aumentava, e para além, a vontade de também fazer parte e contribuir de alguma forma com as lutas socioambientais enfrentadas no nosso estado. Entrei no Gesta em 2014, na época o trabalho do grupo estava focado para o caso do Projeto Minas-Rio, da mineradora Anglo American, no município de Conceição do Mato Dentro. O empreendimento minerário consistiu na implementação do “*maior mineroduto do mundo*”, com 525 km, que transporta o minério de ferro até o porto no litoral norte fluminense, além da mina e unidade de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas (MG) (MARTINS,

2014). Acompanhei alguns momentos do caso, e o mais marcante foi a Audiência Pública na URC de Diamantina/MG para a autorização da Licença de Operação (LO) do empreendimento, no dia 29 de setembro de 2014. Mesmo diante de inúmeras ilegalidades e “alegalidades” (GUDYNAS 2015/2016) em torno de todo o processo, além da escassez hídrica causada pelas obras nas comunidades rurais, a licença foi concedida. Enquanto os atingidos das localidades rurais do município de Conceição denunciavam a falta da água, o discurso desenvolvimentista justificava flexibilização de direitos e injustiças ambientais.

Devido também a atuação no caso de Conceição o grupo foi procurado por uma moradora do município de Ferros/MG, mais especificamente do distrito rural de Sete Cachoeiras, onde seus pais estavam sendo pressionados a aceitar a negociar a passagem de um mineroduto em seu terreno. A partir disso, começamos a trabalhar através da pesquisa e da extensão (conforme atua o Gesta desde sua criação) com o caso do projeto minerário Morro do Pilar(MG)/Linhares(ES), que na época pertencia a recém criada mineradora Manabi. O empreendimento prevê a construção de um mineroduto de 511 km, cortando 23 municípios mineiros e capixabas, além da mina em Morro do Pilar/MG e porto no município de Linhares (ES). Realizamos o trabalho no caso no âmbito do projeto de pesquisa *Nova fronteira minerária, land-grabbing e regimes fundiários: consequências socioambientais e limites da gestão de conflitos* (CNPq 445550/2014-7). Com isso, nossas idas a campo em Sete Cachoeiras, Cachoeira do Tenente e Barra do Mesquita (ambos localizados no meio rural de Ferros/MG, e afetados pelo empreendimento) eram para entender os processos históricos de ocupação e formação das localidades, para assim buscar analisar os possíveis efeitos da chegada do empreendimento na vida dos moradores.

A catástrofe socioambiental contida na carta lida pela Professora de Biologia, na verdade, não é algo para o futuro, mas está no presente e há bastante tempo. Porém, diferente do que nos foi apresentado por ela, determinados grupos sociais historicamente são vulnerabilizados pela segregadora ideologia do desenvolvimento. Conforme conclui Senna (2016): “*a modernidade produziu categorias de humano e sub-humano*” (p. 144), pois existem grupos sociais que são mais expostos a riscos ocasionados pela busca da modernização, em um cenário de intensas injustiças ambientais.

No dia 05 de novembro de 2015, ao final da tarde de reunião de quinta-feira no Gesta, fomos pegos com a arrasadora notícia do rompimento da barragem de Fundão em Mariana. As

primeiras imagens que circularam e que vimos foram as do distrito de Bento Rodrigues sob a “lama” de rejeitos minerários das mineradoras Samarco e Vale. Diante das imagens de devastação a certeza que pairou foi que não havia sobreviventes.

### *Mineração e o Desastre da Samarco*

Cacimba de Mágoa

Quem olha acima, do alto, ou na TV em segundos  
Às vezes vê todo mundo, mas não enxerga ninguém  
E não enxerga a nobreza de quem tem pouco, mas ama  
De quem defende o que ama e valoriza o que tem  
(...)

Mas o veneno e o atraso, disfarçado de progresso  
Que apodrece a nossa fonte e a nossa foz  
Não nos faz tirar os olhos do horizonte  
Nem polui a esperança que nasce dentro de nós  
(Gabriel O Pensador e Falamansa)

As atividades minerárias no território de Minas Gerais se realizam em um processo histórico de injustiças ambientais que regularmente são justificadas pela ideologia do desenvolvimento. Tal ideologia hegemônica invisibiliza diversidades socioculturais e acaba por impor um regime violento de exploração da natureza nos países considerados subdesenvolvidos. E a América Latina se encontra inserida nesse modelo exploratório que para atender a demanda crescente de matérias primas e bens de consumo das potências emergentes, se submeteu ao “*consenso de commodities*”<sup>1</sup> (SVAMPA, 2013). As consequências socioambientais nos territórios explorados são um conjunto de “*efeitos derrames*” (GUDYNAS, 2015/2016) que se materializam na intensificação da abertura de “*zonas de sacrifício*” (ZHOURI, 2016), onde novas fronteiras econômicas avançam bruscamente sobre territórios historicamente ocupados, atingindo, principalmente, grupos étnicos, comunidades tradicionais e campesinas. Sob o amparo do desenvolvimento sustentável, a exploração mineral continua elidindo formas de ser, fazer e viver nos territórios afetados, pois o modelo desenvolvimentista caminha do lado oposto da sustentabilidade. O discurso da “*mineração responsável e sustentável*” (ANTONELLI, 2009) acaba sendo uma estratégia para diluir dissensos. Com isso, o cenário de conflitos ambientais está se intensificando, obrigando grupos afetados a se adequarem ao paradigma do desenvolvimento

---

<sup>1</sup> “*consenso das commodities*” (Svampa, 2015): “a aposta numa economia baseada no agronegócio e na extração mineral, que tem como alicerce a exportação de bens primários, de baixo valor agregado, em larga escala, como via principal de acumulação, foi abraçada por governos, chefiados por partidos outrora socialistas, como era o caso do PT.” (LERRER & CARTER, 2017, p. 2)

sustentável. E esse paradigma considera que os danos ambientais causados pela exploração mineral são passíveis de resolução através da *modernização ecológica*. (ACSELRAD, 2002; MARTINEZ-ALIER, 1999; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Entre os efeitos que se derramam provocados pelo modelo do *neoextrativismo* (GUDYNAS, 2016; MILANEZ & SANTOS, 2013) está a flexibilização da legislação socioambiental para atender interesses de agentes do estado e das empresas, em detrimento das populações atingidas pelos empreendimentos minerários. Há um processo de vulnerabilização provocado desde a chegada dos projetos desenvolvimentistas que desproporcionalmente expõem a riscos determinados grupos sociais historicamente marginalizados. Assim, as “*violências das afetações*” perpassam pela expropriação de tais grupos dos territórios, pela supressão de economias locais e regionais, além da destruição de biomas e ecossistemas. (ZHOURI, 2018).

O desastre ocorre desde o dia 05 de novembro de 2015, quando a barragem de rejeito pertencente às mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton se rompeu e despejou milhares de metros cúbicos de rejeitos minerários ao longo da bacia do Rio Doce. Evidenciando o colapso da governança socioambiental brasileira. O risco de rompimento foi negligenciado por agentes estatais e corporativos, revelando, assim, a *indiferença social* (VALENCIO, N., 2009; 2014) com os grupos expostos. Desastre *sociotécnico* (ZHOURI et al, 2018) é um importante conceito que enfatiza que as causas do desastre não se restringem a erros técnicos, mas estão associados também às falhas da governança ambiental e ao *modus operandi empresarial* que expuseram e vulnerabilizaram as populações.

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão provocou danos incomensuráveis ao longo de toda a bacia do Rio Doce, e entre eles a destruição do distrito rural de Paracatu de Baixo, localizado em Mariana/MG. E diante de um dos maiores desastres socioambientais do mundo, as três empresas responsáveis e réis do processo são colocadas em mesas de negociações com os atingidos, como se fossem mais uma vítima das circunstâncias e onde todos são agentes que transacionam sob o esteio da “*harmonia coerciva*”<sup>2</sup> (NADER, 1994). Passados três anos da experiência de deslocamento compulsório, o *sofrimento social* das

---

<sup>2</sup> *Harmonia Coerciva*: conceito trago por Laura Nader (1994), para análise de uma técnica de harmonização usada para ‘conciliação’ em disputas que sempre envolvem desequilíbrio de poder, fazendo parte de uma política de pacificação das resistências.

vítimas de Mariana é intensificado não só pela ruptura dos modos de vida e territorialidades, mas pela dependência das instituições gestoras do desastre, o que inclui a Fundação Renova<sup>3</sup>.

O modo de vida da comunidade de Paracatu de Baixo se configurava em um conjunto de práticas do campesinato. A agricultura familiar tradicional envolvia três pilares indissociáveis presente na ética do campesinato: a *terra*, o *trabalho* e a *família* (WOORTMANN, 1990). O trabalho familiar dentro do *sítio camponês* (WOORTMANN, 1983) possibilitava o cultivo de plantações para autoconsumo da família e fazia parte das dinâmicas de reciprocidade entre os vizinhos e parentes. A forma que o território foi sendo ocupado é o que Almeida (2009) classifica de “*terra de herança*” ou “*terra de parente*”, se referindo a terrenos indivisos. Os terrenos se tornavam espaços de reciprocidade do núcleo familiar, e formava-se o que Galizoni (2005) e Oliveira (2008) identificam como “*terra no bolo*”. Se configurando, portanto, uma “*comunidade de parentes*” (WOORTMANN, 1990).

O deslocamento compulsório causado pelo desastre da Samarco ocasionou uma sequência de rupturas, que faz com que a “*vivência do desastre*” (VALENCIO, 2009) no centro urbano de Mariana seja marcada pelo contínuo processo de vulnerabilização. Viver no ambiente urbano que é distinto do lugar de morada, e ainda sem perspectiva de quando terão o direito de gerir a própria vida, ocasiona a desesperança, afetando a saúde da maioria dos atingidos. O reassentamento torna-se, então, a medida mais esperada para a retomada da vida. Porém, a morosidade com que é conduzido o processo coloca os atingidos em um lugar de incerteza quanto ao futuro, perpetuando o cenário de desastre.

O processo de reassentamento das comunidades de Paracatu de Baixo se realiza com uma dinâmica similar ao que Scott (2009) designou “*descaso planejado*” (SCOTT, 2009). Os atingidos são colocados em processo de negociações diárias (reuniões, assembleias, audiências, oficinas, etc) e o que se percebe, conforme discutirei ao longo deste trabalho, é a adequação dos novos lugares nas legislações municipais e ambientais, desconsiderando o direito à restituição integral da vida. Nesse contexto, a burocratização do processo produz o “*jogo do empurra*”, pois são diversas instituições envolvidas nas tratativas, tornando o

---

<sup>3</sup> Fundação criada no âmbito do TTAC (Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta/ “Acordão”) para atuar nas tratativas de reparação dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão.

processo moroso. Com efeito, direitos já conquistados (como o próprio reassentamento), com três anos de desastre, ainda não se encontram materializados.

O presente trabalho busca analisar o processo de planejamento do reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo, com intuito também de tratar da vida provisória dos atingidos no centro urbano de Mariana, seus efeitos comparados ao antigo modo de vida estruturado nos moldes do campesinato na localidade original. Para esta última análise foi essencial a participação no trabalho da “*Cartografia Comunitária*” realizado junto ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), no âmbito do projeto de pesquisa “*O desastre e a política das afetações: compreensão e mobilização em contexto de crise*” (FAPEMIG).

O trabalho da Cartografia Comunitária foi conduzido junto à moradores da comunidade atingida, e consistiu nas seguintes etapas: oficina para elaboração de croquis, desenhados pelos atingidos, que apontaram elementos familiares (casas, quintais e recursos) e coletivos (vizinhanças, áreas comuns de lazer, etc); visitas ao território original representado nos croquis acompanhados dos moradores para georreferenciamento e registro dos elementos indicados nos croquis; realização de nova oficina para apresentação e discussão do material coletado com vistas à elaboração de um boletim informativo para apresentação de elementos comunitários e de acervos familiares. Este processo permitiu evidenciar múltiplas afetações sobre seus territórios e modos de vida. O material dos acervos familiares produzidos teve como objetivo contribuir e subsidiar as discussões acerca da reparação de perdas e danos resultante do desastre. Portanto, a participação durante todo esse processo foi importante para a construção das análises contidas neste trabalho.



# ***CAPÍTULO 1 - MINERAÇÃO, VULNERABILIZAÇÃO E DESASTRE***

## *1.1 Mineração e o “Processo de Vulnerabilização”*

### **1.1.1 Mineração, Desenvolvimentismo e Neoextrativismo**

A exploração mineral no Brasil, sobretudo no estado de Minas Gerais, está presente desde o período colonial. Os movimentos de “conquistas dos sertões” no século XVIII para a descoberta e exploração de minerais, principalmente o ouro, provocaram o aprisionamento de indígenas e apropriação de suas terras. A gênese da ideologia “vocação minerária” do estado foi construída através da escravização de africanos para trabalhar nas minas e “por meio de intensos processos de expropriação, êxodo, escravização, aldeamento e morticínio dos povos indígenas que aqui habitavam” (CARNEIRO, 2016, p. 259). A expansão das atividades minerárias se estende também pelo século XIX, tomando novos formatos nos séculos posteriores, mas ainda atendendo demandas de potências capitalistas, mantendo a essência exportadora e causando incalculáveis danos ao meio socioambiental.

Segundo Carneiro (2016), a “industrialização tardia” de Minas Gerais culminou no esforço industrializante centrado na exportação de reservas de minérios de ferro e manganês, desencadeando o processo de territorialização do *complexo mínero-siderúrgico*<sup>4</sup> no estado. Tal projeto industrial foi mobilizado por elites políticas nacionais e locais, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros. Então, na década de 1930 se constituíram no estado o ferro e o aço, em 1941 é criada a cidade industrial de Contagem e, em 1942, nasce a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com capital federal. A CVRD passa operar no estado a exportação de crescentes volumes de minério de ferro, além de estimular a vinda de empresas do setor sidero-metalúrgico para a região hoje conhecida como “Vale do Aço” (CARNEIRO, 2016).

---

4 Segundo Carneiro (2016): “Esse complexo inclui um conjunto de atividades organicamente articuladas e inseparáveis, tais como a exploração das jazidas minerais, a deposição dos rejeitos, o beneficiamento dos minérios, a captação e bombeamento de grandes volumes de água, as atividades e infra-estruturas necessárias ao transporte dos minérios até os alto-fornos e/ou até os portos marítimos de exportação; o cultivo, corte e transporte de extensas monoculturas de eucalipto, donde se retira a biomassa cuja queima fornece o calor necessário à produção das ligas metálicas; a construção de grandes usinas de produção de hidroeletricidade e o provimento de linhas de transmissão para seu transporte; à edificação espacialmente concentrada de conjuntos de indústrias vinculadas à produção das ligas metálicas e, a partir delas, de chapas, perfis, tubos trefilados etc.” (pág. 261)

O processo de industrialização brasileiro esteve atrelado à ideologia desenvolvimentista criada pelo presidente da maior potência capitalista em 1949, primórdios da guerra fria. A partir deste contexto, os países do sul do globo terrestre são considerados subdesenvolvidos, acarretando na busca para corresponder a um único modelo modernizador. “*O desenvolvimento baseou-se exclusivamente em um único sistema de conhecimento, ou seja, aquele correspondente ao Ocidente moderno.*” (ESCOBAR, 2007, p. 34). A própria ideia de desenvolvimento se mostra colonizadora, pois parte-se do princípio de um único olhar sobre o mundo e com isso, as pressões do capitalismo internacional impõe um regime violento de exploração da natureza nos países considerados subdesenvolvidos. Isto se deve também a aceitação dos governos destes países do lugar de inferioridade e um poderoso discurso da necessidade de trilhar um caminho preciso para a modernização. Sendo que “*por mais de quarenta anos, o desenvolvimento foi uma arma na competição entre sistemas políticos.*” (SACHS, 2000, p. 13). De natureza etnocêntrica violenta, o desenvolvimento ainda tem a função que permite que qualquer intervenção seja justificada ou santificada em nome de um objetivo maior. (SACHS, 2000). A diversidade sociocultural encontra-se ameaçada por um projeto de homogeneização do mundo. A ideologia do desenvolvimento acaba por “*ocupar o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa*” (ESTEVA, 2000, p. 61) e promove injustiças e desigualdades. Diversos grupos sociais, sobretudo aqueles que possuem modos de vidas tradicionais, ficaram “*expatriados em seus próprios países*” e foram “*obrigados a viver precariamente em uma terra de ninguém, situada entre a tradição e a modernidade*” (SACHS, 2000, p. 14). O ônus produzido pelo modelo de desenvolvimento atinge determinadas populações, em um processo intenso de injustiças ambientais. Segundo Leroy (2011), trata-se de injustiça ambiental quando:

“Sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.” (LEROY, J., p. 1, 2011).

A aceleração da industrialização, vinculada ao setor mineiro-siderúrgico, no âmbito do neoliberalismo se intensificou em Minas Gerais na década de 1970. “Essa nova etapa do processo de industrialização tardia praticada em Minas alinhava-se diretamente ao modelo de modernização recuperadora e acelerada executada, em âmbito nacional, pela ditadura civil-militar.” (CARNEIRO, 2016, p. 262). Porém, segundo Carneiro (2016) devido à crise de superacumulação, desde a década de 1960, os níveis de produtividade para manter o lucro através da chamada “terceira revolução industrial” ficaram inalcançáveis para os países

periféricos. “As tecnologias então empregadas no complexo minero-siderúrgico de Minas Gerais tornam-se cada vez mais obsoletas” (CARNEIRO, 2016, p. 263). Consequentemente, no final da década de 1970, estes países mergulharam num longo processo de reprimarização e “desindustrialização endividada” (CARNEIRO, 2016).

A expansão do modelo extrativista neoliberal na década de 1990 como parte da reprimarização da economia, “processo caracterizado pela primazia da exportação de produtos com baixo insumo tecnológico agregado impulsionado por governos latino-americanos” (ZHOURI et al, 2016, p. 11), coloca a América do Sul em uma inserção subordinada nesse processo. (ZHOURI et al, 2016). A América Latina se torna “o principal destino dos investidores minerais em 2005, recebendo 23% do total mundial, concentrando fundamentalmente em quatro países: Brasil, Chile, Peru e México” (GODEIRO, N., 2007, p. 18). Em consequência, também ocorre à simplificação da economia voltada especialmente para a extração de produtos primários, enfraquecendo as economias em nível nacional, acarretando o aumento da competição entre tais países. (ZHOURI, 2016). Svampa (2013) denomina este novo contexto econômico e político-ideológico da América Latina como sendo “*consenso de commodities*”, que é “sustentado pelo boom dos preços internacionais de matérias primas e bens de consumo cada vez mais demandados pelos países centrais e pelas potências emergentes” (2013, p. 31).

A demanda Chinesa por recursos minerais ocasionou o aumento do crescimento na exportação de *commodities* minerais, e as atividades de extração provocam “assimetrias e profundas desigualdades nas sociedades latino-americanas” (SVAMPA, 2013, p. 31). O segundo ciclo histórico da mineração no Brasil se concentra na extração do “ouro negro”, ou seja, o minério de ferro.

“Nossa capacidade de exportação é de 35 milhões de toneladas métricas anuais de minério de ferro. Porém, chegamos ao incoerente e absurdo recorde de 400 milhões de toneladas métricas ao ano, o que derrota numa genuína elaboração desenvolvimentista qualquer forma de soberania nacional sobre o bem natural finito.” (COELHO, 2015, p. 13)

A multiplicação de empresas multinacionais no território brasileiro para a exploração de recursos primários continua a esteio do projeto desenvolvimentista, com a justificativa de ampliação do mercado de trabalho e um caminho necessário. São abertas novas “*zonas de sacrificio*”, ou seja, novas fronteiras econômicas que avançam bruscamente sobre territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais. (ZHOURI, 2016). O atual modelo de

mercantilização da natureza corresponde à reconfiguração do extrativismo, sendo entendido por diversos autores como *neoextrativismo*<sup>5</sup>. “O fenômeno vem sendo associado a diferentes tensões, sejam ligadas ao baixo crescimento econômico de longo prazo, sejam associadas a impactos sociais e ambientais diversificados.” (MILANEZ & SANTOS, 2013, p. 119). A exploração minerária, por se enquadrar neste processo, propicia acumulação de riqueza para as corporações engajadas e ocasiona danos socioambientais irreversíveis.

Gudynas (2016), em sua análise acerca do neoextrativismo, formula a noção de “*efeitos derrames*”, que são provocados por este modelo que se desenvolve em contextos de violência e violação de direitos. As empresas mineradoras contam com o amparo dos setores do Estado, o que ocasiona ‘efeitos derrames’ para além das consequências sociais e ambientais. (ZHOURI, 2018). Dentre os efeitos que se derramam está a flexibilização da legislação socioambiental para atender interesses das empresas, sobrepondo-se a outras territorialidades existentes nos locais de implantação das obras desenvolvimentistas. A “governança socioambiental” se encontra em um processo intenso de deterioração (ZHOURI, 2018). E a intensificação de investimentos extrativos minerais, sobretudo de minério de ferro, resultou na multiplicação dos conflitos ambientais<sup>6</sup> no estado de Minas Gerais.

“Estima-se que a produção mundial de minério de ferro, em 2005, tenha alcançado a ordem de 1,5 bilhões de toneladas. A produção brasileira alcançou a segunda posição no ranking mundial, com 281 milhões de toneladas.” (GODEIRO, N., 2007, p. 19,).

“Projetos industriais, concebidos no âmbito de uma política de desenvolvimento voltada para o crescimento econômico com ênfase na exportação, são concentradores de “espaço ambiental”, gerando, assim, conflitos sociais”. (OLIVEIRA & ZHOURI, 2005, p. 50). O “*espaço ambiental*” é aquele entendido como sendo um território geográfico utilizado por determinados grupos sociais para a reprodução das condições básicas de sobrevivência, e que, portanto, dependem da manutenção de um ambiente sadio (MARTÍNEZ-ALIER, 2002; OLIVEIRA & ZHOURI, 2005). Segundo o relatório Mapa das Minas (Ibase,2013) o terminal

---

5 O neoextrativismo é definido como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho. (MILANEZ & SANTOS, 2013)

6 Zhou e Laschefisk (2010) conceituam três tipos de Conflitos Ambientais. São estes: *Conflitos ambientais distributivos*: São aqueles relacionados à distribuição desigual dos recursos naturais. *Conflitos ambientais territoriais*: Os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais. *Conflitos ambientais espaciais*: O caráter espacial dos conflitos ambientais evidencia os conflitos causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água etc.

marítimo da Samarco Mineração S/A localizado em Ubu (ES), que ainda conta com duas usinas hidrelétricas que fornece 18,85% de energia elétrica para a mineradora, é fonte de graves conflitos na localidade (Ibase, registro de 2013). Região esta que historicamente sofre pela concentração de atividades das usinas de pelletização de minério e outros empreendimentos portuários, ameaçando o “espaço ambiental” das populações ribeirinhas. As reclamações e denúncias dos moradores giravam em torno da poluição de praias e lagoas, que conseqüentemente reduz o pescado e a agricultura, além dos efeitos da desorganização do lugar gerado pela chegada de trabalhadores atraídos pelas promessas de emprego. Além disso, os três minerodutos da empresa intensificam o problema da insegurança hídrica da região, tanto no que tange a quantidade quanto a qualidade das águas. (Ibase, Mapa das Minas, 2013).

No atual cenário, a “simplificação” do licenciamento ambiental, com a PEC 65/2012 (aprovada em abril de 2016) e a discussão acerca do Novo Código da Mineração poderão ampliar e/ou intensificar os conflitos e injustiças ambientais (ZHOURI et al. 2016). Uma das alterações realizadas pelo retrocesso da nova legislação do licenciamento ambiental é o “*licenciamento concomitante*”, que permite que duas licenças ambientais<sup>7</sup> sejam concedidas de uma só vez. O que acontecia recorrentemente eram licenças sendo aprovadas sem que as empresas cumprissem de fato as condicionantes da etapa anterior. Então, chegava ao final do processo de licenciamento as empresas conseguiam a licença de operar sem ter cumprido condicionantes determinadas nas licenças prévia e de instalação, pressupondo que as medidas exigidas seriam sucessíveis a mitigar e/ou compensar os danos socioambientais. O licenciamento concomitante extingue fases do processo, tornando a análise da viabilidade dos projetos cada vez mais precária. Outra novidade foi a criação da SUPRI (Superintendência de Projetos Prioritários), associada à SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) que concentra os projetos de interesse dito para o desenvolvimento social e do estado (Gesta, 2018). Mas, a criação da nova superintendência poderá acelerar os processos de licenciamento das determinadas obras minerárias, intensificando o sucateamento da política ambiental do estado. As flexibilizações estão se tornando legalidades e acabam retrocedendo os direitos socioambientais conquistados no período de redemocratização do país em 1988, e isso sendo justificado por uma ideologia desenvolvimentista injusta. Com isso, as novas 'legalidades' também intensificam os ônus

---

<sup>7</sup> Conforme a potencial poluidor/degradador o empreendimento deve passar por três fases de licenciamento. A Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO).

ambientais e riscos incalculáveis gerados pelas estruturas dos empreendimentos minerários, sobretudo, a grupos étnicos, camponeses e populações marginalizadas.

Regidos pela ideologia do “desenvolvimento sustentável”, os danos ambientais causados pela exploração mineral são considerados passíveis de serem resolvidos através da “*modernização ecológica*”<sup>8</sup> (ACSELRAD, H., 2002). Se trata de um “paradigma que pretende “adequar” o pleito socioambiental ao modelo clássico de desenvolvimento” (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p. 1.). A “mineração responsável e sustentável” (ANTONELLI, 2009) se tornou um poderoso discurso hegemônico, que apresenta-se como uma forma de apaziguar as denúncias acerca da degradação ambiental e violação de direitos humanos, sobretudo aqueles conquistados na década de 1990 de proteção a povos tradicionais no Brasil. A visão de meio ambiente, ou os tidos “recursos ambientais”, para a continuação do sistema capitalista contrapõe a visão de natureza de diversos grupos sociais que possuem também interação diferenciada com os meios em que vivem.

“Embora os peritos em recursos tenham chegado em nome da proteção da natureza, sua idéia de natureza contradiz profundamente a idéia de natureza concebida pelos aldeões. Natureza quando se torna objeto de política e planejamento, transforma-se em “meio ambiente”.” (ESTEVA, 2000, p. 127).

Segundo Antonelli (2009) o desenvolvimento sustentável produz intensa intervenções na cultura, “intervenções em expansão e disseminação aceleradas que colonizam representações sociais e suas legitimidades, produzem verossimilhanças, despertam e incitam desejos.” (p. 53). Com isso, há uma série de estratégias corporativas para a legitimação do idealismo da sustentabilidade no setor para obter uma espécie de “*licença social*” (ANTONELLI, 2009). As estratégias perpassam em um cenário atual de convocação a “mudança cultural” mediante a um aparente diálogo e construção de consenso, como se todos estivessem ocupando uma posição igualitária (ANTONELLI, 2009). Porém, na prática o que se concretiza é a criação de espaços burocráticos que desqualifica e silenciam sujeitos que possuem linguajares e expressões políticas diferenciadas daqueles técnicos, políticos e administrativos que são considerados os legítimos.

Há um processo de vulnerabilização experimentado por determinados grupos sociais historicamente marginalizados que são desproporcionalmente expostos a riscos provocados

---

<sup>8</sup> Para Acselrad (2002) a “*modernização ecológica*” se trata de “agir no âmbito da lógica econômica, atribuindo ao mercado à capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, “economizando” o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas.”

pela corrida à modernização. O que prevalece é o contexto de violência, conflitos e naturalização de injustiças ambientais para a consolidação de um modelo econômico. Esta violência perpassa por uma série de práticas identificadas em um *modus operandi* logo no início do processo de licenciamento ambiental de grandes obras. Santos (2014), ao identificar a “existência de estratégias e dispositivos comuns” praticados por empresas (mineradoras e de geração de energia), aponta para uma “*dupla configuração*”. A primeira delas se trata da “*economia da verdade*”, onde se é produzida formalmente uma legalidade (fruto de processos jurídicos-administrativos) que é garantida por uma série de flexibilizações das normas ambientais nos processos de licenciamento. E a construção desta legalidade se faz através do saber técnico, que restringe e homogeneiza a realidade sociocultural nos estudos de impacto ambientais (EIA/Rimas). Estes estudos se pautam na lógica do “paradigma da adequação<sup>9</sup>”, uma vez que não é analisada de fato a viabilidade dos projetos (ZHOURI et al, 2005). Os estudos também são instrumentos insuficientes para abordar todos os danos socioambientais dos empreendimentos ditos desenvolvimentistas, além de subdimensionar e minimizar impactos negativos, e ocultar a existência de populações e indivíduos atingidos. A segunda configuração identificada por Santos (2014) se encontra em um “conjunto de práticas” adotadas por agentes diretos e/ou indiretos ligados aos empreendedores que se configura em uma verdadeira prática da violência de “*encurralamento*”. (SANTOS, 2014). A aliança entre grupos empresariais e oligarquias regionais, sob amparo de interesses partidários e saber-fazer técnico-científico hiperfinanciado e alienado estabelece processos decisórios nocivos, indo contra a clamores sociais (ZHOURI, 2014).

As práticas do neoextrativismo se concretizam a partir do processo de “*violência das afetações*” (ZHOURI et al, 2016), onde uma série de dinâmicas interligadas são definidas fora das localidades, mas que são materializadas nos territórios (ZHOURI, 2018). “As *violências das afetações* implicam em expropriação, na destruição de biomas e ecossistemas, na eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados” (ZHOURI, 2018, p. 10). Assim, a consolidação do modelo de “*desenvolvimento neoextrativismo*” (ANTONELLI, 2009) no Brasil vulnerabiliza determinadas populações, acarretando a destruição de comunidades inteiras através, por

---

<sup>9</sup> Paradigma da Adequação Ambiental: “(...) as medidas de compensação e de mitigação, na verdade, destinam-se tão somente a descobrir maneiras pelas quais o meio ambiente e suas complexidades socioculturais e naturais serão adequadas ao projeto técnico a fim de que este seja aprovado”. (ZHOURI et al 2005, pág., 100).

exemplo, de desastres. Como é o caso do rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, que será discutido a seguir.

### 1.1.2 Vulnerabilização e Desastre

No dia 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeito de Fundão se rompeu no município de Mariana (MG), despejando cerca de 50 milhões de metros cúbicos de resíduos minerários soterrando nascentes e atingindo um dos principais corredores hídricos do sudeste brasileiro, o Rio Doce. Foram cerca de 800 km transformados em mar de lama entre Minas Gerais e o estado do Espírito Santo, chegando ainda à ilha de Abrolhos, no sul do litoral da Bahia. (CERQUEIRA & ALEIXO, *Jornal A Sirene*, 2017). Configurando-se no maior desastre da história do país. Pertencente à mineradora Samarco Mineração S/A, que tem o capital controlado pelas corporações Vale S.A e BHP Billiton Brasil Ltda (cada uma detentora de 50% das ações da companhia), a tragédia acarretou dezenove mortes de imediato e incomensuráveis danos socioambientais ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Dentre os efeitos do rompimento da barragem, comunidades ribeirinhas, camponeses, indígenas, quilombolas, perderam “seus territórios enquanto fonte de reprodução social, cultural e econômica” (ZHOURI et al, 2016), causando também gravíssimos problemas de abastecimento de água em diversas localidades. Além da destruição dos territórios de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, ambos localizados no estado mineiro.

Logo nos primórdios do rompimento da barragem, as explicações sobre as causas da tragédia giraram em torno de abalos sísmicos registrados na região pelo Observatório sismológico da UnB (MORAES, 2015), com efeito de tornar o desastre como sendo consequência de um fenômeno natural. Porém, desastres se diferem de fenômenos naturais (de ordem física, geofísica, biológica), pois só há desastre quando ocorre situações de vulnerabilidade social. “*Ser vulnerável a um fenômeno natural é ser suscetível de sofrer danos e ter dificuldade de se recuperar dele.*” (ROMERO & MASKREY, 1993, p. 8). Os desastres não se restringem a acontecimentos provocados por fenômenos naturais, eles são frutos da produção da vulnerabilidade que reforça desigualdades sociais. E no caso do rompimento de Fundão, o que deflagrou o desastre não foi fenômeno de ordem natural, como abalos sísmicos, mas sim a conjuntura sociopolítica-econômico que negligencia riscos e vulnerabiliza populações.



“*Desastre tecnológico*” foi uma importante denominação, na época, para abranger mais o leque das causas, efeitos e danos provocados pelo rompimento da barragem. Pois, esta interpretação não considera apenas os ‘impactos’ físicos da tragédia. A classificação trazida pela crítica considera que “um desastre [é] atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes.” (ZHOURI et al, 2016, p. 37. Grifos acrescidos). Contrapondo com a classificação de “natural”, “acidente”, “fatalidade” trazida pela Samarco e pelo governo de Minas Gerais, na tentativa de colocar as empresas como mais uma vítimas das circunstâncias, fato que pode ser observado na coletiva de imprensa realizada com o Governador do estado, Fernando Pimentel, na sede da Samarco em novembro de 2015.

Acselrad (2006) diferencia a condição de vulnerabilidade como sendo uma relação e a vulnerabilização como um processo. A condição de vulnerabilidade se realiza devido à exposição de riscos/agravos ou a chance de proteção contra ele se faz de forma desigual na sociedade. Regularmente, as tratativas advindas do Estado são pautadas através da ótica da incapacidade dos sujeitos da autodefesa. Com isso, a resposta dada pelo Estado diante aos vistos como vulneráveis são ““defesas contra os danos”, “capacidade de controlar as forças que modelam seu destino” “aumento no seu capital social e cultural”, sempre uma suplementação de uma carência e não uma ação sobre o processo de vulnerabilização”. (ACSELRAD, 2011, p. 3). Tratar a vulnerabilidade como a condição de destituição do indivíduo da capacidade de se defender tem como consequência retirar de pauta à discussão acerca dos mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis. Com isso, o autor analisa que a condição de vulnerabilidade está atrelada ao processo de vulnerabilização de determinados segmentos sociais. O processo de vulnerabilização foca-se nos mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis, retirando a sua capacidade de se defender, a qual “é fundamental do ponto de vista da constituição de sujeitos coletivos” (ACSELRAD, 2006, p. 2.), sobretudo, quando estes se encontram “em confronto com as obrigações públicas que lhes são devidas como direitos e que devem, em primeiro lugar, ser cobradas”. (ACSELRAD apud SIENA, 2012, p. 203). Determinados grupos sociais em contexto de injustiças ambientais são expostos a riscos, estes que estão sendo negligenciados também pelas instituições públicas responsáveis por garantir a segurança aos cidadãos. “A viabilização da atribuição desigual dos riscos encontra-se na suposta fraqueza política dos grupos sociais residentes nas áreas de destino das instalações perigosas”. (ACSELRAD, 2002, p. 53). E segundo Acosta (2005,

apud VALENCIO, 2014, p. 32) os desastres derivam “de riscos produzidos num processo histórico, no bojo do qual se consolidam modelos de desenvolvimento que reforçam as desigualdades sociais, perpetrando políticas de *human insecurity*”. Com isso, a vulnerabilização das populações atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão foi produzida desde a chegada do complexo minerário da Samarco.

O desastre do rompimento da barragem de Fundão vai ainda além de falha humana, negligência, erro, intenção, como é proposto pela classificação do “desastre tecnológico”. Zhouri (et al, 2018) propõe a classificação de “*sociotécnico*” para o desastre da Samarco. A classificação enfatiza que se trata de um “processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco.” (ZHOURI, 2018, p. 40). Com isso, entende-se que o rompimento da barragem de Fundão ocorreu devido ao “*modus operandi empresarial*” em conjunto com a atuação do poder público, geraram um processo de vulnerabilização que deflagrou o desastre.

O distrito de Bento Rodrigues está localizado cerca de 6 km da barragem que se rompeu, e teve o seu território devastado pela lama. Os moradores de Bento já apresentavam desconfianças acerca da segurança das barragens da Samarco, mesmo antes do rompimento de Fundão. Porém, nas reuniões realizadas na comunidade, os técnicos da mineradora afirmavam segurança das estruturas.

“Antes de tudo acontecer a gente tinha reuniões constantemente com a empresa. A empresa sempre assegurava que não havia problema, que a barragem era monitorada 24 horas por dia e que a gente podia dormir despreocupados. Graças a Deus quando aconteceu estava todo mundo acordado.” (Mônica, de Bento Rodrigues, reunião de Grupo de Trabalho de reassentamento, 12 de abril de 2017).

O medo e a insegurança dos moradores de Bento foram completamente ignorados. Os riscos também eram conhecidos por órgãos ambientais, pois o laudo realizado pelo Instituto Prístino, solicitado pelo MPMG em 2013, alertava para a existência de problemas na barragem. O laudo sinaliza a instabilidade da barragem devido à sobreposição de áreas diretamente afetadas de Fundão e da Pilha de Estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale.

Esta situação é inadequada para o contexto de ambas estruturas, devido à possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos. Embora todos os programas atuem na prevenção dos riscos, o contato entre elas não é recomendado pela sua própria natureza física. (Laudo Técnico do Instituto Prístino, 2013, p. 3).

E mesmo assim nenhuma medida foi realizada. Pelo contrário, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) em seu relatório anual sobre barragens do estado de Minas Gerais considerou Fundão estável. Tanto a FEAM quanto o DNPM<sup>10</sup> (órgãos responsáveis pelo monitoramento e a fiscalização de barragens) não foram capazes de garantir segurança mínima às populações e aos ecossistemas localizados a jusante das três barragens da Samarco (Germano, Fundão e Santarém). Ademais, estima-se que os impactos socioambientais pretéritos provocados pela Samarco não tenham recebido as devidas sanções. (COELHO, et al, 2016).

“(...) os modos efetivos de fiscalização, controle e punição estatais tendem a estimular ainda mais as práticas operacionais irregulares e ilícitas, sobretudo porque as condições de fiscalização periódica dos órgãos ambientais são deficitárias técnicas e economicamente, além de politicamente orientadas.” (COELHO, et al, 2016, p. 29).

O rompimento da barragem de Fundão não é um caso singular. Desde 1986 já ocorreram outros seis rompimentos no estado de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2015). Há ainda 50 barragens avaliadas sem garantia de estabilidade (PARREIRAS, 2018). O “*modus operandi empresarial*”, que externaliza os custos operacionais, somado aos procedimentos de monitoramento precários expõe ao risco e, conseqüentemente, ao desastre as populações que vivem próximas aos empreendimentos (COELHO, et al, 2016). Assim, que o ônus causado pelo empreendimento desenvolvimentista recai para aqueles que não se beneficiam da atividade considerada necessária, havendo uma desproporcionalidade na distribuição das ameaças.

“A assimetria de acesso às informações, às tecnologias adaptativas e à capacidade de deslocamento e inserção em territórios circunstancialmente mais seguros cria distinções significativas entre os que produzem os riscos e os que estão mais expostos aos mesmos.” (VALENCIO, 2009, p. 4).

O complexo Mina Alegria é formado por uma cadeia de produção e logística da empresa que envolve minas, usinas de beneficiamento, minerodutos e terminal portuário, que vem produzindo efeitos socioambientais negativos ao longo do tempo. Compõe o complexo quatro minas (Alegria Centro, Alegria Sul, Alegria Norte e Germano), localizadas nas cidades de Mariana e Ouro Preto/MG. O rejeito é concentrado na unidade de Germano que possuía três barragens: a de Germano, Santarém e Fundão. (Ibase, 2013). O complexo minerário conta com quatro usinas de pelotização no município de Anchieta/ES que é interligado a três minerodutos com aproximadamente 400 quilômetros de extensão cada um, além do terminal marítimo próprio, onde escoa a produção para cerca de 19 países. (MIRANDA et al, 2017).

---

10 Departamento Nacional de Produção Mineral

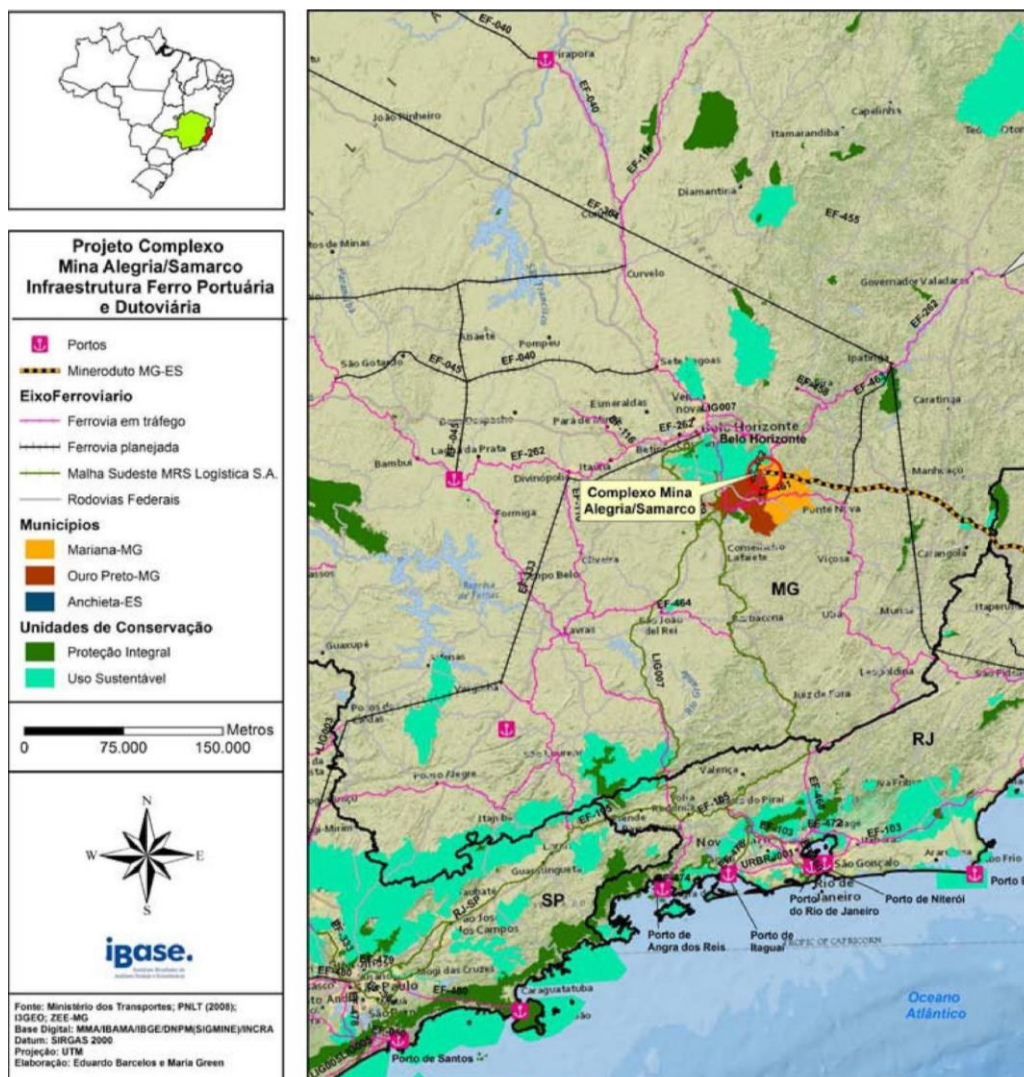


Figura 1. Mapa das Minas. Fonte: Ibase, 2013.

Entre os efeitos gerados pelo empreendimento da Samarco destaca-se o processo de *encurralamento* do distrito de Bento Rodrigues e outras localidades do entorno, que ficaram cercados pelas atividades minerárias.

A minha relação com a Samarco começou em 1976. Nessa época, eu e minha família morávamos na Vila de Alegria, vizinha da unidade da Mina de Germano. Meu pai, era funcionário da empresa Samitri (atualmente ValeS/A, acionista da Samarco), e utilizava uma estrada antiga que dava acesso a Bento Rodrigues, passando pela Fábrica. (...) A estrada que utilizamos foi eliminada para a construção das barragens de Germano (1977), Santarém (1995) e Fundão (2007). Recordo que antes da Samarco tínhamos o direito de ir e vir. Porém, posteriormente, passou a ser comum termos que cavar para transitar, pois a empresa começou a fechar a estrada com “montanhas” de terra, valas e cercas. (Depoimento de Mauro, atingido de Bento Rodrigues, ao jornal A Sirene, ed.: junho de 2016)

Violado também o direito à informação, a maioria dos moradores das localidades atingidas (de Mariana/MG à Regência/ES) não conheciam os riscos a que estavam expostos, e nem sequer sabiam da existência da barragem. “No dia 05 de novembro que eu fui ficar sabendo da existência dessa barragem, eu não sabia. (...) Por que não tinha nenhum sistema de alerta, não tinha nada de informação para gente.” (Maria do Carmo, moradora de Paracatu de Cima, depoimento na Coletiva de Imprensa do dia 20 de setembro de 2017). A vulnerabilização vem sendo produzida já no processo de licenciamento ambiental que é sempre assimétrico e de difícil acesso aos comunitários, com EIA/Rimas supostamente técnicos e volumosos que dificultam o entendimento das pessoas. O direito de saber é suprimido, além de ser negado o direito de dizer não aos projetos desenvolvimentistas. O licenciamento ambiental da barragem de Fundão se iniciou em 2005 e a licença de operação foi concedida em 2008. Segundo Coelho (et al, 2016), o EIA/Rima da barragem possuía sérios erros técnicos, além de omissão no quesito dos impactos causados em localidades fora das “áreas de influência” ou direta e indiretamente afetadas preestabelecidas tecnicamente.

“Fundão era a única das três alternativas locacionais que produzia impactos e efeitos cumulativos diretos sobre as barragens do Germano e Santarém, podendo gerar um efeito dominó no rompimento, além de ser a opção que drenava em direção a comunidade de Bento Rodrigues, ampliando ainda mais a condição de risco socioambiental.” (COELHO, 2016, et al, p. 31).

Atreladas também aos mecanismos do processo de vulnerabilização estão uma série de escolhas técnicas empresariais, a fim de garantir e manter a lucratividade em detrimento da segurança do meio socioambiental e dos trabalhadores da empresa. A barragem da Samarco possuía estruturas frágeis, uma vez que as empresas optaram pela utilização do próprio rejeito como elemento construtivo e sem controle tecnológico, segundo o relatório do grupo POEMAS (Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade) em 2015. O relatório que avalia as causas do rompimento de Fundão também aponta a ausência de “Planos de Ações de Emergência” e de um sistema de alerta nas comunidades/povoados a jusante das barragens. A redução dos custos com a segurança, incluindo dos próprios trabalhadores, constitui em fator de ameaça juntamente com a intensificação da exploração do minério no chamado “pós-boom<sup>11</sup>” das *commodities* com o intuito de manter a lucratividade e de retorno aos acionistas. Porém, “o alteamento sucessivo dessas estruturas para acomodar volumes originalmente não previstos” provocaram o rompimento da barragem de Fundão. (POEMAS,

---

11 Período de desaceleração do crescimento chinês, a partir de 2012, e que foi chamado por Coelho (et al, 2016) como “o fim de um super ciclo”, de um pós-boom das *commodities*.

2015). Com isso, comunidades inteiras foram arrasadas pela onda de lama mesmo não estando localizadas nas proximidades do complexo minerário, revelando a intensidade dos danos em territórios que não foram considerados nos estudos ambientais e em análises de risco. “Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira, e parte do município de Barra Longa e outros cinco povoados no distrito de Camargo, em Mariana, foram completamente arrasados pela lama.” (POEMAS, 2015, p. 9).

O processo de vulnerabilização dos determinados grupos sociais está atrelado à relação *sociopolítica de violência* (VALENCIO, 2009), que os expõe ao risco e conseqüentemente à ocorrência de desastres. Portanto, não se trata de restringir as causas da tragédia a falha ou erro técnico operacional, mas também é necessário considerar:

“A escassa responsabilização pública pela comunicação do risco à população foi o maior dos erros imediatos [*no caso analisado pela autora, mas que se aplica também ao desastre da Samarco*], estruturalmente associado à cultura política do ocultamento de informações vitais para a segurança do público.” (VALENCIO, 2009, p. 194. Grifos acrescidos).

A negligência quanto ao risco evidencia a *indiferença social* com populações que são vulnerabilizadas face às ameaças produzidas pelos “ícones da modernização”, a exemplo também das barragens de produção energética (VALENCIO, 2009; 2014).

E mesmo diante do maior desastre do país, não é sequer mencionado pelas instituições públicas a possibilidade de fortalecimento de outras alternativas econômicas, mantendo, portanto, os municípios de Minas reféns da mineração. E, há quase três anos do desastre em Mariana, as mineradoras continuam dominando o país. O Projeto de Lei “*Mar de Lama Nunca Mais*” não avança e a mineração no estado segue em expansão. Este Projeto de Lei (PL 3.695/16) foi elaborado pelo Ministério Público de Minas Gerais, com apoio da sociedade civil através também da coleta de mais de 56 mil assinaturas, e apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O objetivo central do projeto é estabelecer parâmetros mais rigorosos em relação a segurança das barragens de rejeito no estado. “Esses parâmetros incluem a exigência de consultas amplas às comunidades potencialmente atingidas; garantias financeiras prévias, para possíveis indenizações; e o uso de tecnologias seguras de contenção de resíduos.” (CERQUEIRA & ALEIXO, Jornal A Sirene, 2017).

A proposta do PL ainda é tímida frente ao processo que deflagra o desastre, pois continua apostando em soluções técnicas para prever e gestar em caso de rompimento de barragem de

rejeitos, como por exemplo no Art. 4º que para a obtenção da licença de instalação e operação a exigência b) propõe:

b) Estudo conceitual de cenários de rupturas, mapas com a mancha de inundação, bem como **Plano de Ações Emergenciais que contenha, inclusive, medidas específicas para alertar e resgatar todas as pessoas identificadas como passíveis de serem diretamente atingidas pelas manchas de inundação**, para mitigar impactos ambientais, para garantir o fornecimento de água potável a comunidades e cidades que tenham a sua captação de água potencialmente atingidas e para salvaguarda e resgate do patrimônio cultural. (Projeto de Lei, 2016, Grifos acrescidos).

Tais tratativas ainda não são suficientes, pois transferem a responsabilidade para as pessoas vulnerabilizadas de salvarem suas vidas assim que receberem o alerta de rompimento da barragem. As pessoas teriam que seguir orientações de Planos Emergenciais em momento de desespero e euforia, além de desconsiderar o fato da existência de idosos, crianças, doentes. Se trata de mais uma forma de violência. Aqueles que não conseguirem se salvar ainda poderão ser responsabilizados por não terem seguido corretamente o treinamento de autossalvamento. A proposta evidencia que “a condição apontada está posta nos sujeitos e não nos processos que os tornam vulneráveis, o que esvazia a dimensão política da distribuição – via de regra desigual - dos riscos.” (ACSELRAD, 2011, p. 2).

Além disso, o Art.5º propõe que não seja autorizada a instalação de barragem que “identifique comunidade na zona de autossalvamento nos estudos de cenários de rupturas”. (Projeto de Lei, 2016). Sendo que no Parágrafo único considera:

zona de autossalvamento, para os fins deste dispositivo, a região a jusante da barragem em que se verifica não haver tempo suficiente para uma intervenção concreta das autoridades competentes em caso de acidente, tendo como área mínima **o raio de 10 km** a partir da estrutura principal do empreendimento. (Projeto de Lei, 2016 - Grifos acrescidos)

Aqui a análise sugere que para se ter tempo para o autossalvamento a comunidade tem que estar no mínimo 10 km de distância da estrutura principal, porém se trata de uma análise perigosa, pois o volume dos materiais, a composição dos resíduos, o tamanho das barragens, a configuração do território, variam. O mínimo de 10 km poderá não apresentar tempo suficiente para as pessoas se salvarem e posteriormente chegar à intervenção de autoridades. Além disso, os trabalhadores operários que trabalham próximos às estruturas das barragens continuariam expostos a ameaças de rompimento sem tempo de saírem vivos. Das dezenove vítimas fatais do desastre da Samarco catorze eram trabalhadores de empresas terceirizadas que prestavam serviços para a mineradora. Outro exemplo é o desastre do rompimento da barragem da mineradora Herculano, em setembro de 2014, em que três operários faleceram.

O Art. 8 do PL propõe que seja vetada a instalação de barragens pelo método de alteamento a montante. Tal proposta é de suma importância, as barragens de alteamento a montante são estruturas frágeis por ser utilizado o próprio rejeito como elemento construtivo. E a proposta sendo aprovada exigiria que as mineradoras utilizassem outros métodos mais seguros de barragens. Porém, no Parágrafo único recomenda:

“As barragens em operação pelo método de alteamento a montante deverão apresentar, no prazo máximo de um ano, um laudo técnico, elaborado por junta independente de especialistas composta por geólogo, geotécnico, hidrotécnico e engenheiro de estrutura, atestando as condições de segurança e estabilidade.” (Projeto de Lei, 2016)

Porém, a proposta não deixa claro as consequências caso o laudo não seja apresentado ou que apresentasse algum problema nas estruturas. A proposta ainda é limitada, pois a ação das instituições governamentais e empresas poderão permanecer sob o alicerce das ilegalidades e “*alegalidades*”<sup>12</sup> (GUDYNAS, 2015/2016), sem maiores sanções.

O Projeto de Lei “Mar de Lama Nunca Mais” é uma importante proposta para a garantia mínima de segurança das comunidades localizadas a jusante de barragens de rejeito, porém

“mesmo entre os que consideram que a vulnerabilidade é socialmente produzida e que práticas político-institucionais concorrem para vulnerabilizar certos grupos sociais, o lócus da observação tende a ser o indivíduo – e seu déficit de capacidade de autodefesa - e não propriamente o processo.”(ACSELRAD, 2011, p. 2)

No cenário ideal, as pessoas não deveriam ser vulnerabilizadas por empreendimentos ditos desenvolvimentistas, “requerendo do Estado políticas de atribuição equânime de proteção e combate aos processos decisórios que concentram os riscos sobre os menos capazes de se fazer ouvir na esfera pública”. (ACSELRAD, 2011, pág. 3). E em relação à dependência econômica da mineração no território, é necessário criar possibilidade de fortalecimento das atividades que condizem com outros modos de vida. Além de promover maior diversidade de atividades econômicas de acordo com potencial de cada lugar, abarcando a participação efetiva dos diversos segmentos sociais e prezando pelo meio socioambiental.

Perante o contexto de desenvolvimento neoextrativista, mesmo negociando o mínimo o PL não avança conforme sua proposta original devido, por exemplo, o fato de tornar mais burocrático o processo de licenciamento das barragens. A proposta vai contra o cenário de

---

<sup>12</sup> “Conceito que se refere a práticas que são formalmente legais, mas que se aproveitam dos vazios ou limitações das normas para conseguir benefícios que claramente estão contra ao marco jurídico” (GUDYNAS, E., pág.: 31, 2016. Tradução própria).



flexibilização do licenciamento ambiental no estado. Na audiência pública, realizada em julho de 2018, Movimentos Sociais criticaram a modificação do texto proposto durante a tramitação, que acabou sendo aprovado pelo Plenário da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A coordenadora do MOvSAM (Movimento pelas Serras e Águas de Minas) apresentou um comparativo entre o texto aprovado e aquele proposto à ALMG pela iniciativa popular, e um dos pontos foi a retirada da proibição de barragens a montante de comunidades que se encontram na chamada zona de autossalvamento.

Fica evidente que o Estado não tem a intenção de assegurar minimamente a segurança do meio socioambiental, pois mesmo diante do maior desastre mineral da América Latina o que desejam os governantes é permanecer com a barganha do financiamento dos processos eleitorais, por exemplo, e com isso permanecem exercendo a prática da flexibilização da legislação. E de modo regular, utilizam o discurso da necessidade do município, reduzindo a uma única atividade econômica do estado, limitando e/ou invisibilizando outras. “Samarco é a principal financiadora das campanhas para cargos de eleição popular em Mariana e na região vizinha, com o qual há um forte apoio político local para que a empresa volte a operar.” (CERQUEIRA & ALEIXO, Jornal A Sirene, 2017).

O desastre do rompimento da barragem de rejeito de Fundão em Mariana evidencia o processo de vulnerabilização ocasionado pela estrutura da política econômica do país, que reforça desigualdades sociais e vulnerabiliza grupos sociais frequentemente afetados em desastres. (SIENA, 2012).

### *1.1 “A gente não tinha ideia do que seria isso”*

*“Daí a pouco o helicóptero veio (...) Corpo de bombeiro. Virei o carro e quando chegou lá eles só falaram: “5 minuto”. Deixou o povo doido. 5 minuto pro povo tirar só o documento”.* (E., atingido de Paracatu de Baixo, falando sobre a chegada da Defesa Civil para avisá-los da chegada da lama, no trabalho de mapeamento comunitário, 2017). Sem saber o que estava acontecendo ou se quer o que estava por vir, as pessoas foram avisadas que teriam cinco minutos para salvarem suas vidas. Não havia sistema de alerta, e principalmente, os moradores nem sequer tinham conhecimento do risco ao qual estavam expostos. “(...) a falha na comunicação do risco e dos planos de contingência - revelam - aspectos da indiferença

social”. (VALENCIO, 2009, p. 174). Nos relatos de atingidos de Paracatu está presente sempre o desconhecimento sobre a existência das barragens, e a Samarco nunca esteve presente no território com uma política sistemática de informação, comunicação do risco e preparação para casos de emergência. “*Paracatu nunca falava de barragem, não sabia de nada*”. (Anotações do caderno de campo, 1º dia do curso da DHESCA<sup>13</sup>, 08 de julho de 2017, fala de uma atingida de Paracatu de Baixo).



Foto 1: Parte da área destruída pela lama em Paracatu de Baixo.  
Fonte: Acervo Gesta, abril de 2017.

O trabalho de Mapeamento da comunidade realizado pelo Gesta (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais) com os atingidos de Paracatu de Baixo, no âmbito do projeto da *Cartografia Comunitária*, me possibilitou a escuta ou/e o acesso às narrativas das vítimas da localidade. E as narrativas da chegada da lama giram em torno do pouso do helicóptero com funcionários do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil os avisando que a barragem da Samarco estourou, e que teriam poucos minutos para procurar refúgio na área alta do distrito. Não

---

<sup>13</sup> DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais): Se trata de um curso oferecido pela ADAI (Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual) para os atingidos de Mariana. O curso ministrado por Advogados Populares se inseriu dentro do processo de assessoria técnica (Cáritas Brasileira) das comunidades atingidas, e foi dividido em três turmas: Atingidos de Bento e Paracatu de Baixo, Atingidos das demais comunidades da roça e Comissão de Atingidos. Participei do primeiro dia de curso com a turma de atingidos de Bento e Paracatu de Baixo e os demais dias com a turma da Comissão de Atingidos.

tendo conhecimento do conteúdo despejado pela barragem, a maioria das pessoas pensavam que o que chegaria seria água, ao invés da onda de lama que provocou a destruição do lugar. “Agora, eu pensei comigo que ia vir era uma água, não uma lama, porque a água vai passando rápido [...] Aí aconteceu que chegou e levou foi tudo embora, o que tava no alto, embaixo, tudo embora.” (trecho da narrativa de Sr. J. , 2017). A ausência de conhecimento dos moradores de Paracatu revela a “vulnerabilidade comunitária” provocada pela “insensibilidade de peritos e políticos, associadamente responsáveis pela construção, operação e monitoramento da obra”. (VALENCIO, 2009).

Ao analisar o desastre do rompimento da barragem de Camará, no estado da Paraíba, ocorrido em 2004, Valencio (2009) revela que a distribuição dos danos, primeiramente, foi geográfica e “sócio-cultural”. Inicialmente a distribuição dos danos com a chegada da lama em Paracatu de Baixo se assemelha com o caso mencionado. A lama que desceu o rio Gualaxo do Norte destruiu de imediato a parte baixa do território de Paracatu, e durante a fuga os idosos foram as vítimas que tiveram mais dificuldade de locomoção devido, por exemplo, a limitações físicas.

“Sair dava né, porque cortava por dentro desse mato aqui e saía lá em cima. Mas e os idosos? Tem gente de quase 90 anos aí que ainda não tinha saído de casa quando a lama chegou, só correu pra dentro do mato, custou a chegar ali no campo do lado ali. Sofrimento doido que teve aqui.” (trecho da narrativa do E. no trabalho de Mapeamento, 2017).

Como nas outras localidades que a onda de lama passou, as pessoas tiveram que se salvar. A experiência traumática do dia 5 de novembro de 2015 fez com que vários atingidos tivessem pesadelos, medo, desassossego. Em Paracatu, a chegada da lama foi no fim da tarde, com isso vários atingidos passaram a noite toda em meio ao frio e ausência de luz elétrica, na parte alta da comunidade, e assim escutaram o som da destruição e do sofrimento dos animais sendo engolidos pela lama.

“Mas é uma coisa de louco, dá pra ficar com a cabeça quente. Eu fiquei uns três dias com aquela zueirada da lama na minha cabeça e às criação latindo. Uns três dias com aquilo na minha cabeça. Porque é o grito mais triste que tem, aquele grito mais triste, morrendo. A gente tá vendo as coisas morrer, sentindo que tá morrendo e não pode salvar e só aqueles gritos mais triste do mundo. Ah, não! Aquilo ficou gravado muitos dias na minha cabeça”. (trecho da narrativa do Sr. J. no trabalho de Mapeamento, 2017).

Sena (2016) em seu trabalho acerca do desastre de Bhopal (em 1984), onde uma fábrica estadunidense provocou um avassalador desastre industrial, questiona por exemplo, a “desproporcionalidade que algumas vidas são expostas à violência e fracassam em receber

*uma justa compensação*”. (SENA, 2016, p. 116). A memória social do Ocidente em relação a tragédia de Bhopal foi apagada, porém a memória da injustiça e da violência permanece nos corpos e nos testemunhos das vítimas (SENA, 2016). O autor conclui que a modernidade criou categorias de *“humanos e sub-humanos”*, onde algumas vidas tem mais valor que outras. Há desigualdade de exposição a ameaças, e conseqüentemente a sofrer desastre, além de simplesmente as vidas consideradas de menor valor são apagadas da memória social. O sofrimento, dor, trauma vivenciado pelas vítimas do rompimento de Fundão no que tange também ao autossalvamento visibiliza essas categorias de *“humanos e sub-humanos”* trazidas pelo autor, pois a desumanização também está articulada à negligência e, assim, à vulnerabilização.

Mesmo convivendo com as atividades da empresa há décadas, os habitantes de Bento Rodrigues nunca haviam sido informados da possível gravidade dos danos caso houvesse ruptura das barragens. *“Eu não acredito na Samarco, porque nas reuniões lá no Bento, eles não falavam que estávamos correndo perigo. Só dizia que estava tudo bem, que não precisa preocupar, porque não tinha perigo nenhum.”* (Depoimento de um dos atingidos de Bento, Jornal A Sirene, janeiro de 2017). Em vários relatos que escutei ao longo dos campos e momentos com os atingidos de Bento, as pessoas ao buscarem na memória a relação com a empresa antes do desastre relatam que temiam pelo rompimento de barragens, mas não havia conhecimento sobre a magnitude dos efeitos. *“Tanto que quando falaram que a barragem estourou ninguém duvidou”*. (Anotações do caderno de campo, 1º dia do curso da DHESCA, 08 de julho de 2017, fala de um atingido do Bento). A comunidade já vivia desconfiada e em meio a sentimentos constantes de medo e insegurança.

Os relatos de autossalvamento dos moradores de Bento Rodrigues também evidenciam a invisibilização do distrito centenário pelo poder público e pelas empresas, que negligenciaram as ameaças (já conhecidas) à população. Mesmo com a proximidade das barragens da Samarco eram ausentes também no distrito qualquer tipo de sistemas de alarme ou planos de evacuação, o que contribui para vítimas fatais, desespero e sensação de quase morte daqueles que lutaram para salvar a própria vida e dos outros. *“O dia do terror”*, é assim que é chamado o dia 05 de novembro de 2015 por alguns atingidos do Bento. No dia 19 de julho de 2017 participei da roda de conversa do curso de Inverno do Instituto Pastoral da Juventude (IPJ Leste), e pude escutar o depoimento de um atingido de Bento sobre a sua experiência traumática do *“mar de lama”* que atingiu seu local de morada:

“Dia 05 eu estava trabalhando em Camargos, são 5 km de Bento Rodrigues, eu largo serviço em torno de 3:30 à 4 e naquele dia eu larguei 4:20, e não entendi porquê. (...) Aí em torno de 20 minutos eu chego a comunidade, aí me deparo com Bento enchendo, enchendo de lama assim, e levando as casas e do alto eu vi a minha. Saindo geladeira, saindo telhado, uma coisa sinistra. Aí o que eu vi? Morreu todo mundo. Todo mundo morreu. Fiquei sem chão. (...). Quando mais eu entrava no mato, mais a lama vinha atrás de mim. (...). Aí encontrei com um colega meu, e disse: Sua família tava lá em baixo, eu vi. Aí nesse momento perdi a esperança. (...). O pessoal que estava lá fazia corrente humana, de 20, 30 pessoas dentro da lama para tirar as pessoas. Os bombeiros não podiam tirar, porque eles falavam que era risco. (...) Aí eu comecei a ajudar eles na corrente humana. (...) Aí avistaram uma senhora com duas pernas quebradas, tiraram ela. (...) Vi um amigo, me disse: “eu acho que vi seu filho lá em cima sujo de lama”. (...) Achamos mais pessoas no mato tudo sujo de lama, vizinhos, amigos, tudo escondido no mato sujo de lama, por que não tinha como sair. (...) Quando subi, avistamos eles, tudo sujo de lama, cortados de arames, machucados.” (Atingido de Bento Rodrigues, depoimento no Curso de Inverno do IPJ/Leste, julho de 2017).

Como no caso de Marquinhos, são inúmeras narrativas dolorosas do “*dia do terror*” que revelam a vulnerabilidade, e diante da “onda de lama” se preocuparam também em ajudar no salvamento um dos outros. Diferente da ação dos bombeiros e da Defesa Civil que mesmo diante de um município que possui intensas atividades minerárias não havia nenhum plano efetivo para o salvamento das pessoas. A prática do autossalvamento evidencia o abandono dos entes responsáveis pela segurança da população. É necessário a interrupção do processo de vulnerabilização gerado pelos empreendimentos, pois planos de prevenção ou sistemas de defesa de desastre é uma forma de transferir a responsabilidade às populações atingidas, e assim, perpetuar as práticas de “*violência das afetações*” do modelo de desenvolvimento neoextrativo. Esta ação propicia a desfocalização da responsabilidade política dos Estados democráticos na proteção aos cidadãos, “em lugar apenas de se mensurar os déficits nas capacidades de auto-defesa dos mesmos” (ACSELRAD, 2011, p. 3).

Em comunidades próximas ao distrito rural de Paracatu de Baixo, também atingidas pelo desastre, o salvamento das pessoas ocorreu através das redes de parentesco. Em Barretos, por exemplo, segundo o depoimento de uma atingida no curso do DHESCA, sua família recebeu a ligação de uma tia e prima para avisar do rompimento, porém com a incerteza quanto ao tempo que a lama chegaria e a dimensão. Com isso, ela retirou sua avó de casa por duas vezes. Na narrativa a atingida conta que quando a “onda de lama” chegou as pessoas foram escutando os estrondos, “*a terra estava tremendo*” disse ela. Estavam todos assustados, não sabendo o que estava por vir. Houve familiares que saíram de casa já com lama nos pés. Em Paracatu de Cima os atingidos também ficaram sabendo através de telefonemas de familiares.

Em depoimento à coletiva de Imprensa realizada no dia 20 de setembro de 2017 em Belo Horizonte, uma atingida da localidade relatou: “(...) *a minha irmã me ligou e disse, por que não tinha nenhum sistema de alerta, não tinha nada de informação para gente. A minha irmã me ligou e disse para tomar cuidado por que a barragem estourou em Bento Rodrigues.*” As narrativas evidenciam que as pessoas nem mesmo sabiam se de fato a lama chegaria ou/e a proporção que invadiria suas localidades.

Percebe-se as diferentes formas que as pessoas das comunidades ficaram sabendo do rompimento. Bento Rodrigues, a comunidade mais próxima das estruturas, não teve nenhuma ajuda ou aviso prévio. Paracatu de Baixo foi alertada pela chegada do helicóptero, e as pessoas não sabendo o que estava por vir, nem sequer o que tinha sido liberado com o rompimento da barragem. E as outras comunidades da zona rural foram salvas através de redes de parentesco. A capacidade de autodefesa das pessoas foi subtraída, e com isso, elas tiveram que se salvar em um curto espaço temporal e tendo que organizar sua reação de forma súbita a avalanche de lama.

Quando se evidencia que o tempo entre a comunicação do risco e o impacto junto a população são distintos do tempo de conhecimento do problema pelos controladores do fator ameaçador mais claramente vemos que não se está apenas debruçado sobre um acontecimento trágico, o desastre per si, mas sobre um acontecimento político, a má configuração do poder e seu exercício sobre os meios e modos de vida de grandes contingentes. (VALENCIO, 2009, p. 4).

O desastre do rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billinton é concretização dos riscos gerados pela estrutura político-econômica que condiciona e torna dependente o município, e também o estado, das atividades do extrativismo mineral. Em relatórios realizados pela Samarco para a obtenção das licenças das barragens, os rejeitos atingiram 3,5 quilômetros em caso de ruptura, porém a “lama tóxica” atingiu a distância de 850 quilômetros, entre Mariana e Abrolhos (CERQUEIRA E ALEIXO, Jornal A Sirene, 2017). No processo de licenciamento ambiental os relatórios técnicos e Estudos de Impacto Ambiental apresentados são realizados por consultorias ambientais contratadas pelas próprias empresas, em uma lógica de mercado (ZHOURI et al, 2005). Esses estudos acabam por viabilizar a liberação das licenças, ou seja, cumprem o protocolo burocrático, mas que de fato não são eficazes para saber os efeitos dos empreendimentos nos territórios e muito menos para trazer a real dimensão territorial afetada por uma situação de rompimento.

Os moradores da zona rural de Mariana afetados pelo rompimento de Fundão, sobretudo aqueles que tiveram casas e terrenos destruídos pela lama estão vivendo atualmente no centro urbano do município. Além das perdas materiais, há também intensos danos psicossociais provocados pelo trauma e morosidade do processo de condução da reparação do desastre sobre suas vidas.

O desastre da Samarco não se limita ao dia do ‘evento’ catastrófico, ou ao “*dia do terror*”, mas se perpetua na vida dos atingidos, devido ao “crescente cansaço provocado pelo processo de negociação imposto, acrescenta-se a sensação de insegurança em relação ao direito constitucional à reconstrução da vida comunitária.” (ZHOURI et al, 2017, p. 58). Portanto, é um equívoco tratar a tragédia como um “evento”, “catástrofe” ocorrida no dia 05 de novembro de 2015, pois, se trata de um processo de rupturas duradouras. “*A lama veio e acabou com meus planos e minha paz.*” (Vera, atingida de Paracatu de Baixo, Jornal A Sirene, fevereiro de 2017). As experiências diárias e narrativas dos atingidos evidenciam a permanência do desastre vivido cotidianamente, não existindo, portanto, o “pós-desastre”. Trata-se de um processo social em curso e sem previsão de término.

“As relações sociopolíticas produzem a morte social dos que perdem circunstancialmente suas possibilidades de autoprovimento e solapam os meios através dos quais os mesmos possam definir os rumos de sua vida, em sua própria concepção de plenitude, a insegurança humana acena no presente e no horizonte”. (VALENCIO, 2014, p. 18).

A vulnerabilidade social continuada (VALENCIO, N., 2009) através das ações das instituições envolvidas na reparação dos danos intensifica o “*sofrimento social*<sup>14</sup>” das vítimas, estes que tiveram suas vidas transformadas em luta por direitos. Portanto, é importante enfatizar que “*os desastres não se limitam a um evento catastrófico, mas se desdobram em processos duradouros de crise social, frequentemente intensificada pelos encaminhamentos institucionais que lhe são dirigidos, o que faz perpetuar o sofrimento social.*” (ZHOURI et al, 2016).

---

14 “O conceito de *sofrimento social* permite evidenciar que as aflições e dores vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos extraordinários, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social (DAS, 1997), em especial na interface dos grupos com as instituições desenhadas para responder e administrar racionalmente tais situações.” (OLIVEIRA, 2014, p. 288)

### 1.3 O desastre que persiste

Diante do maior desastre da história do país, as tratativas emergenciais advindas do governo agiram em torno da constituição de mesas de negociação e acordos extrajudiciais. Celebrado entre empresas, a União e os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), ficou conhecido também como “Acordão”. O acordo esvazia, assim, o debate acerca do modelo de mineração constituído no país e sendo tratado como um efeito secundário do projeto desenvolvimentista. Pois, invisibiliza todo o contexto de vulnerabilização dos segmentos sociais expostos aos riscos gerados pelas atividades econômicas, desconsideram os modos de vidas dos grupos atingidos e desresponsabiliza os agentes corporativos e estatais na produção das incertezas e danos (ZHOURI et al, 2016). O que faz perpetuar a colonialidade, que é “respaldada pela ideologia do desenvolvimento, materializada por projetos de grande escala como a extração minerária, que avança sobre os territórios sociais diversos propagando a crença de uma atividade de bem público.” (ZUCARELLI, M., 2016, p. 331). O acordo aposta no modelo de governança do Banco Mundial que fomenta a resolução de conflitos por meio de acordos extrajudiciais e que são implementados em países com fraqueza institucional em relação aos direitos humanos. (ZHOURI et al, 2016). Embora tenha sido reconhecido e praticado ‘pelas partes’, o TTAC foi suspenso pelo Supremo Tribunal de Justiça devido à falta de participação dos atingidos em sua elaboração.

O desastre ocasionou, entre outros efeitos, a destruição dos territórios de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Passados três anos, a experiência duradoura de deslocamento compulsório tem intensificado o *sofrimento social* das vítimas marcado não apenas pela ruptura nos modos de vida e territorialidades, mas pela dependência em relação às instituições gestoras do processo de reparação, incluindo a Fundação Renova. (ZHOURI et al 2017). A Fundação foi criada pelo TTAC para atuar nas tratativas para a reparação dos danos, mantendo em sua estrutura de governança representantes das três mineradoras envolvidas na tragédia e passou a conduzir-se, assim, no terreno *alegal* (GUDYNAS, 2015/2016) de um acordo não homologado.

A desterritorialização repentina, causada pelo desastre da Samarco, é marcada por uma sequência de rupturas. A adaptação forçada em um ambiente completamente distinto aos



modos de vida vivenciados anteriormente e sem perspectiva quanto ao retorno, além da distância entre parentes e vizinhos, são causas de sofrimento entre as vítimas. Confinados em casas de estilo habitação urbana lhes é impossibilitado o contato com a terra e criações. Tais vivências de ruptura no cotidiano intensificam a sensação de pausa na vida. “*A vivência do desastre*” (VALENCIO, N., 2009) também é marcada pelo ócio, como é retratado na fala da moradora de Paracatu no trabalho de Mapeamento da comunidade:

“Ah, eu não gosto da cidade não, já acostumei na roça, não gosto não. Aqui [Paracatu] nós ia buscar lenha, nós ia andar pra esse mato afora eu e Arlinda. Lá [Marina] não tem serviço, nós vai ficar fazendo o que dentro de casa? Dormi né? Você vai fazer o que dentro de Mariana, ficar na cama né, deitado lá, vendo televisão.” (Sra. L., trabalho de Mapeamento, abril de 2017)

Dentre os efeitos do desastre, foram “solapados”: a vida cotidiana, as rotinas e, aquilo que é denominado por Giddens (1991, apud VALENCIO, N., 2014) como sendo a *segurança ontológica*. Vários atingidos relatam a perda da identidade, do controle e da autonomia, perda da autodeterminação sobre como planejar a própria vida, dependentes da cronologia das instituições envolvidas no processo de reparação dos danos. “*A situação dos atingidos, com todos os atingidos, é como se tivesse dado uma pausa na nossa vida. E a gente não consegue mais continuar, não consegue mais dar o play*”. (Rosária, de Paracatu de Baixo, Audiência Pública, 20 de junho de 2017).

A vida foi transformada em rotinas de reuniões em um continuado processo de vulnerabilização. A luta pela conquista de direitos faz parte de um violento processo de aprendizado, mediante ao enfrentamento de burocracias e de linguajares técnicos, que as vítimas tiveram que assumir ainda nos primórdios da tragédia, sem ao menos terem tempo de *viver o luto* (ZHOURI et al, 2018).

As vítimas do desastre passaram a assumir a identidade política ‘atingido’, denunciando o caráter cumulativo e multidimensional dos danos sobre suas vidas. Na mesma medida, a Fundação Renova operacionaliza a reparação através da categoria administrativa ‘impactado’, que supõe identificação de efeitos diretos e imediatos somente sobre rendas e propriedades. (ZHOURI et al, 2018). Na somatória das lutas travadas pelas vítimas pelo desastre em Mariana está a disputa por conceitos. Enquanto a Renova insiste em manter a categoria ‘impactado’ que simplifica os danos causados, às vítimas acionam a identidade histórica do ‘atingido’ que amplia o leque dos direitos, e todos que tiveram suas vidas transformadas pelo desastre sejam ressarcidos.



Foto 2. Manifestação dos atingidos do lado de fora do Fórum de Mariana na Audiência de Conciliação.

Fonte: Jornal *A Sirene*, outubro de 2017.

Desde o TTAC (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta) as categorias administrativas adotadas têm como efeito diluir os danos, desresponsabilizar as empresas e o estado, e ainda determinar quem são e o que perderam as vítimas do desastre. Com isso, o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastramento dos **Impactados** (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia (Consultoria Ambiental contratada pela própria Samarco) compõe esta mesma lógica segregadora. Segundo Zhouri et al (2018) as classificações e categorias adotadas no *Cadastro Integrado*, e também a própria estrutura do instrumento, reforçam o controle da empresa sobre a definição e reconhecimento dos efeitos gerados pelo desastre. Exemplo disso são as categorias utilizadas nas perguntas e opções de respostas fixas destinadas a “ocupações/trabalho”. Pautadas na “*abordagem patrimonial*” categorias como: comércio/serviços, agrícola, pecuarista, extrativismo, restringem e não permitem apresentar outras formas de ocupação dos sujeitos afetados, como trabalhadores informais. Além disso, negligencia os modos de vidas de populações tradicionais, como indígenas e quilombolas ao longo do Rio Doce, que possuem formas de apropriação singulares do território. (ZHOURI et al, 2018).

O formulário eletrônico é o único instrumento para o levantamento das perdas e danos das populações atingidas pelo desastre ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Este instrumento se concentra “nos aspectos materiais e individualizados das propriedades afetadas.” (Gesta, 2016, p. 19). Método ineficiente para o levantamento, por exemplo, das “diferenças constituídas no plano coletivo, em especial, os efeitos do desastre sobre as redes de interação, trabalho e reciprocidade e sobre a formação de identidades sociais e culturais.” (Gesta, 2016, p. 19).

Não há garantias que as informações declaradas pelos atingidos de fato serão consideradas para a reparação, pois o PLCI também prevê critérios de elegibilidade para a validação do cadastro pelo Comitê Interfederativo<sup>15</sup>. Ademais, tais critérios de elegibilidade não foram apontados no cadastro, (Gesta, 2016), outro fato que visibiliza o controle das indenizações das vítimas por parte das empresas. “Desse modo, prevalece no cadastro o “princípio da desconfiança” (MPF/SEAP, 2016, p. 14), a partir do qual as declarações dos afetados são tomadas de saída como passíveis de suspeição, tendência bastante prejudicial às perspectivas de reparação.” (Gesta, 2016, p. 19).

Com o subsídio do Parecer técnico do GESTA (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais), o Ministério Público e Assessoria Técnica<sup>16</sup> dos atingidos construíram novos pareceres que avaliavam negativamente o método de formulário para levantamento de danos às comunidades atingidas. O Cadastro Integrado foi revisado (somente para Mariana) por uma equipe de especialistas, assessoria técnica, comissões de atingidos, mas com o controle da Fundação Renova. A revisão ocorreu durante todo o ano de 2017, a comissão e outros atingidos junto à assessoria técnica e a equipe contratada se reunia semanalmente para negociar com a Fundação Renova as propostas de reparação dos danos levantadas em discussões internas. As reuniões também eram acompanhadas por representantes do Ministério Público da comarca de Mariana. Contrapondo à primeira proposta do cadastro, a construção da nova versão tinha o intuito de englobar todos os danos multidimensionais causados na vida dos atingidos. Com isso, o cadastro foi dividido em quatro eixos: 1) Bens materiais; 2) Atividades econômicas; 3) Bens coletivos; e 4) Bens imateriais e danos morais.

---

<sup>15</sup> Comitê Interfederativo (CIF) foi criado no âmbito do TTAC para fiscalizar e validar os programas da Fundação Renova.

<sup>16</sup> A chegada da Assessoria Técnica da Cáritas Brasileira, em novembro de 2016, foi uma importante conquista dos atingidos, no âmbito da negociação dos direitos, com o intuito de ser uma equipe independente e que possa auxiliá-los na luta pela reparação dos danos e perdas ocasionados pelo desastre.

Ao enviarem as propostas de alteração do cadastro, a Fundação Renova trazia para as reuniões o que aceitava ou não que entrasse para o cadastro. Os consensos entre as partes eram mantidos, e os dissensos eram levados para as audiências na comarca de Mariana. Entre consensos e dissensos a Fundação atua sob o esteio de uma “*harmonia coerciva*” (NADER, 1994), que procura subdimensionar as afetações, danos e perdas sofridas pelas vítimas, e o número de atingidos. Laura Nader (1994) ao analisar a utilização da *Alternative Dispute Resolution* (ADR<sup>17</sup>) [Resolução Alternativa de Disputa] nos Estados Unidos aponta que a técnica de harmonização usada para ‘conciliação’ faz parte de uma política de pacificação das resistências, e as disputas sempre envolvem desequilíbrio de poder. No caso analisado as tratativas institucionais para a reparação dos danos sofridos pelos atingidos de Mariana desde o início giram em torno de “*tecnologias resolutivas de conflitos*” (derivados das estratégias de ‘resolução de disputas’ internacionais), pautados também na justificativa da morosidade do judiciário.

“Os acordos extrajudiciais, (...), constituem-se formas de garantir a regulamentação e a continuidade das atividades do empreendimento, tornando questionável a participação dos grupos subalternos e sua capacidade de defender seus desejos frente à assimetria de poder que existe no chamado espaço de reunião.” (ZUCARELLI, 2016, pág. 330).

Casos de conflitos ambientais no estado estão sendo tratados através dessas “tecnologias” de negociação. Os conflitos são colocados como situações de disputas entre dois agentes com distintas visões sob um mesmo território, ocupando lugares simétricos. Porém, os conflitos ambientais são marcados por assimetrias, onde há uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico que lhes define o poder de ação e enunciação. O desastre da Samarco é a materialização de conflitos pretéritos (ZHOURI et al, 2016), e mesmo assim foi acionado as mesmas “tecnologias” de negociação utilizadas nos conflitos ambientais. Os atingidos sofreram deterioração da saúde, perdas materiais e imateriais, comprometimento dos seus respectivos territórios, além de perdas de vida. Portanto, “de *atingidos* passaram a *vítimas*, com o pleno direito de compensação pelos danos materiais e morais.” (ZHOURI et al, 2016, p. 42). Mas, as empresas Samarco, Vale e BHP Billinton foram colocadas em um lugar de “parte interessada”, ao invés de réis no processo. Conforme salienta Zhouri et al (2016, p. 2):

“(...) inserida em uma estratégia generalizada da política ambiental – a resolução negociada de conflitos -, a gestão do desastre tecnológico de

---

17 A ADR engloba programas que enfatizam meios não judiciais para lidar com disputas. O enfoque, geralmente, volta-se para a mediação e a arbitragem. Esta veio a ser conhecida como justiça informal. (NADER, 1994, pág. 3).

Mariana tende a minar justamente o princípio que deveria prevalecer no estado democrático de direito: o princípio da dignidade humana.”

Várias comunidades no entorno de Paracatu de Baixo (Campinas, Borba, Paracatu de Cima, Pedras, Barretos) foram extremamente afetadas pelo desastre. Entre as diversas rupturas, essas comunidades que acessavam os equipamentos públicos do subdistrito foram prejudicadas. A realidade das famílias destas localidades é crítica, com os serviços públicos não funcionando houve sobrecarga e aumento de despesas, por exemplo, do posto de saúde do distrito de Águas Claras, além da dificuldade ao acesso devido à distância.

A situação de catástrofe implica no congelamento do desastre no passado por meio da limitação, por exemplo, do número de vítimas àquelas definidas na “fase emergencial” do desastre (SILVA, 2004). Porém, na audiência ocorrida no dia 05 de outubro de 2017, após um dia de manifestação em frente ao fórum de Mariana, os atingidos garantiram o direito de preencher o cadastro revisado. O que significa que, no município de Mariana, qualquer indivíduo que teve sua vida transformada e se sente atingido pelo rompimento da barragem poderá respondê-lo. Mas, responder o questionário não significa que os danos serão de fato reparados. As informações fornecidas no cadastro não garantem indenizações ou outros “benefícios”, pois as perdas e danos levantados ainda estará sujeito a novas negociações (entre atingidos e empresas) que serão realizadas em juízo.

Os auxílios emergenciais foram negociados ainda em novembro de 2015 por meio de uma sequência de reuniões extrajudiciais entre o MPMG, Comissão de Atingidos e Samarco. Entre os emergenciais estavam: O custeio de casas alugadas em Mariana, auxílio financeiro relativo a um salário mínimo e mais 20% por dependente e fornecimento de uma cesta básica. A Samarco recusou a assinar o Termo de Compromisso Preliminar, que tinha o intuito de garantir ressarcimentos e o reassentamento das comunidades. Com isso, foi encaminhado pelos Promotores de Justiça da Comarca de Mariana, da CIMOS e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos uma Ação Civil Pública (ACP) à 2ª Vara da Comarca de Mariana. Entre quatro audiências previstas, somente a do dia 23 de dezembro de 2015 contou com a presença do juiz (ZUCARELLI, 2016). Nesta audiência de conciliação foi homologado o acordo entre MPMG e Samarco sobre a “indenização emergencial”, que corresponde à antecipação de indenização de famílias que perderam parentes no desastre, e os que sofreram deslocamento físico, com a perda da casa. Esses deslocados foram ainda divididos em duas categorias: *deslocamento físico* e *deslocamento*

*econômico*<sup>18</sup>, e com isso a diferença de valores indenizatórios. O que contribui para conflitos internos nas comunidades, sobretudo de Paracatu de Baixo, colocando em cheque quem era atingido e quem não era, ou quem é mais atingido e quem o é menos. Esses conflitos se perpetuam até os dias de hoje, dificultando a mobilização para a luta por direitos e fragmentando a comunidade.

Na audiência do dia 05 de outubro de 2017 foram tratados 30 casos de “descumprimentos”, ou seja, atingidos (de situação “emergencial”) ainda não reconhecidos depois de quase dois anos do desastre. Este é o caso de G., que conheci do lado de fora do fórum quando estava aguardando ser julgado seu caso. Ela vivia em uma casa com a filha no terreno da ex-sogra em Paracatu de Baixo, perdeu toda a sua vida na comunidade, e ainda enfrenta sérios problemas de saúde. Mediante a lógica do ‘impactado’, ela não foi reconhecida como atingida pelo desastre, não recebeu os “direitos emergenciais” desde a tragédia, devido ao fato da propriedade não constar no nome dela. Além deste, alguns casos que estavam sendo tratados como “dupla moradia” (pelas empresas e Renova) tiveram seus direitos finalmente reconhecidos após quase dois anos. Esta é a situação que se encontrava a atingida V. que trabalhava em Mariana, porém nascida e criada em Paracatu e tinha casa, família e relações na comunidade, ela não era reconhecida como atingida pelo desastre até o dia da audiência. Foram reconhecidos 23 casos de descumprimentos, entre as reivindicações estavam o auxílio financeiro, indenização e aluguel de moradia provisória.

Após dois anos do rompimento de Fundão os atingidos continuam vivendo em regime de emergência. *“Dois anos, não é dois dias não. Só falam que nós estamos na emergência, quando que vamos sair dessa emergência?”* (Manifestação de Maria, atingida de Paracatu de Baixo, em frente ao fórum na audiência do dia 05 de outubro). A angústia e a incerteza são traduzidos no apelo de Maria, que desde a tragédia não há previsão da retomada da vida. O caráter burocrático das organizações envolvidas acaba por tornar o processo carregado de atrasos e retrocessos. A escolha dos terrenos para o reassentamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo ocorreram em 2016, com data de entrega das casas em 2019, e a regularização dos terrenos ainda não foi totalmente concluída pela Fundação Renova (maio

---

18 Segundo Vainer (2003): *Deslocamento físico*: É a realocação física das pessoas resultante da perda de abrigos, recursos produtivos (como terra, água, florestas). Não se restringe ao resultante da inundação, mas inclui aquele proveniente da perda de acesso a recursos produtivos. *Deslocamento econômico*: Resulta de uma ação que interrompe ou elimina o acesso de pessoas a recursos produtivos sem realocação física das próprias pessoas. Aquele resultante da interrupção das atividades econômicas.

de 2018). Os reassentamentos estão sendo planejados em uma ótica urbanística, mesmo se tratando de comunidades com modos de vidas rurais. Devido à legislação de uso e ocupação do solo contida no Plano Diretor do município as áreas selecionadas para o reassentamento terão que passar para o status de urbano. “*Os únicos lugares que terão plano diretor serão o “Novo Bento” e “Nova Paracatu”*” (diz Mônica, de Bento Rodrigues, reunião de Grupo de Trabalho, abril de 2017). Somente após esta alteração que o projeto urbanístico poderá ser aprovado, e assim se iniciar o processo de licenciamento ambiental dos terrenos. (Jornal *A Sirene*, 2017).

O reassentamento é o mais esperado para a retomada da autonomia para gerir a própria vida, com isso, tende-se a expectativa de quebrar a relação de dependência com a empresa. A morosidade da condução do processo de reparação dos danos, sobretudo do reassentamento, através das burocracias e o “*jogo do empurra*” coloca os atingidos em um lugar de incerteza quanto ao futuro. “Conforme salientou Drabek (2007), o desastre dura enquanto durar a ruptura nos meios e nos modos de vida regulares dos grupos afetados.” (VALENCIO, 2014, p. 30).

## ***CAPÍTULO 2: DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS EM PARACATU DE BAIXO E O VIVER PROVISORIAMENTE EM MARIANA***

### *2.1 “Sabe uma coisa que eu quero marcar? A saudade que nunca acaba”*

#### **2.1.1 Lugares de Memória e Religiosidade**

No dia 10 de março de 2017 iniciamos<sup>19</sup> mais uma fase do trabalho de extensão da “*Cartografia Comunitária*” de Paracatu de Baixo. A etapa consistia no “*Mapeamento Participativo*” do território conforme a orientação dos moradores que participaram do trabalho. Percorremos tantos os lugares coletivos quanto os terrenos familiares, marcando com o GPS e registrando as narrativas acerca dos elementos indicados nos croquis desenhados pelos moradores nas oficinas, que constituíram a primeira etapa do trabalho. Andar no local devastado pela lama junto com os moradores afetados pelo desastre foi uma experiência marcante na vida de todos que os acompanhavam. Na medida em que eu ouvia as narrativas imaginava a vivência das pessoas antes do local ser tomado pela onda de lama, e a partir disso conseguia melhor enxergar a vida que existia em cada lugar apontado. Luzia (atingida de Paracatu de Baixo) em sua fala no Seminário de Balanço de 2 anos do rompimento da barragem, traduziu o emaranhado de sensações que senti ao pisar nos territórios de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

“Quando as pessoas vão lá na comunidade aí sim é atingida. Por que atingida? É por que vai na alma. Por que a alma ela sente dor. Então, até vocês quando forem ao nosso território conhecer, vocês também serão atingidos. Por que vocês vão voltar para o emocional, vocês vão ter uma reviravolta de tudo que vocês já viram na vida. Por que a partir do momento que vocês pisam naqueles territórios é que vocês vão analisar o que a ganância de um poder faz.” (Luzia, Seminário Balanço de 2 anos do rompimento da barragem de Fundão, 07/11/2017).

Os significados de cada parte do território permanecem presentes na memória daqueles que há três anos estão vivendo no centro urbano de Mariana, local que é completamente distinto a tudo que nos foi apresentado. As narrativas dos atingidos acerca dos modos de vida, de sua territorialidade, dos sentidos de pertencimento revelam a natureza multidimensional do

---

<sup>19</sup> Estavam presentes a equipe GESTA/UFMG e membros da Cáritas Brasileira (Assessoria Técnica dos Atingidos de Mariana).



desastre sobre suas vidas. Segundo Appadurai (1996) a produção da localidade é constituída pelo “sentido de que localidades são mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados.” (p. 34). A “Velha Paracatu” ou a “Paracatu Antiga”, nomes, hoje, recorrentemente utilizados pelos atingidos quando se referem ao território que a maioria deles já não habita, no momento da caminhada era somente Paracatu. As histórias eram contadas acerca de cada um dos “lugares de memória<sup>20</sup>”, ou seja, espaços de sociabilidade do grupo.

Composta por quatro ruas principais (Monsenhor Horta, Santo Antônio, Gualaxo e Furquim), Paracatu de Baixo está localizado na zona rural do município de Mariana, é subdistrito de Monsenhor Horta e fica à margem do Rio Gualaxo do Norte. Logo na entrada da comunidade se encontram ruínas das casas dos dois lados da rua Monsenhor Horta e mais a frente se localiza o centro da localidade. Praça Santo Antônio (Santo padroeiro da comunidade) é o nome que se refere ao centro da comunidade, onde se encontra a Igreja de Santo Antônio, a Casa de São Vicente, o campo de futebol e seu vestiário, a quadra, o posto de saúde, o prédio escolar e a escola de tempo integral. Nas entrelinhas destes espaços havia outros pontos de encontros importantes para o convívio singular das pessoas na comunidade. Tais espaços, bens e seus sentidos são elididos por determinadas metodologias de levantamento de perdas e danos, como a cartografia convencional e as técnicas previstas no formulário eletrônico do PLCI (Programa de Levantamento e Cadastramento dos Impactados, exposto no capítulo 1).

“tinha um banco, na porta da igreja. E esse banco era assim, ele era um ponto de encontro, mas não era nada marcado não. Simplesmente sentava uma pessoa no banco, aí a gente já ia pra rua por algum motivo, por exemplo, eu chegava lá e a Sra. I. tava sentada no banco, eu ia e sentava junto com a Sra. I. , ali a gente ficava, daqui a pouquinho aparecia Lilia, aí Lilia sentava lá também, quando a gente via tinha uma roda. Tinha um monte de gente batendo papo invés de ir pra casa.” (Sra. A., oficina de confecção dos croquis, fevereiro de 2017).

Além dos bancos da igreja havia também os pontos de ônibus, mais conhecidos como as “guritas” e a “lan-house” informal e compartilhada<sup>21</sup>, ambos os espaços também de interação dos mais jovens. “Daniel [mais jovem] gostava de fazer serenata no ponto de ônibus aqui da escola, onde ele ficava aqui e juntava bastante jovens e eles ficavam lá tocando violão.” (Sra.

---

20 Categoria criada pela equipe Gesta para se referir os lugares coletivos da comunidade de Paracatu de Baixo.

21 Lugar entre uma casa e a escola, onde a diretora do colégio libera o wi-fi.

A., oficina de confecção dos croquis, fevereiro de 2017). Ainda na rua Monsenhor Horta havia também o Bar do Jairo e o Bar do Carlinhos, neste era vendido o famoso pastel da Dona Laura. “Ah, a gente saía de casa, vinha à missa. Aí ia lá [...]. Um barzinho bem arrumado, tinha sinuca, tinha muita coisa, mas a gente comia era pastel, tomava um guaraná. É o famoso pastel da Laura.” (Dona Gr., Mapeamento Comunitário, abril de 2017). Os bares da comunidade se configuram importantes pontos de encontro das pessoas. Destaca-se também o Bar do Seu João Banana, localizado na Rua Gualaxo e o Bar do Machado, este se encontra na rua Santo Antônio. Nesta rua também se encontrava a Sorveteria de Iracema, outro ponto de encontro sempre mencionado saudosamente pelos moradores. “E o sorvete dela era baratinho, era o pastel da Laura do lado de cá e o sorvete da Iracema do lado de lá.” (Sra. Lu., oficina de confecção dos croquis, fevereiro de 2017). Na rua Furquim a “pequena árvore de ameixa” é lembrada por uma jovem da comunidade como sendo um espaço de união.

“Ela ficava localizada mais ou menos aqui perto da casa da Dona Geralda (...). a gente não tinha banco, o pé ficava do lado da cerca dela só que fazia sombra na rua toda lá, a gente sentava lá no chão na rua. Passava um, a gente mexia mesmo, aí parava, sentava, a gente comia lá. Agora que eu lembrei, uma parte muito importante que a gente tinha a convivência e a união que a gente tinha debaixo dessa árvore.” (A jovem C., oficina de confecção dos croquis, fevereiro de 2017).



Fotos 3 e 4: Bar do Jairo. “Gurita” (Ponto de ônibus).  
Fonte: Acervo Gesta, Mapeamento Participativo em Paracatu de Baixo, abril de 2017.

O rio Gualaxo e a cachoeira também eram espaços importantes de interação das pessoas de Paracatu. “A gente tomava banho no rio, a água era clarinha, cê podia jogar um alfinete no fundo do rio que cê conseguia ir lá e pegar eles.” (Sr. J., Mapeamento Comunitário, abril de 2017). Os “lugares de memória” são lembrados como sendo espaços cotidianamente compartilhados e os significados e sentidos atribuídos a partir da historicidade evidencia uma íntima relação do grupo com o “lugar”.

“A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.” (LITTLE, 2002, p. 265).

“E a igreja também era um ponto de encontro muito forte, porque a maioria das realizações da comunidade eram religiosas. Então a gente sempre se encontrava, pra missa ou então pra festas, a comunidade sempre foi muito festeira.” (Sra. A., oficina de confecção dos croquis, fevereiro de 2017). E tais celebrações e festas e tradicionais evidenciam o vínculo também com as outras comunidades ao entorno de Paracatu de Baixo. No dia 29 de julho de 2017 eu e uma amiga do Gesta fomos acompanhar a celebração da família em Monsenhor Horta. A celebração na Paróquia de São Caetano, de Monsenhor Horta, reunia as diversas comunidades do entorno para a novena em louvor a São Caetano. Em meio a procissão antes da missa estavam os andores dos santos padroeiros carregados por representantes de cada comunidade. Então, os andores de Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Carmo, Santo Expedito, São Caetano, estavam sendo carregados por representarem cada uma das comunidades presentes, como: Águas Claras, Cláudio Manoel, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Monsenhor Horta, Pedras. Devido à perda do andor da comunidade de Paracatu de Baixo, o Santo Antônio, padroeiro da comunidade, estava sendo representado na imagem da sua bandeira. Maria Geralda nos conta que à organização (anterior ao desastre) da participação na celebração da família em Monsenhor Horta os moradores juntamente com a igreja realizavam doações para o fretamento de ônibus para a condução até o distrito. Então, cada comunidade tem seu santo patrono como marcador da identidade, e através das festividades se colocam em ação os circuitos de reciprocidade entre os moradores e comunidades do entorno.

Em Paracatu de Baixo o ciclo de festas e celebrações religiosas acompanha um calendário próprio, e a religiosidade está fortemente presente na região. Dentre os festejos mais movimentados pela comunidade estão a festa de Santo Antônio, a do Menino Jesus (que envolve também a folia de reis) e a carreata de Nossa Senhora Aparecida. A festa de Santo Antônio realizada no mês de junho envolvia missa, procissão, levantamento do mastro, danças de quadrilha na quadra. “É o padroeiro do lugar, era uma festa bem animada... animada com som, um levantamento de mastro muito bem feito, tudo legal né? Tinha som na praça, depois da missa e a procissão da bandeira, tinha som aqui.” (Sra. I., Mapeamento

Participativo, abril de 2017). A festa do Menino Jesus é comemorada com muito entusiasmo pelos atingidos.

“Mas era uma festa, quando falava assim *“chegou final de agosto”* já era preparação para festa de Menino Jesus, já era preparação com a rua toda enfeitada de bandeirinha, toda! A quadra, a igreja, aqui tudo enfeitado de bandeirinha, sabe? Igreja lavada, o povo lavava, igreja toda arrumada, a gente fazia tudo. A comilança era tudo na casa do Zezinho, a comilança era lá. Era um sonho essa festa, sabe?” (Sra. I., Mapeamento Participativo, abril de 2017).

A festa contava com a presença das comunidades ao entorno e também pessoas de outras regiões, pelo fato do festejo ter se tornado mais famoso na região. “*Aí vinha gente de Claudio Manoel, Águas Claras, Pedras, Campinas, Furquim, Mariana, Monsenhor Horta, Ouro Preto, Belo Horizonte.*” (Sra. I., Mapeamento Participativo, abril de 2017). A arrecadação para a festa se iniciava com antecedência através da Folia de Reis, cujo o responsável é o Senhor Zezinho. Segundo Maria Geralda (filha do senhor Zezinho e zeladora da igreja) a Folia de Reis saía para receber as ofertas para o Menino Jesus. A oferta arrecadada era dividida entre a igreja e a festa. “*Interessante que, a cada dinheiro que você dava, tocavam uma música, aí teve uma vez que chegou umas visitas na minha casa e o pessoal ficou maravilhado que eles ficaram quase meia hora cantando, cantando.*” (Sra. A., Mapeamento Participativo, abril de 2017). A economia camponesa não está voltada unicamente para atender as necessidades da família, mas também para produção das relações de sociabilidade. Assim, a função do “*fundo cerimonial*” (WOLF, 1976) está relacionado a despesas de matrimônio como também a arrecadação para as atividades religiosas, o que o torna essencial para a manutenção dos modos de vida comunitário.

A carreata de Nossa Senhora Aparecida tradicionalmente realizada no dia 12 de outubro é mais uma celebração que visibiliza a relação próxima com as comunidades ao entorno. Eram carros, motos, bicicletas, caminhões que saíam de Paracatu de Baixo em um formato de peregrinação, o qual percorria cada uma das comunidades com seus respectivos santos padroeiros. “*A carreata saía com duas imagens de Nossa Senhora Aparecida, aí ela saía daqui e ia à Pedras, Águas Claras, Claudio Manoel, tinha vez que ia em Monsenhor Horta, tinha vez que não,*” conta Sra. I. (abril de 2017).

No trabalho de mapear Paracatu de Baixo, a equipe se dividiu para acompanhar o mapeamento nos terrenos individuais com cada representante da família presente. Eu e uma assessora da Cáritas percorremos o terreno de Izolina, junto também da vizinha Angélica. As

lembranças que pairavam no terreno totalmente destruído pela lama eram de uma vida simples e saudosa. Izolina resgatou da memória o cotidiano vivenciado ali naquele espaço, onde mesmo diante das dificuldades da vida, zelava e cuidava de tudo aquilo que lhe pertencia. Ao apontar o que deveria ser marcado pelo GPS, ela nos contava as histórias repletas de significados que fazem parte da sua identidade e pertencimento ao local. “*Eu amava esse lugar!*”, disse ela. Quando chegamos ao espaço que cultivava sua horta, parte da cerca de bambu estava de pé. Izolina relembra as plantações que cultivava, como: inhame chinês, milho, mandioca, feijão, alface, couve, cebolinha, repolho, tomate. “*Era uma rotação de cultura né? Que ela fazia*”, disse Angélica. No final do percurso, perguntei a ela se tinha mais alguma coisa que queria marcar. Izolina percorreu com o olhar todo o terreno, refletiu e disse: “*Sabe uma coisa que eu quero marcar*”, olhei para ela, e ela respondeu: “*A saudade que nunca acaba*”. O seu enunciado era de angústia e tristeza da vida que foi “solapada” pela lama da Samarco. A assessora da Cáritas, que estava com o GPS, disse que marcaria também este ponto, o da “saudade”.

### **2.1.2 A terra, a família e o trabalho**

As atividades da agricultura familiar eram predominantes na localidade de Paracatu de Baixo, as dinâmicas de troca e reciprocidade do que cada um produzia no seu quintal reforçava as relações de parentesco e vizinhança da comunidade. “*Aqui a gente não comprava verdura, por que o pessoal aqui é desse jeito: o que eu plantava aqui, [se] o vizinho ali não tinha, eu dava pra eles e eles me davam do deles.*” (Dona Gl., Mapeamento Comunitário, março de 2017). Com organização social própria, a comunidade ribeirinha se caracterizava pelo modo de vida camponês<sup>22</sup>, tendo formas específicas de apropriação e usos dos recursos ambientais do território, estes mediados por códigos morais e relações de parentesco e vizinhança. (OLIVEIRA, 2008; LASCHEFSKI, 2007). Em seu trabalho acerca da subjetividade do camponês, Klass Woortmann (1990) destaca três categorias indissociáveis que envolvem um conjunto de valores na ética do campesinato, onde a terra não é vista exclusivamente como

---

22 “Compreendemos por campesinato um conjunto de elementos que, no decorrer do tempo, foram se agregando e formando um jeito de ser e de viver, um jeito de relacionar-se com a terra, algo que para alguns pode até ter um tom de romantismo, de arcaísmo. Porém, elementos fundantes como a terra, a família e o trabalho, expressos no modo como essas pessoas se relacionam entre si e com a terra, dão características desse campesinato, as quais são fortemente marcadas pelas particularidades de regiões e/ou biomas e também estão em constantes mudanças. A terra é um elemento que transcende as fronteiras de compreensão desta relação entre humanidade e natureza, pois explicita a diversidade de vida, de comida na mesa e na terra, mas também de expropriação e miséria, quando concentrada nas mãos de alguns poucos.” (ROSA, 2012, p. 99).

um fator de produção ou de negócio. A *terra*, o *trabalho* e a *família* são categorias interligadas, assim, o autor afirma: “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família.” (WOORTMANN, 1990, p. 23). Para completar, o bojo das categorias o autor destaca também a *liberdade* que está atrelada a autonomia de gerir o trabalho de acordo com seu modo de vida.

Paracatu de Baixo apresenta o que Almeida (2009) classifica sendo “*terra de herança*” ou “*terra de parente*”, que se refere a extensões tituladas, sem que houvesse a partilha, o terreno permanecendo indiviso e se configurando em um espaço de reciprocidade do núcleo familiar. O exemplo disso está no terreno em que morava o Senhor Sr. Pl.. O terreno é de herança dos pais, e com isso os filhos e netos foram casando e construindo as casas no mesmo terreno, sem que houvesse partilha e compondo o núcleo familiar.

“Isso aqui tudo é de meu pai e minha mãe, lá, sobe naquele lá, aqui. E aí nós foi casando e Sr. J. meu irmão ali, eu aqui. Francisco meu cunhado ali, que hoje ele já morreu. Aí a Aparecida, e Valdelice que é ali em cima que é minha irmã. Lá naquele cantinho são os primos, que mora lá naquelas casas, último do canto lá. As casas quebradas era também. Zélia minha irmã na frente ali, quase tudo família aqui.” (Senhor Pl., Mapeamento Participativo, abril de 2017).

A configuração do terreno onde vivia Sr. Pl., assim como outros casos na comunidade, é o que Galizoni (2005) e Oliveira (2008) caracterizam como sendo “*terra no bolo*”, ou seja, terra utilizada comumente por uma família extensa: “*é uma terra de herança que está indivisa, sem formal de partilha.*” (GALIZONI, 2005, p. 44). A medida que os filhos crescem e se casam a casa que abrigará este novo grupo doméstico é construída no terreno dos pais, e assim a transmissão da terra se dá através de princípios de parentesco. E à medida que a ocupação da terra é pautada através deste princípio forma-se uma “*comunidade de parentesco*”. (WOORTMANN, 1990).

“Fazendo um resumo [...] lá era assim: eu herdei do meu avô, do meu bisavô, eu tenho um terreno grande, meus filhos vão casando, vão fazendo as casas no terreiro como se diz, né, cada um vai ficando tudo ali em volta do pai e da mãe. Todas as falas aqui tão em cima dessa que eu falei. E a vizinhança era assim, era um machucava, gritava um “ai”, já tava todo mundo junto. Plantava horta, se eu tinha chuchu e minha vizinha não tinha, eu trocava com ela em alface, algumas pessoas vendiam. Todo mundo era perto um do outro. Resumindo, lá eu acho que se mexer, mexer, mexer, todo mundo é parente de todo mundo.” (Sra. Al., Mapeamento Comunitário, abril de 2017).

A maioria dos terrenos familiares de Paracatu de Baixo era composto por casas, quintal, horta e, em alguns casos, também a porção de roça. Nesses espaços os núcleos familiares organizavam a sua produção. Os espaços eram diversificados conforme a disponibilidade de terreno de cada núcleo familiar.

Aqui é entrada, aqui tem a porteira, o pé de goiaba, o pé de jabuticaba e os dois coqueiros que tinha perto da porteira, aqui já é a casa, falando onde é a cozinha, os quartos. Tem o paiol, tem o banquinho onde a gente sentava perto do pé de jabuticaba, tem a coberta de lenha, o galinheiro, em cima era de galinha e embaixo era dos patos que pai fez. Aqui era o chiqueiro que era dois em um, aqui é a garagem, aqui onde colocava as ferramentas, e aqui onde tirava leite. Aqui é a horta, e aqui no fundo era onde ficava o plantio. Tinha canavial, pé de abacate, manga, esses trem. Essa horta era da minha mãe, tinha mandioca, o repolho, o pé de limão que tinha lá, pé de manga, carambola, pimenta, aqui azedinha, a cenoura, beterraba, alface, cebolinha, salsinha, quiabo, tomate e couve, e aqui tinha um pé de chuchu. (Sr. J. e a filha na apresentação do croqui individual, oficina de confecção dos croquis, fevereiro de 2017).

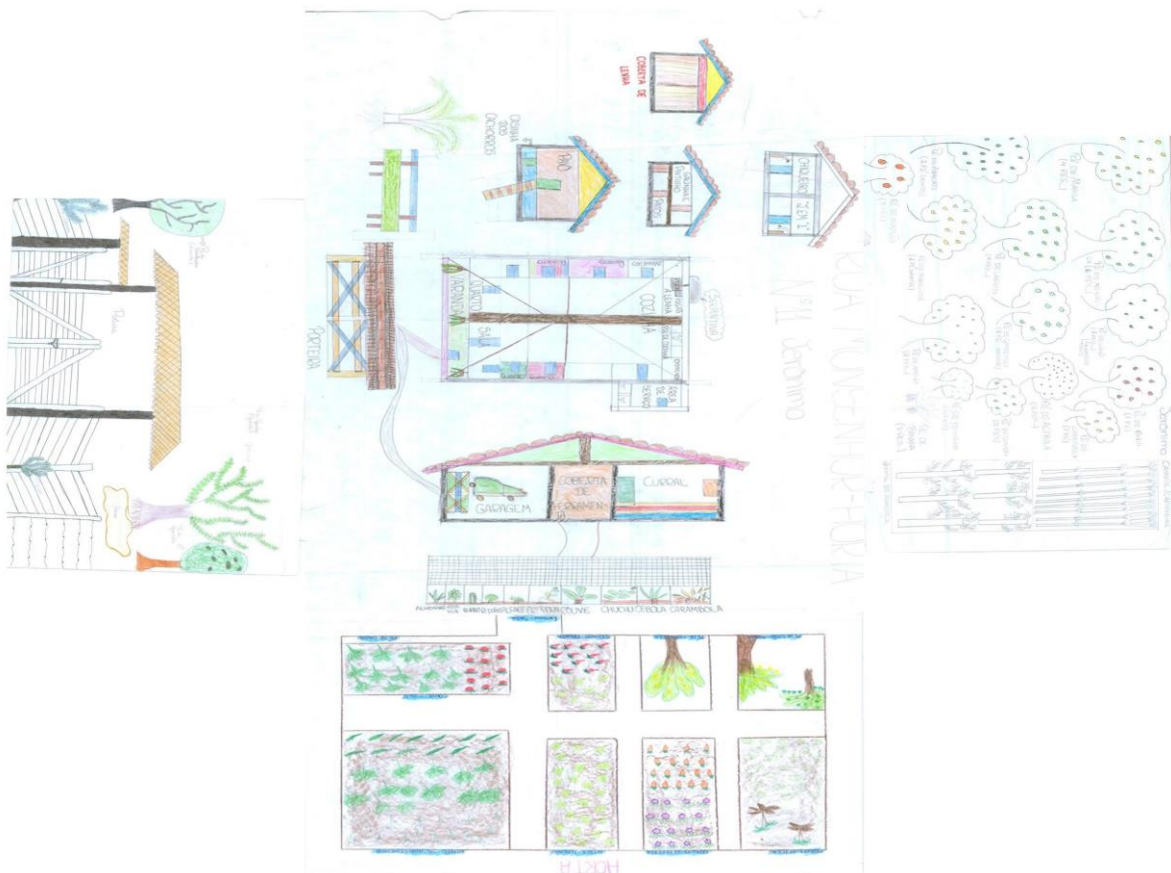


Figura: 2. Croqui realizado e apresentado por Sr. J. e as filhas,  
Fonte: Arquivo Gesta, fevereiro de 2017.

Em seu trabalho acerca da produção camponesa em Sergipe, em 1980, E. Woortmann (1983) define o sítio camponês como sendo um “sistema de espaços diversificados, complementares

e articulados entre si, sistema esses que se reorganiza através do tempo como resposta ao processo histórico” (p. 164). Como descreve a apresentação de Sr. J. e a filha, a configuração do sítio segue essa lógica onde a sua produção se realiza em três distintos espaços: a roça (onde é realizado o plantio do canavial), o quintal e a horta (que se encontram próximos da casa). Em cada um dos espaços presentes no terreno das famílias as atividades desenvolvidas articulavam-se entre si. (WOORTMANN, 2009). E “essa articulação engendra uma espécie de modelo de insumo–produto, no qual cada espaço-atividade gera insumos para outros espaços-atividades.” (WOORTMANN, 2009, p. 120). Por exemplo, no terreno da família da Sra. A., que fazia o plantio de cana no espaço da roça para fazer ração para o gado: “*pra lá o canavial. [...] era pra ração pra vaca.*”, conforme ela disse no momento do trabalho do Mapeamento, em abril de 2017. E também o Senhor Pa. que cultivava inhame para a alimentação dos porcos. “*Aqui nós tínhamos o inhame de dá pros porcos e tinha o inhame chinês que a gente come.*” (Sr. Pa., Mapeamento Comunitário, março de 2017).

A articulação dos diferentes espaços possibilita a garantia da manutenção das despesas da casa, ou seja, o sítio fornece o “*mínimo calórico*” da família. Este, segundo Wolf (1970), se trata da “capacidade que uma sociedade tem em produzir excedentes acima do mínimo necessário para manter a vida.” (pág. 17). As estratégias para a manutenção do núcleo familiar passam também pela comercialização da produção, pois se deve considerar que o campesinato não está engessado na produção de subsistência. “A agricultura camponesa não se identifica simplesmente a uma agricultura de subsistência, entendida esta como uma outra forma particular da agricultura familiar” (WANDERLEY, 1996, p. 5). Klass Woortmann (1990) não desconsidera o fator econômico do campesinato, trazendo a concepção de que não existe um camponês puro, genérico, mas a existência de uma campesinidade em graus distintos. E segundo Wanderley (1996), a agricultura camponesa tradicional possui especificidades que se materializam “no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, pág. 3, 1996). No “sítio” de Sr. J., por exemplo, a produção de ovos e leite que ultrapassava o consumo familiar era vendida e/ou cedida para os vizinhos.

“Leite, a gente fazia um queijinho quando tinha mais quantidade de leite, quando não tinha muito leite, também era só pra despesa, quando aumentava bastante, a gente vendia, fazia um queijo, dava pros amigos, aí era assim. A gente nunca teve muito leite não, porque o pasto é pequeno, não podia ter muita criação.” (Sr. J., Mapeamento Comunitário, abril de 2017).



A campesinidade está sempre em articulação ambígua com a modernidade. (WOORTMANN, 1990). “O *modo de vida camponês* é uma expressão de resistência ao processo de capitalismo e uma forma de sobrevivência dentro do capitalismo, uma vez que a terra é utilizada também como meio de produção de bens para comercialização (...).” (ROSA, 2012, p. 104). Porém, encontramos predominantemente na economia camponesa um circuito de trocas bastante distinto ao domínio exclusivamente mercantil, como as redes de troca e reciprocidade. (ROSA, 2012).

Vinha gente de Mariana buscar aqui. Vinha pra comprar, mas eu não vendia não. Mas eles dava as coisas pra mim, sabe? [...] Mas quem mais buscava verdura aqui era Adriana. Que ela tinha uma feirinha, né? Ai eu falava: “Ô Adriana, pode levar, boba”. Mas ela trazia as coisas pra mim. O que eu não tinha aqui, ela trazia. Ela trazia pão, refrigerante, linguiça, salame, que ela trazia, batata, abóbora, trazia pra mim. (Dona C., Mapeamento Comunitário, abril de 2017)

O plantio e a criação eram centro das atividades em Paracatu de Baixo, e tais atividades também possibilitavam o acesso a outros tipos de alimentos sem que houvesse necessariamente a mediação pecuniária. “*Quando a gente ia em Mariana a gente comprava, assim, uma batata, um tomate. Alguma coisa que a gente não tinha, mas era muito difícil. A gente passava um para o outro também, o que a gente não tinha o outro dava, trocava.*” (Sra. M.A., Mapeamento Comunitário, março de 2017) Os cultivos e criações eram providos com o trabalho familiar para a garantia do “*fundo de manutenção*” (WOLF, 1970), e através das estratégias de comercialização e redes de trocas se garantia recursos para suprir outras demandas da família.

“As formas de sociabilidade características do mundo rural se encontram crescentemente referidas a estilos de vida, concepções de mundo, processos de decisão e modalidades de trabalho que se modificam além de seus horizontes”. (GARCIA, 2002, p. 160)

Entretanto, outros tipos de trabalhos também eram exercidos pelos moradores como sendo fonte de renda. Alguns destes trabalhos estavam vinculados a redes de relações sociais dentro e fora de Paracatu de Baixo. As relações com os sítiantes das fazendas no entorno da comunidade também eram relações de trabalho. Segundo Garcia: “só há desenvolvimento de campesinato em áreas periféricas ou marginais à *grande lavoura*” (GARCIA, 2002, p. 159). O trabalho na fazenda de cafeicultura localizada nos arredores de Paracatu de Baixo, no sentido ao distrito de Furquim, era realizado sazonalmente entre os meses de março a novembro de todos os anos. Lá os trabalhadores da comunidade eram contratados para a colheita e os cuidados da grande lavoura de café. Maria Geralda nos conta que toda a produção do café era realizada ali mesmo no terreno da fazenda e que o “*Café do Monte*” já

saia embalado para ser vendido em toda Mariana. Outro trabalho sazonal, e que se fazia quando não tinha outra opção, era o trabalho em carvoarias na região. Trabalhos como capina, plantações (milho, feijão, arroz, café, horta) e colheita de cana, também faziam parte da rede de trabalhos dos moradores.

*“E antes de aposentar você trabalhava com o quê, C.? Enxada. Plantando milho para os outros, apanhando arroz, arrancando feijão, nisso que a gente trabalhava. Trabalhava pra Valdir, trabalhava pra Antônio, trabalhava pra João de Beijo, trabalhava pra Djalma, trabalhava no Sô Chico, trabalhava no Zezé Nhonhô [sitiantes do entorno – Paracatu de Cima] trabalhava no Café do Monte apanhando café, plantando muda, capinando, capinando milho, plantando milho. Trabalhava pra um tal de Faria, pra Zé Baio, sabe quem é Zé Baio?”* Nós trabalhávamos lá, plantando as coisas pra ele, capinando, arrancando. Ih, minha filha, nós trabalhava esse mundo todo aqui, óh [aponta para o entorno]. (Dona C., Mapeamento Comunitário, abril de 2017)

Conforme argumenta Wanderley (1996) o trabalho externo se torna necessário como complemento da renda familiar, tanto para reprodução, como para o próprio estabelecimento do grupo doméstico. Porém, se percebe que mesmo se submetendo a trabalhos fora da comunidade, que são necessários para a reprodução social do campesinato, a segurança do retorno para o lar permanece. Conforme enfatiza Klass Woortmann (1990), possuir um pedaço de terra retira o camponês da condição de sujeição, de humilhação, do assalariamento, e principalmente do cativo quando não se possui a liberdade.

A rede de trabalhos no interior de Paracatu de Baixo também se realizava nos terrenos de sitiantes que viviam dentro da comunidade, *“no dia que aconteceu isso aí eu tinha chegado do serviço... eu tava capinando milho pra Rosário [sitiente de Paracatu de Baixo] lá dentro do terreno de Rosário.”* (Dona Im., Mapeamento Comunitário, março 2017). Além dos trabalhos na escola e bares da comunidade. *“Eu também já trabalhava lá no bar da Laura, antes deu ir pra Mariana eu ficava lá. Ai depois eu sai de lá e minha irmã entrou”* (Jovem Ar., Mapeamento Participativo, maio 2017). Porém, a oferta de trabalhos na comunidade era limitada, e a necessidade do trabalho externo se fazia preciso principalmente para aqueles grupos com menores recursos no interior do sítio. Com isso, a migração para o centro de Mariana se fazia necessária, mas os vínculos sociais e o sítio permaneciam em Paracatu para o retorno dessas pessoas.

*“Você fica em Mariana para você poder trabalhar, porque aqui não tinha trabalho. Na roça já estava difícil para trabalhar. Então você fica em Mariana para trabalhar. [...] Na época eu estava também com o meu marido desempregado, eu desempregada. E aqui não tinha emprego. Então, a maioria do pessoal aqui estava em Mariana! Que estava aqui em Paracatu mesmo era os idosos. [...] Mas tipo assim, final de semana tinha para onde ir. Tinha um lugar para descansar, porque cidade é um lugar bom para você*

trabalhar, mas para ficar a toa não é não.” (moradora de Paracatu V., Mapeamento Participativo, abril 2017).

A comunidade de Paracatu de Baixo é cercada pela vegetação da Mata Atlântica e com isso possibilita os usos tradicionais de recursos ambientais, como a lenha, o bambu e a água. Segundo Ellen Woortmann (1983), a reprodução camponesa não se faz apenas no interior do sítio, mas também através dos recursos localizados fora do seu limite, que são as *áreas de uso comum*. Com isso, o sítio como sistema funciona de forma que cada porção da paisagem com seus respectivos recursos apresenta relações interdependentes com as demais, uma parte não substitui a outra, mas a ela se articula, complementando-a (WOORTMANN, 1983). Em suas análises acerca dos sistemas de uso comum presentes no campesinato Almeida (2009) argumenta que os recursos básicos presentes nos territórios não são utilizados de maneira individual ou somente por determinado grupo doméstico. Mas, através das relações sociais, de maneira consensual, são instituídas normas específicas estabelecidas entre os vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. “Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes.” (ALMEIDA, 2009, p.39).

Estava presente na maioria das casas de Paracatu de Baixo, o fogão a lenha. Na casa poderia até existir fogão a gás, porém a utilização tradicional do fogão à lenha era predominante. Assim, o trabalho da coleta de lenha se fazia necessário e era realizado, sobretudo, pelas mulheres.

“A mulher buscava muita lenha por aí afora, nessas beiradas, minha mulher saia qualquer hora do dia aí, o sol podia tá quente, do jeito que for, e ia pros altos afora aí buscar lenha na cabeça, porque ela não sabe ficar à toa, acostumou mexer na roça.” (Sr. J., Mapeamento Comunitário, abril de 2017).

A coleta era realizada na vegetação presente no entorno do território, na maioria dos casos a mata se encontrava atrás das respectivas casas, “*têm as casas em baixo e no final sempre tem a mata. Então eles sempre utilizaram essa vegetação que tinha em volta.*” (Sra. A., oficina de confecção dos croquis, fevereiro de 2017)”. E o armazenamento da lenha coletada era realizado no “paiol” ou “coberta de lenha” (ambos os nomes utilizados pelos atingidos) que ficava localizado no quintal.

Uso semelhante operava com reação aos bambuzais presentes na comunidade. A maioria das hortas dos quintais era cercada por cerca de bambu, o que evidencia a singularidade na forma de uma identidade local. “*A cerca de bambu, em Paracatu tudo tinha, cê podia olhar*” (Sra. V., oficina de confecção dos croquis, fevereiro de 2017). A construção da cerca de bambu era também um conhecimento local acumulado pelas gerações precedentes e que através da rede de relações permitiu a transmissão do saber. “*A cerca de bambu é no meu quintal e minha mãe que me ensinou, a vó, a bisavó que ensinou ela.*” (Sra. I., oficina de confecção dos croquis, fevereiro de 2017). Além disso, Sr. H. nos conta que para a cerca durar pelo menos oito anos é necessário retirar somente bambus maduros e a coleta deverá ser realizada no período de lua crescente, partindo de um conhecimento recebido e que o orienta para construir uma cerca de qualidade, conforme ressalta Galizoni acerca do saber camponês: “Fronteiras entre natural e cultural são, assim, tênues, elásticas e mediadas por formas organizadas de conhecimento que promovem a união entre a base natural e a elaboração cultural realizada sobre ela: o saber.” (GALIZONI, 2005, p.28).

A ética da água de comunidades e famílias de agricultores do Vale do Jequitinhonha foi analisada no trabalho de Galizoni (2005). A água é percebida pelo campesinato estudado como sendo uma dádiva divina gratuita, sem a intervenção humana ela nasce, brota, escorre, mina e mareja, é como um presente. De acordo com o código ético dos lavradores do Jequitinhonha, como é um recurso da natureza e não foi criado pelo seu trabalho, a água não pode ser apropriada privativamente.

“O pressuposto da água como um recurso natural comum fundamenta, para comunidades de lavradores, uma ética que permeia, regula e delimita, em última instância, os usos que a água pode ter nas famílias e comunidades, e alicerça solidariedade e reciprocidade entre os usuários de uma determinada fonte d’água.” (GALIZONI, 2005, p. 61).

Portanto, o fato da água ser percebida como um bem comum significa que a família pode usar, mas não é ‘dona’ da água que percorre sua área de domínio. “é uma riqueza divina que não pode ser presa só para si”. (GALIZONI, 2005, p. 61). Aspectos dessa ética da água dos lavradores do Vale do Jequitinhonha podem ser percebidos também em Paracatu de Baixo. A disponibilidade deste recurso natural na comunidade é sempre associada à fartura no território. Os moradores utilizavam coletivamente a água que vinha diretamente dos córregos e nascentes que corriam em seus terrenos, sem necessidade de tratamentos químicos. Assim, o fato da água ser compreendida como bem comum, a família utilizava o recurso disponível em sua área de domínio, porém não hesitava em compartilhar o recurso com a vizinhança.

*“Tinha água da mina [no seu terreno, próximo da casa]. A mina abastecia todas as casas, as casas que não tinha, precisava buscar”.* (Sra. I., Mapeamento Comunitário, março de 2017).

O abastecimento doméstico era realizado através da captação das águas das nascentes de maiores declividades, e essa água era represada para abastecer as caixas d' água e assim ser distribuída para todas as casas das respectivas ruas. “A água da senhora vinha da nascente do seu Luiz também? *É, cai na caixa aqui.[...] Deve tá tudo sujo lá [na barragem que armazena a água vinda da nascente]. [...] Nós aqui é que cuidava, roçava, limpava o caminho.*” (Equipe Gesta e Dona G., Mapeamento Comunitário, março de 2017). Na rua Furquim, por exemplo, a nascente localizada no terreno do Seu Luiz era represada, canalizada e enviada para a caixa d'água que ficava no terreno de Dona Glória e abastecia dez das casas ao longo da rua. Para os usos tradicionais como o plantio e as criações, por exemplo, na maioria dos casos era utilizada a água que corria pelos quintais.

Como analisado por Penido (et al 2011) no caso da comunidade de Novo Soberbo, que sofreu deslocamento compulsório devido a chegada de um empreendimento hidrelétrico, a terra, o quintal, a horta, jardins e outras benfeitorias presentes em Paracatu de Baixo também compunham o espaço cotidiano dos atingidos. Representando mais que investimentos financeiros, mas “eles significam elementos simbólicos do espaço vivido, da sua lida, da própria história dos moradores, tendo, portanto, grande valor de uso para eles.” (PENIDO et al, 2011, p. 203).

## *2.2 A vida provisória em Mariana*

Conforme exposto no item 1.3 deste trabalho, os atingidos que tiveram seus territórios, casas, terrenos destruídos pelo rompimento da barragem de Fundão estão vivendo provisoriamente no centro urbano de Mariana, lutando pelo direito à reconstituição da vida através dos reassentamentos. O desastre provocou repentinamente a ruptura da vida cotidiana e o centro urbano é completamente distinto do espaço vivido anteriormente. A distância entre parentes e vizinhos é uma das causas de sofrimento das vítimas, pois a ruptura com as redes de reciprocidade e sociabilidade ocasiona o isolamento de cada grupo familiar. O mapa a seguir elaborado pelo jornal *A Sirene*, em 2015, mostra através dos pontos vermelhos a localização

das casas alugadas na cidade de Mariana, ocasionando o distanciamento entre as famílias das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo ao longo do centro.

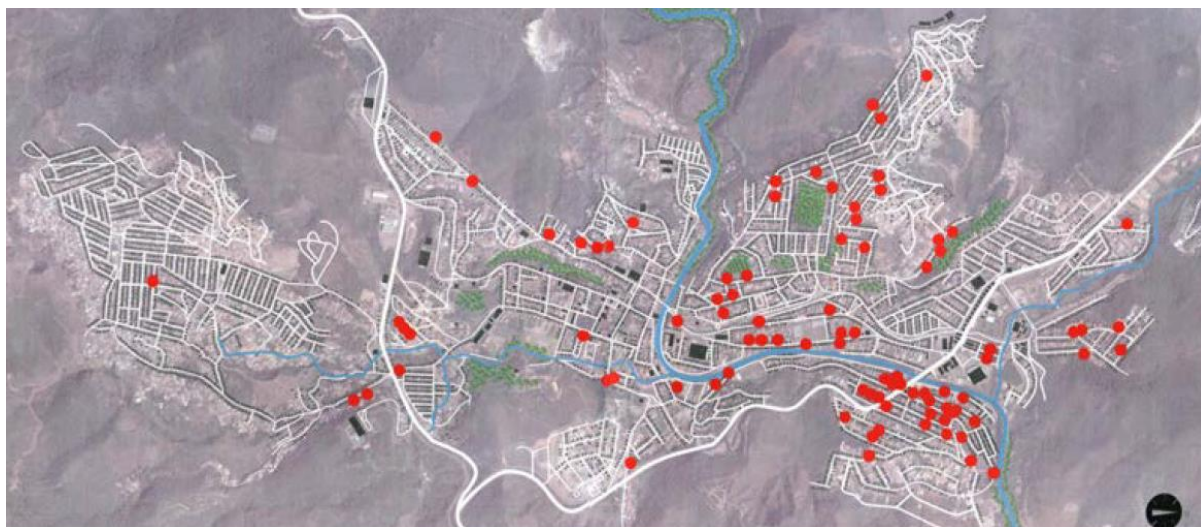


Figura 3. Localização das casas alugadas na cidade de Mariana.

Fonte: Jornal “A Sirene – Para não esquecer”, Edição número zero, 2015, apud ZUCARELLI, 2016.

Assim, conforme pontua Zucarelli (2016) “as famílias perderam não apenas seus lares e seus modos de vida, mas todo o convívio das relações sociais que a proximidade com seus vizinhos, parentes e amigos lhes permitia em seus locais de origem.” (pág. 319). Os encontros são dificultados pelo distanciamento das casas, então as pessoas ficam dias ou até meses sem se verem. “*É, os amigos, os vizinhos... ficou tudo longe, né? Mas... vamos assim até quando Deus quiser. [...] Quando Deus quiser a gente volta... só que a gente não sabe se a gente volta pra aqui, pra onde a gente vai ainda, né...*” (Dona Im., atingida de Paracatu de Baixo, março 2017). A fala da Dona Im. traduz as suas incertezas quanto ao futuro. É não saber até quando permanecerá a separação da vizinhança e dos amigos, além da dúvida se retornarão para Paracatu ou para outro lugar. O caráter provisório e incerto da vivência atual é destacado na narrativa da atingida. Na maioria das vezes as pessoas se encontram em espaços de luta pelos direitos, como reuniões, assembleias, audiências, oficinas. “*Lá em Mariana mesmo a gente quase não vê os vizinho, que todo mundo mora longe, né? É muito difícil... A gente vê ele só dia que tem a missa. Que aí vai todo mundo. Outra hora quando a gente vai numa reunião, aí a gente vê eles...*” (Dona Im. , atingida de Paracatu de Baixo, março de 2017).

O viver com a reparação provinda pela Samarco, desde 2015, com cartão de auxílio-reparação, se configura na perda da autonomia, contradizendo, assim, a ética do campesinato sublinhada por Klass Woortmann (1990), que destaca a terra, o trabalho, a família e a

liberdade como a base do modo de vida camponês. É como se estivesse vivendo um novo “cativeiro”, condição de sujeição e impossibilitado de retomar o controle sobre sua própria vida. Além disso, envolve também a readaptação a outro estilo de vida, o do urbano, onde tudo é comprado.

“A gente tava qui tranquilo menina, a gente saiu corrido pra lá, a gente nem adaptou direito. Igual to falando com você, eu vivia com salário, que é a pensão do meu marido e eu fazia algum bico aqui, eu se virava muito bem e lá não dá, se for pra mim ficar com salário lá, num dá. igual eu to falando com você, se quiser comer uma folha de couve tem que comprar, se não tiver o dinheiro cê não come, tudo é comprado, não dá. E mesmo a SAMARCO dando o salário, se a gente não souber controlar, não dá não.” (Sra. M.A., atingida de Paracatu de Baixo, março 2017).

A vida na “roça” é adjetivada de ‘liberdade’ por moradores de diferentes idades. E a insegurança em estar no centro urbano também é um motivo de preocupação dos atingidos, principalmente das mães em relação aos filhos.

“Morava em Paracatu de Baixo desde que nasci. Era tão gostoso o lazer lá. Chegava umas cinco horas da tarde, reunia um tanto de gente para jogar bola e as mães, Do Carmo, Sra. I. e a minha mãe, ficavam gritando a gente. Nos sábados e domingos, a nossa turminha sempre fazia um churrasquinho no Carlim, no Jairinho ou no Banana. Tínhamos nossa liberdade. A rua era nossa e ficávamos até tarde nela. Esquentávamos com o fogo na época de frio. Pegávamos bambu. Chegava época de calor e nós íamos para a cachoeira. Hoje, se sentimos calor, bebemos água, porque não tem mais cachoeira. Brincávamos de pique-esconde e polícia-ladrão à noite. Mexíamos com Duquinha e Nicanor. Era todo mundo conhecido. Éramos unidos. Hoje não. O meu povo de Paracatu está distante. Não tem lazer para os adultos e nem diversão para as crianças. As mães, antes, sabiam onde seus filhos estavam: no campo ou na rua. Em Mariana (sede), é complicado, nós temos que deixar os nossos filhos dentro de casa.” (Raiane Rosa de Oliveira, moradora de Paracatu de Baixo, depoimento no *Jornal A Sirene*, site. *Espaço: Cultura e Memória*.).

Os custos foram acrescidos em diversas áreas, como por exemplo, o transporte escolar dos filhos. Em vários casos as famílias moram distantes das escolas dos filhos, e com isso é necessário a contratação de transporte de van ou ônibus para levá-los a escola. Sra. M.A., atingida de Paracatu de Baixo, me relatou essa dificuldade do transporte para o filho na *Oficina de Cartografia Comunitária*, realizada no dia 23 de setembro de 2017. Dadá, como é carinhosamente chamada, conta que estão morando longe da escola onde o filho estuda e que com isso está tendo dificuldade em relação ao custo do transporte. Ela fala que em Paracatu era mais fácil, porque “*tudo era pertinho*”, e mesmo o jovem estudando na comunidade vizinha, Águas Claras, o ponto de ônibus era próximo de casa, além da tranquilidade de morar em um local em que todos se conheciam. Essa dificuldade foi relatada por ela ainda em

março de 2017, quando fizemos o trabalho de Mapeamento em seu terreno em Paracatu de Baixo. Nessa ocasião ela relata:

“Ai agora eu moro lá no alto [em Mariana], ai meu menino tá estudando cá em baixo no Dom Silvério, ali perto da prefeitura. Ai eu fui lá e pedi pra mudar de casa, tem um mês que eu fui lá e não apareceu ninguém lá em casa, pra mudar pra um lugar mais perto ou se não ele dava um vale transporte também.”

O transporte escolar deveria ser garantido pela Fundação Renova (esta que é a responsável por gerir a reparação de danos que o desastre provocou), afinal trata-se de um gasto que as famílias não tinham quando moravam nas respectivas comunidades destruídas pelo desastre. Essa circunstância gerou constrangimento para Dadá, ou para qualquer atingido que necessita solicitar algo que em sua vivência anterior apresentava-se como trivial, imediatamente providenciado e solucionado a partir dos recursos disponíveis mobilizados pelos atores. Atualmente, o fato de ter que pedir à Fundação reforça a relação de dependência e certo sentido de sujeição. Conforme relatado por Dadá, para mudar de casa é necessário ir ao escritório da Fundação Renova para solicitar a mudança, e ainda contar com o tempo de resposta da Fundação, sem ao menos saber se sua necessidade será ou não atendida.

Mesmo diante de todo sofrimento social causado em virtude do desastre sobre suas vidas os atingidos continuam com as *“marcas da lama”*, provocado também pelo processo de estigmatização em Mariana (OLIVEIRA, 2018). Os atingidos são culpabilizados por um conjunto de moradores da sede do município pela paralisação das atividades da Samarco. *“(...) As coisas hoje em dia estão ruins, mas é muito difícil pelos outros, por esses preconceitos que a gente sofre. Falam que a gente é culpado o tempo todo.”* (depoimento do jovem Júlio César, de Bento, no Jornal A Sirene, março de 2017). A acusação parte do princípio que os atingidos do desastre estão vivendo em condições de vida “boa”, enquanto os trabalhadores perderam empregos e a economia do lugar (dependente da mineração) enfraqueceu.

“É, eles xinga mesmo. Muita gente não fala, eu mesmo faço questão de falar que nem que sou daqui [Paracatu de Baixo], xinga o povo do Bento, de Paracatu, xinga mesmo. (...) Igual eu to falando com você, faço questão, pergunta da onde que eu sou, eu falo que sou de Mariana. Daqui não, porque eles xingam demais. Dadá: Xinga na rua. Uma vez teve uma reunião com o promotor no Fórum. Aí teve um monte de gente de Bento, Paracatu. Aí eles passavam na rua: "Cambada de vagabundo, vai caçar serviço, tá caçando dinheiro, vai caçar serviço". No meio da rua assim, porque passava dentro do carro, tava atrapalhando os outros passar na rua mesmo, mas eles xingavam: "*Cambada de vagabundo, tá caçando dinheiro, vai trabalhar.*"”(Sra. M.A., atingida de Paracatu de Baixo, março 2017).



Os direitos das vítimas são interpretados como benefícios e a ruptura da vida é considerada acomodação. “A mente suscetível a internalizar a culpa pelo desastre não está contida no corpo exposto à humilhação, mas conectada ao imaginário social mais abrangente em que se constrói essa perversidade.” (VALENCIO, 2014, p. 40). Portanto, trata-se de uma análise desumanizante que esvazia o debate acerca do processo de vulnerabilização, invisibiliza os agentes causadores do desastre e subdimensiona a dor e sofrimento daqueles que perderam seu modo de vida. “*Eu vivo por que todo mundo vive, mas não tenho mais vida.*”, frase marcante para nós do Gesta, que foi dita por uma atingida de Paracatu de Baixo para a professora Andréa na primeira oficina realizada em fevereiro de 2017. Conforme argumenta Valencio:

“Quando as relações sociopolíticas produzem a morte social dos que perdem circunstancialmente suas possibilidades de autoprovisão e solapam os meios através dos quais os mesmos possam definir os rumos de sua vida, em sua própria concepção de plenitude, a insegurança humana acena no presente e no horizonte.” (VALENCIO, 2014, p. 18).

O processo de culpabilização das vítimas também é observado em outros casos de desastres analisados por Valencio (2009;2014). Nos casos analisados pela autora, as vítimas de deslizamento de terra provocado pelas chuvas são culpabilizadas por estarem em áreas de risco, em uma análise que coloca os grupos sociais fragilizados como os responsáveis pelo desastre sobre suas vidas devido à suposta escolha das áreas de ocupação. “Os documentos oficiais tratam o conjunto dessas ocorrências como desastres naturais, porque esse recurso discursivo favorece que os que se mantêm em aviltantes condições de vida e de territorialidade possam permanecer longamente à míngua, sentindo-se apenas traídos pelo destino e por si próprios” (VALENCIO, 2014, p. 27). As tratativas para tais casos são realizadas através de metodologias de prevenção de risco (ACSELRAD, 2006;2011). Com isso, o processo sociopolítico que os levaram a construir suas casas em áreas de risco é desconsiderado. O que reforça as desigualdades sociais e perpetua as injustiças ambientais sofridas por determinados grupos sociais. Assim, “a culpa que os afetados nos desastres são levados a inculcar serve para vergar sua dignidade, verem-se como incapazes e induzi-los a mostrarem-se sempre gratos pelos donativos ou serviços de reabilitação que lhes chegam.” (VALENCIO, 2014, p. 27).

Outro aspecto que chama a atenção na fala da Sra. M.A. é a resposta dela quando diferencia o “*ser de Mariana*”. Nas trocas com amigos e pesquisadores do Gesta percebemos que os atingidos aos quais nos relacionamos não se identificam como sendo de Mariana. O “ser”,

“pertencer”, “identificar” como sendo Marianense se refere apenas àqueles que nasceram na sede da cidade. Mesmo que os distritos rurais pertençam ao município de Mariana, é o nome das respectivas comunidades que é acionado pelos atingidos ao se identificarem como sendo de um *lugar*. O sentimento de pertencimento e identidade com o *lugar* específico está difundido nas narrativas dos atingidos. Little (2004) traz o conceito de cosmografia que significa que, para se estabelecer e manter seu território, um grupo social - coletivamente criado e historicamente situado - define os saberes ambientais, ideologias e identidades. “A *“cosmografia”* de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.” (p. 254).

Estar ‘fora do *lugar*’ é algo que traz sofrimento ainda mais intenso aos idosos. A ruptura com a vida na roça e seus costumes e o morar em um ambiente urbano, acarretam o ócio e eles acabam se sentindo “*presos*” dentro de casa.

É, eu moro num apartamento, né? Lá é perto do seu Reginaldo, lá no São Cristóvão. Lá é dois quartos, cozinha, banheiro, só que agora eu acostumei ficar lá. No princípio eu tava achando muito difícil. Porque lá não tem nada o que fazer. Aqui [em Paracatu de Baixo] eu levantava cedo e aí eu ia tratar dos pintinhos, separar água. Tinha os cachorros, eu ia tratar dos cachorros. Aí eu ia pra horta, jogar água lá, mexer lá, sempre eu tinha as minhas plantinhas... (Dona G., Mapeamento Comunitário, março de 2017).

A suspensão da vida (tal como era vivida) por tempo indeterminado causa angústia para os mais velhos, e é motivo para o aumento de casos de depressão, resultando em novos óbitos provocados pelo desastre da Samarco. “*É... eles são apaixonado com isso aqui. Sabe por quê? São nascido e criado aí, eles não conhecem outra vida, só conhece isso aqui, óh. Cê vê que eles fica tudo perdido ali em Mariana, ali.*” (Sr. G., Mapeamento Participativo, março de 2017). A reportagem publicada pela a Agência Brasil (03 de novembro de 2017) relata o caso do Senhor Alexandre, de 67 anos, atingido de Paracatu de Baixo, um senhor que é sempre lembrado pelos amigos da comunidade por ter sido uma pessoa alegre, feliz. A reportagem traz uma entrevista realizada com a filha do Senhor Alexandre, ela relata o processo de adoecimento do pai desde que chegou a Mariana. “*Meu pai morreu de tristeza*”, disse ela na reportagem. A filha conta que na comunidade a sua casa era construída no terreno do pai, e quando foram para Mariana viraram moradores de bairros diferentes. Afastado da maior parte da família e amigos e com a mudança brusca e compulsória do lugar de morada e dos hábitos, segundo a filha, o pai não saía de casa, emagreceu de forma repentina e, hipertenso, ele

passou a adoecer com frequência. Ela relata que os filhos levavam o pai ao médico, porém sua recuperação não acontecia devido à depressão. O Senhor Alexandre faleceu em março de 2017, de infarto. (VILLELA, Agência Brasil, novembro de 2017).

O caso do “*Seo Doca*”, como é carinhosamente chamado o Senhor Alexandre por amigos de Paracatu de Baixo, também nos foi relatado com tristeza em março de 2017 quando fomos ao território com alguns dos atingidos da comunidade. Sra. I. estava abatida devido à morte do amigo, “*mais um que a lama levou*”, nos disse ela. E conta com tristeza e revolta o fato dele não ter sido velado na igreja da comunidade, porque a estrutura ainda não havia sido limpa e aberta, sendo que as providências já tivessem sido solicitadas reiteradamente para a Fundação Renova.

“Oh o cemitério ali [na rua Furquim]. O menino morreu outro dia, Sr. Alexandre, deu sorte que tinha a casa do filho dele. Ia velar ele aonde? Como é que ce vela o outro na casa de outra pessoa? Aí nós conversou com o pessoal da Renova pra pelo menos limpar a igreja. E num é só por causa do velho não, qualquer um morre hoje, tá morrendo novo, morrendo velho, tá morrendo tudo.” (morador E., Mapeamento Participativo, março de 2017).

O desastre se perpetua cotidianamente na vida dos atingidos. As rupturas da vida e o viver provisoriamente, à espera de um futuro incerto intensifica o sofrimento social das vítimas. O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, provocou o deslocamento compulsório de centenas de pessoas que viviam nas comunidades rurais e que hoje vivem no centro urbano de Mariana desestabilizados e ainda tendo que lidar com mais uma carga, a do estigma.

### **2.2.1 Os significados da casa**

No dia 23 de setembro de 2017 realizamos a oficina de *Cartografia Comunitária de Paracatu de Baixo* no salão da Pastoral em Mariana. Eu fiquei com a importante missão de buscar as irmãs Vera e Izolina em suas casas provisórias. Ao chegar na primeira casa, a de Izolina, ela estava lavando roupas e não poderia ir naquele momento e pediu que fossemos buscar Vera primeiro, que havia se mudado recentemente para uma casa localizada na mesma rua da irmã. Ao voltar para buscar Izolina, ficamos eu e o motorista Marcelo esperando ela terminar de se arrumar. Na visão de pessoas que estão longe do contexto do desastre, a casa que em Izolina está morando em Mariana é aparentemente “boa”. Porém, o estilo de habitação, com escadas para o acesso ao segundo andar, difere muito do que ela vivia em Paracatu de Baixo. As casas

que nos foram apresentadas na comunidade eram compostas também pelo quintal, onde havia uma interação *casa-quintal*, sendo que na atual não existe o “*lá fora*”.

“Ter “*lá fora*” é um privilégio! Andar descalço na grama, cavucar a terra com as mãos, encontrar uma goiaba madura fora de época escondida no meio das folhas, seguir uma galinha e encontrar sua linhada com vários pintinhos.” (Depoimento de Angélica para o jornal A Sirene, nov. 2016).

A sensação era de confinamento ao olhar de fora à casa de Izolina, pois é bem distinta da vida adjetivada de **liberdade** que tinham na “*roça*”. Ao final da oficina acompanhei os atingidos no retorno para as casas e ao deixar Alexandra em sua casa temporária, Jerônimo brincou dizendo: “*tá rica, hein Alexandra, que casa boa*”. E Alexandra respondeu que não adiantava ser boa se não tem liberdade e uma das causas de ficar “*presa dentro de casa*” são as escadas que representam perigo para a filha pequena. Além disso, não ter mais “*o lá fora*” também é motivo de “*ficar preso dentro de casa*”, afinal, o trabalho na lida com as criações e plantações do quintal e a sociabilidade com a vizinhança não se faz mais presente no ambiente urbano em que estão inseridos.

“Saudade da minha casa até hoje [...]. Nossa senhora esse negócio de ficar comendo e cama não tá com nada não. Igual assim, na rua eu não gosto de sair. Você vai fazer o que na rua? Pra você descer lá embaixo, descer você desce, mas pra subir tem que subir de ônibus...não tem jeito não uê. As menina me chama, oh mãe vão lá na rua, ah...eu na rua, desce e pra subir? Não tem jeito de subir a pé? Então fica quietinho dentro de casa. Nem sai mais. Ah...eu sei lá... [faz silêncio] só quem é acostumado dentro de Mariana mesmo. [...] Eu não sou chegada em cidade não. Nossa senhora...muita gente, né?” (Sra. L., Mapeamento Participativo, abril de 2017 .)

Em junho de 2017 eu e um amigo do Gesta fomos visitar Vera na casa em que estava vivendo antes de se mudar para perto da irmã. E a sensação de confinamento foi sentida pela primeira vez ao entrar na casa provisória, e isso posterior à visita em seu terreno destruído em Paracatu de Baixo, quando Vera nos contou como era a vida ali no seu ‘cantinho’. Entristecida, ela nos fala sobre a impossibilidade de ter plantas e criações em casa, além disso, o fato dos móveis comprados pela empresa serem praticamente iguais para todos. “*Lá em Paracatu a gente tinha tudo diferente, quando um comprava uma coisa a gente ia lá e comprava diferente.*” O que percebemos é que quando ela diz que compravam tudo diferente se trata de fatores relativos à **identidade que são** refletidos na casa, e que são invisibilizados a partir do momento que a empresa padroniza todos os móveis sem se atentar às escolhas individuais.

Me recordo da primeira oficina de fevereiro, onde Izolina nos apresentou o croqui das suas duas casas em Paracatu de Baixo. A casa “*de mais história*” e a casa que era a sua

“*proteção*”. A primeira casa foi apresentada por Izolina e Vera, e é símbolo de **trabalho** das irmãs, estando investida de muita **afetividade** por ter sido construída por elas para abrigar a mãe. “*Essa casa de pau-a-pique era a casa de mais história, eu tinha muita história com ela*” (Izolina, fevereiro de 2017). As irmãs construíram a casa para a mãe com a ajuda de vizinhos e amigos da comunidade, e a construção da casa de pau-a-pique foi baseada em saberes tradicionais. “*Seu Zezinho é que fez a planta da casa, explicou como fazia, e o Jaci terminou de fazer. Agora, na hora de barrear, é só pegar as mãos de barro e ir jogando e pegava os bambus e vai amarrando os pau*” (Vera, fevereiro de 2017). Izolina junto da mãe morou na casa por volta de 17 anos e, neste intervalo de tempo, a casa veio a cair, porém ela e a irmã reconstruíram novamente e a mãe faleceu depois de três anos da casa reconstruída. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas durante a vida, por exemplo, por não ter outra moradia própria ou uma base de materiais de construção mais sólidos e resistentes, a casa de pau-a-pique representa orgulho para as irmãs, fruto do trabalho que elas realizaram juntas e lembranças da mãe. Além de ser lembrada saudosamente. “*E essa casa aqui tem uma história, uma história, que a gente queria ter ela como era no passado para ficar mais elegante pra relembrar.*” (Izolina, fevereiro de 2017).

A segunda casa, Izolina a descreve como sendo “*uma casa pequena, pequeninha e é a minha proteção*” (fevereiro de 2017). Após a casa de pau-a-pique ficar sem condições de uso, com a disponibilização de materiais de construção vinda da prefeitura, Izolina e a filha construíram a sua segunda casa com a ajuda da rede de reciprocidade que existia na comunidade. “*E todo mundo me ajudou, Vinicius, Cor-Jesus, os vizinhos daqui neto da Dona Leontina, todo mundo, Jaci, todo mundo me ajudou. O difícil era fazer a massa, quatro por um, que a minha filha fez. (...) Sem saber ela fez essa massa. E, aí fizemos essa casa aqui.*” A casa que nos foi apresentada como sendo a de sua “*proteção*”, que representa trabalho, **reciprocidade** e também espaço de autonomia. A falta de **autonomia**, por estar vivendo em um lugar que não representa o fruto do trabalho, e que é “*dos outros*”, é mais um motivo de desassossego em estar vivendo de aluguel em Mariana. “*Morando na casa dos outros*”, “*não é a minha*”, “*debaixo de telhado dos outros*”, “*na casa dos outros*”, “*na casa que não é minha*”, “*debaixo de casa dos outros*”, são frases que recorrentemente eu escutava dos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo quando falavam da angústia e questionavam até quando ficariam morando na casa que não era a deles. ML, atingida de Paracatu de Baixo, me relatou que não aguentava morar mais em uma casa que não poderia colocar os seus quadros, pois corria o risco de danificar a parede. MA, de Paracatu de Baixo, relata o fato de estar tendo

infiltrações na pia da cozinha, porém quando acionou o dono da casa o mesmo disse que ela deveria procurar a Fundação Renova para resolver o problema. E ao acionar a Fundação, foi informada que teria que resolver com o dono da casa e ela ficou sem saber o que fazer, afinal a casa não é dela. A falta de autonomia por residir em casas alugadas é mais um fator de desassossego, e com isso intensifica a ansiedade de ter a casa de volta, a vida de trabalho e o resgate do que a lama solapou.

“é uai, porque eu acho uma falta de respeito com as pessoas lutarem uma vida inteira para ter a sua casa e morrer debaixo de telhado dos outros, debaixo de casa dos outros [...] não pode uai. Se a casa é dos outros não pode. Como que você aluga a casa e fica lá colocando um monte de coisas? **Como você planta lá umas latas de flores, como você planta alguma coisa lá? Na casa dos outros não pode uai.** Tem que ter cuidado com a casa dos outros. Você não pode ter o que você tem aqui, lá. Para eles às vezes não significa nada, mas para quem gosta, para quem é nascido e criado na roça, que gosta das suas coisas, isso faz uma diferença enorme [...] Para eles podem não valer muita coisa, mas para gente vale muito.” (moradora de Paracatu de Baixo, Mapeamento Comunitário, abril 2017).

A casa representa também os anos de trabalho intenso, lutas e desafios para conseguir construí-la da forma desejada, e que em alguns minutos tudo foi perdido. A angústia de ver a vida de luta enterrada pela lama da Samarco, principalmente dos mais idosos, se transforma em desesperança.

“Não. Aí, tem hora que a gente fica pensando assim, meu Deus, pra quê que eu trabalhei tanto, pra ficar tudo aí jogado? Acabou tudo. Não tenho mais sessenta anos, cê sabe dessa, né? Que eu não tenho, não tenho mais sessenta anos pra mim viver. Então na hora que era pra mim, assim, viver a vida... né... muito triste.” (Dona C., Mapeamento Comunitário, abril de 2017).

No trabalho de Mapeamento Participativo com as famílias de Paracatu de Baixo percebemos que muitas famílias estavam planejando construir casas (com materiais de construção até adquiridos e estocados), casos em processo de construção ou reformas. A Sra. MG. nos narra sobre este contexto:

“olha essa casa aqui. Essa casa a prefeitura fez aqui e entregou a Efigênia, coitada. Essa casa a prefeitura fez aqui e Efigênia [sogra da V.] não chegou há morar cinco meses, né [...]. E V. reformou a dela tudo aí. Parece que meu povo, não sei o que passou na cabeça do meu povo, V. reformou, essa senhora aqui reformou, Alexandra tava mexendo na dela, Eva tinha mexido no telhado, o meu pai tinha mexido no telhado, Carlinhos que tem tempo que não mexe, Carlinhos era um que a gente via pouco mexendo em telhado e trocou o telhado, Calinhos trocou o telhado todo. A gente fica encantado com Carlinhos, sabe? Carlinhos trocou o telhado todo, pintou a venda, ficou linda! [...] reformando, parece até que é uma coisa. Não sei o que passou pela cabeça do meu povo. O Divino ali ó, quase fez a casa de novo: Telhado, parede. Divino pôs a casa nova. Reformou a casa, pôs a casa nova. Vocês devem de ver né? Que a casa dele tá nova. Entendeu? A lama veio.” (Mapeamento Comunitário, março de 2017).

E o trabalho das construções e reformas das casas, na maioria dos casos, era realizado por pedreiros da própria comunidade, ou seja, mais uma vez a relação de vizinhança se materializa nas redes de trabalho e reciprocidade. Sr. J. nos conta que sua casa foi construída depois que ficou dois anos fora, trabalhando cortando lenha e que após ter se casado foi aumentando ela aos poucos. Aprendeu a trabalhar como pedreiro e carpinteiro, e com isso foi construindo a casa de acordo com suas habilidades e com a ajuda de amigos e do irmão, e posteriormente as habilidades foram sendo passadas para os filhos. “*Os colegas daqui mesmo, meu irmão, tem um irmão que trabalhava de pedreiro na época, [...] E meus meninos hoje, todos eles trabalham direitinho também nisso.*” (Sr. J., Mapeamento Comunitário, abril de 2017).

São muitos os significados atribuídos à “casa”, porém o objetivo aqui foi destacar alguns daqueles que recorrentemente ouvia em campo e é motivo de aflição dos atingidos, e que também me angustiava, por exemplo, em situações que eu não conseguia encontrar palavras que pudesse servir de esperança diante do contexto de incerteza. A casa na comunidade representa liberdade, autonomia, proteção, história, afetividade, identidade, trabalho, lar, família, reciprocidade. No contexto em que estão vivendo atualmente, o reassentamento é visto, por vezes, como a solução para o fim do sofrimento e incertezas da vida na moradia provisória.

### 2.3 *Formas de (re)existir*

A lama de rejeitos da Samarco destruiu as edificações da comunidade de Paracatu de Baixo localizadas mais próximo ao rio Gualaxo do Norte. Com isso, parte das casas do distrito não foram derrubadas pela lama, o que possibilitou a permanência de algumas pessoas na comunidade mesmo diante ao isolamento e à falta de segurança. As motivações para permanecer no lugar de morada são muitas e uma delas é permanecer exercendo parte dos modos de vida da roça que lhes restaram, prezando ainda pela autonomia de gerir a vida: “*Eu vou cair e morrer aqui e ficar por aqui mesmo, não quero Mariana. (...) Aqui trato dos porco, das galinha, tiro leite, cuidado dos boi, das vaca.*” (depoimento do Senhor Nié - que continua em Paracatu de Baixo - para o jornal A Sirene, ed. 16, julho de 2017 ). Além disso, a questão do pertencimento ao seu local de morada é algo forte e que também impulsiona a

desmotivação de sair do território. *“Nasci e cresci aqui. (...) Acredito que quando a pessoa nasce no lugar é igual um ramo de uma árvore que se fixa ali, e a barragem fez essa separação, arrancou os ramos da terra. (...) Eu quero continuar aqui, mesmo quando o “Paracatu Novo” sair, quero ficar aqui.”* (depoimento do Senhor João Banana - que continua em Paracatu de Baixo - para o jornal A Sirene, ed. 16, julho de 2017 ). A expressão utilizada pelo o Senhor João Banana, do lugar ser igual um ramo de uma árvore revela o aspecto de enraizamento que sente em um *lugar* que era destinado à reprodução de um modo de vida. Segundo Little (2004), “a categoria de *identidade* pode se ampliar à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas *cosmografias*.” (p. 264).

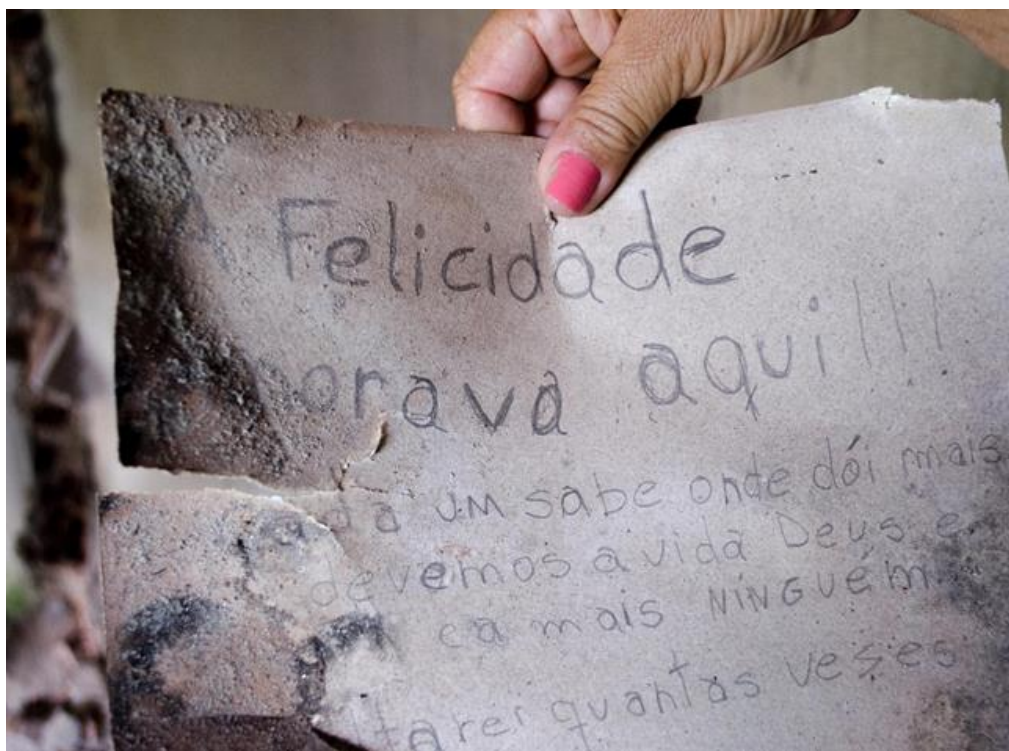


Foto 5. Registro encontrado na casa de uma moradora de Paracatu de Baixo durante o trabalho de mapeamento em seu terreno. Fonte: Acervo Gesta, abril de 2017.

Alguns dos moradores da comunidade que foram morar provisoriamente em Mariana e cujas casas não foram suprimidas pela lama retornam para Paracatu de Baixo para cuidar de alguma forma dos seus respectivos terrenos. *“Aqui as pessoas que tão com a casa aqui sempre vem. Pra não deixar a casa cair, né? Pra ver o que acontece depois. Aí ficar só lá em Mariana, a gente tá acostumado aqui, não aguenta também não. A gente até adoece, só de ficar lá.”* (Dona Im., Mapeamento Comunitário, março de 2017). Dona Im., por exemplo, vai a Paracatu de Baixo todos os finais de semana para cuidar da casa e do quintal. Com isso, o



vínculo com o seu espaço da “roça” permanece, mas operando uma ressignificação do espaço. A casa está de pé e o quintal está de alguma forma sendo cuidado, porém as relações sociais que compunham o espaço vivido hoje são inexistentes. Os laços com a ruralidade se faz presente no cotidiano também de algumas pessoas, que mesmo impossibilitadas da “lida” procuram voltar ao território de Paracatu de Baixo para trabalhar na horta do Senhor Valdir.

“E hoje, inclusive hoje, como ela [esposa] não adapta em cidade, [...]. Aí ela gosta de vim trabalhar na roça, ela vem trabalhar no seu Valdir, de segunda à sexta, na horta de seu Valdir aí embaixo. Vem uma turma todo dia pra aí [Paracatu de Baixo]. Elas são, [...] elas são seis mulheres que trabalham na horta e dois rapazes. Oito pessoas, com o seu Valdir, nove pessoas que trabalham lá na horta todos os dias, de segunda a sexta. E a vida continua né, desse jeito.” (Sr. J., Mapeamento Comunitário, abril de 2017)

As formas de resistência dos atingidos pela barragem de Fundão estão presentes no próprio cotidiano, em que a ética do campesinato permanece viva mesmo que os sujeitos estejam fora do seu lugar de morada. Um exemplo disso está na estratégia da família de Sr. J. em manter minimamente a autonomia com a produção de pastéis, caldo de cana e outros aperitivos para serem comercializados na feira em Mariana. A luta por autonomia também se dá em espaços criados pela Fundação Renova dentro do centro urbano de Mariana. A horta comunitária e a Casa de Saberes são exemplos disso. O espaço da horta foi criado pela Fundação no centro de Mariana para algumas famílias das duas comunidades, onde o espaço tem apenas dez canteiros. Porém, a autonomia para gerir a horta conforme os conhecimentos tradicionais dos comunitários fica limitada na medida que os técnicos contratados pela Fundação querem ensiná-los a fazer algo que faziam a vida toda. A luta pela autonomia se faz presente também neste pequeno espaço de terra.

Desterritorializados de seus locais de morada, a Casa de Saberes foi um espaço alugado pela Fundação Renova para que os atingidos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues realizassem festas e celebrações menores. Isso também por que as igrejas de Mariana já tinham as próprias agendas de atividades e a realização de algumas das celebrações das comunidades eram restringidas. Em junho de 2017 a festa nomeada de “*Arraiá do Paraca*” foi realizada no espaço. A festa Junina foi organizada pelos atingidos de Paracatu, sobretudo por mulheres da comunidade: “*Tá vendo todos aqueles mantimentos ali? Foram tudo doação da comunidade, tem nada da Renova*” (A., preparação da festa junina, 01 de julho de 2017). Mesmo com constantes intervenções da Fundação Renova, a afirmação das tradições da comunidade e as estratégias de retomada da autonomia são constantemente buscadas para a realização dos festejos tradicionais.

Os territórios de Paracatu e Bento são repletos de significados que correlacionam história, memória e identidade. Nesse horizonte, a religiosidade se constitui outra forma de resistência e ressignificação dos territórios. O “*Direito de Volta*” se dá, em especial, através das celebrações e festas religiosas tradicionais nas respectivas localidades e que reafirmam sua identidade e pertencimento aos lugares afetados pela lama. Conforme afirma Little: “Outro elemento fundamental dos territórios sociais é encontrado nos vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos.” (LITTLE, 2002, p. 10). Nos momentos de celebrações religiosas nas localidades de origem, fica evidente que o desastre não solapou de forma completa tais relações. A territorialidade é readquirida, porém com novos significados. A marca da lama é algo que moradores de Paracatu de Baixo defendem que deve permanecer na parte de fora da igreja de Santo Antônio, segundo a Sra. M.G. “*A comunidade não quer que mexe. Ela vai ficar do jeito que tá ali fora, vai ficar marcada. A gente não vai deixar não.*” (Mapeamento Comunitário, março de 2017). Portanto, preservar a marca da lama na igreja é uma forma também de representar o desastre que estará marcado eternamente em suas vidas.



Foto 6. Igreja de Santo Antônio marcada pela lama.  
Fonte: Arquivo Gesta, abril de 2017.

As localidades atingidas pelo rejeito minerário estão tomadas por plantações de leguminosas, com a justificativa de recomposição vegetal da área afetada, ou seja, como iniciativas visando a reparação ambiental realizada pela Fundação Renova. Porém, tais ações reparatórias

desconfiguram os territórios onde a lama passou, ou seja, as ruínas, os lugares de memória estão sendo ameaçados de desaparecerem em meio ao verde dessa cobertura vegetal exógena. Com isso, uma das lutas é em defesa dos seus respectivos territórios, pois as empresas (Samarco, Vale e BHP Billiton) também já se demonstraram interesse em ficar com as localidades após o reassentamento. As ruínas também representam a historicidade de um lugar e de um povo que reexiste. Enquanto para as empresas a nova cobertura vegetal representa a “reparação ambiental”, o que se observa é o desaparecimento das marcas da onda de lama que atingiu os lugares. Para os moradores das localidades “o mato” acaba por apagar as marcas que o desastre deixou. A disputa pela memória também é observado na análise de Silva (2004) no caso do desastre do Césio 137, no ano de 1987, em Goiânia. A descontaminação radioativa dos lugares e pessoas foi rapidamente promovida pelo poder institucional da época, porém a descontaminação simbólica continuou mesmo após dez anos do desastre. As narrativas dos sobreviventes do desastre radioativo analisadas pela autora interferem no projeto institucional de fixar o desastre no passado. As marcas do maior desastre radioativo da história do país estão nos corpos e na memória das pessoas que ainda o vivenciam. “*O desastre continua se processando enquanto estiver presente nas experiências daqueles que lutam pela sobrevivência diária (...)*”. (SILVA, T., 2004, pág. 10). As tratativas para que a tragédia fique no passado consistem em “*deslegitimar as experiências cotidianas de sofrimento das vítimas*”. (SILVA, 2004, pág.: 208) que enfrentam preconceito e dúvidas quanto à descontaminação dos corpos, além da desautorização promovida pelo Governo Estadual de alegações de doenças provocadas pela radioatividade. As tentativas de apagamento da memória do desastre por parte das instituições revelam estratégias de transformá-lo em evento passado. Porém, para aqueles que vivenciam o desastre no seu cotidiano as marcas nos corpos, a experiência traumática e a “perda da vida/identidade/controlado” é contrária ao que as instituições pregam, e que não devem ser silenciadas.

A permanência no território, assim também o retorno daqueles que vivem provisoriamente em Mariana representam tentativas concretas de produção e reprodução dos modos de vida, podendo ser representados como formas de resistência ou de re-existência. A luta dos atingidos de Mariana em preservar seus respectivos territórios é também uma forma de mantê-los presente na memória coletiva do grupo, e também para que o desastre não seja esquecido, servindo de exemplo do que um processo de vulnerabilização é capaz de gerar na vida de milhares de pessoas. Além do processo precedente, o desastre não se limita ao dia do

evento catastrófico, mas ele está em curso e sem data de término em um continuado processo de vulnerabilização.

## ***CAPÍTULO 3: O PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE DE PARACATU DE BAIXO***

### *3.1 “É como se tivesse dado uma pausa na nossa vida”: Morosidade e o jogo do empurra*

#### **3.1.1 Deslocamento Compulsório e Reassentamento**

O termo deslocamento compulsório é discutido em diferentes vertentes, e acionado principalmente em casos de desterritorialização de grupos étnicos, comunidades tradicionais e camponeses para a construção de barragens hidrelétricas. Para as análises sociológicas, o termo designa *“o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras.”* (SANTOS, 2007, p. 14). Com isso, a bibliografia acionada neste trabalho para a análise do processo de reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo se dará através das pesquisas sobre deslocamentos compulsórios provocados por empreendimentos hidrelétricos, pois trata-se de um campo de pesquisa mais aprofundado acerca do assunto.

A decisão da efetivação de um projeto do tipo hidrelétrico é realizada por agentes externos (empreendedores e poder público) e quando as comunidades atingidas tomam conhecimento do empreendimento em seus respectivos territórios é sob esteio de um discurso de melhoria da qualidade de vida e imprescindível para o desenvolvimento regional. Portanto, o processo de licenciamento ambiental se encontra em estágio avançado quando as comunidades obtêm informações acerca da instalação do empreendimento hidrelétrico (REBOUÇAS, 2000; PENIDO, 2007; SCOTT, 2009). O processo já se inicia assimétrico devido à impossibilidade da rejeição do projeto pelos atingidos e permanece dessa forma com a efetiva instalação do empreendimento. Projetos desenvolvimentistas tendem a desencadear conflitos ambientais que podem ser de ordem espacial, territorial ou/e distributivos (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Com isso, os problemas desencadeados pelo processo de deslocamento compulsório na vida dos grupos afetados são diversos, provocando um intenso processo de mudança social, dentre elas estão:

“desestruturação das relações de produção e de trabalho; perdas materiais, afetivas e simbólicas; exposição aos riscos ambientais do empreendimento; interrupção do acesso a determinados bens naturais; prejuízos à condição e qualidade de vida da população realocada; desestruturação das identidades individual e/ou coletiva; desestruturação das redes de sociabilidade e vizinhança e dos saberes tradicionais imbricados na relação homem-natureza; dentre outros (OLIVEIRA, 2005 apud PENIDO, 2007, p. 30).”

O processo que antecede ao deslocamento compulsório, tal como descrito, ocorreu de forma distinta no caso do desastre da Samarco em Mariana. As famílias tiveram que deixar seus lares rapidamente para que pudessem salvar suas próprias vidas. Como abordado na primeira parte do trabalho, os atingidos pela ruptura da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP Billiton não sabiam ou não tinham a noção da magnitude do risco a que estavam submetidos. Os estudos de impactos ambientais são instrumentos ineficientes/insuficientes para diagnosticar os problemas e efeitos do rompimento das barragens, e como já analisado no primeiro capítulo, há um processo de vulnerabilização dos grupos afetados desde a chegada do empreendimento das mineradoras no município. Em meio ao súbito solapamento de suas vidas, as vítimas tiveram também que “*aprender a ser atingido*” logo nos primeiros meses que sucederam a tragédia para reivindicar o direito à reparação das perdas e danos. (ZHOURI et al, 2017). Com isso, a ruptura da reprodução social e do modo de vida permanece, e o reassentamento se apresenta como o “*play*” da “*pausa na vida*”.

A “*pausa na vida*” pode ser observada no caso de atingidos por barragens, porém em diferentes contextos e intensidades. Segundo Penido (2007) “as mudanças na vida das pessoas antecedem, em muito, a efetivação de um empreendimento hidrelétrico numa dada região.” (p. 31). Em seu trabalho acerca do deslocamento compulsório da comunidade de Novo Soberbo (Santa Cruz do Escalvado/MG), atingida pela barragem hidrelétrica de Candonga, a autora mostra que as afetações se iniciam desde o anúncio da possibilidade da construção de uma usina. Ou seja, a interrupção da vida cotidiana antecede o deslocamento compulsório. As incertezas e a ansiedade acabam por desorganizar o cotidiano das pessoas, que deixam de plantar, trabalhar na mesma proporção, de construir benfeitorias em suas propriedades, tendo em vista o risco de perderem tudo na inundação da barragem. “*A vida dessas pessoas fica estagnada, **suspensa**, enquanto o processo de licenciamento ambiental estende-se durante anos*” (PENIDO, 2007, p. 31).

O deslocamento compulsório das comunidades rurais de Mariana é/será vivenciado em duas fases. A primeira fase é da ‘vida provisória’, onde os atingidos estão espalhados no centro

urbano de Mariana, em um ambiente que os impossibilita manter os modos de vidas rurais, além da brusca ruptura da reprodução social em seus respectivos territórios e uma nova rotina com ritmo de regulares reuniões de negociações. E a segunda fase será vivenciada no reassentamento, onde essas famílias terão que passar por uma nova fase de adaptação e construção das comunidades, distintas das localidades originais após todas as mudanças socioambientais vivenciadas.

Na década de 1980, a emergência de movimentos sociais de atingidos por barragens no contexto da redemocratização do país, além das mudanças no tratamento das questões ambientais com alterações na organização e conduta das agências ambientais estatais e instituições nacionais e internacionais de financiamento de grandes projetos, acarretaram novas políticas ambientais na construção de hidrelétricas. (REBOUÇAS, 2000; PENIDO, 2007). Tal contexto resultou na exigência da elaboração de projetos de reassentamentos para as populações atingidas, incluindo os “não proprietários” formais, estes que não eram considerados atingidos. (REBOUÇAS, 2000; PENIDO, 2007). “*O reassentamento é uma conquista dos movimentos populares em processos sociais de reconhecimento de sujeitos de direitos.*” (SCALABRIN, material curso de DHESCA<sup>23</sup>, 2017). Porém, o que apontam as análises de diversos autores é que na prática continua prevalecendo a ótica patrimonialista, desconsiderando as mudanças sociais resultantes de todo o processo de planejamento e execução do projeto.

Segundo Vainer (2003), a “*concepção hídrica*”, a definição que atingido é somente o inundado é uma reformulação da concepção “*territorial-patrimonialista*”, ou seja, a estratégia é a empresa energética reconhecer como atingido somente aqueles que tiverem sua “propriedade” alagada. “*Atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como deslocamento compulsório - ou, como é corrente na linguagem eufemística do Banco Mundial, reassentamento involuntário.*” (VAINER, 2003, p. 43). No caso do rompimento da barragem de Fundão, o caráter *territorial-patrimonialista* do PLCI<sup>24</sup> juntamente com estratégias das empresas para fragmentar as comunidades resultaram em conflitos entre os atingidos de Paracatu de Baixo em torno do que considero ser a ‘*concepção da lama*’. Os termos captados do processo de licenciamento ambiental, como “diretamente” e

---

23 Curso de DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) oferecido pela ADAI (Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual) para os atingidos de Mariana.

24 Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI).

“indiretamente” atingidos ou “perda total ou parcial do terreno/lote” foram disseminados entre as vítimas do desastre, dentro da perspectiva de que aquele que teve a casa destruída pela onda de lama compunha o grupo dos *‘diretamente atingidos’*. O fato é que as vítimas que tiveram suas casas destruídas passaram a questionar aqueles cujas casas mantiveram-se ‘de pé’ e que, de alguma maneira, mantêm visitas frequentes ao lugar. No entanto, se examinamos da perspectiva da *“produção da localidade”* (APPADURAI, 1996), consideramos que os espaços se tornam lugares quando coletivamente ocupados e compartilhados. O fato de haver estruturas de casas de pé, e com isso algumas pessoas frequentando mais o ambiente que um dia foi a comunidade de Paracatu não as tornam menos atingidas que as pessoas que tiveram suas casas derrubadas. As relações sociais territorializadas (trabalho, parentesco, vizinhança e apoio) (ZHOURI, et al 2016) foram interrompidas, as pessoas que ainda vivem no território se encontram isoladas, afastadas dos entes queridos e com a maior parte do ambiente destruído pelo rejeito da barragem.

Desde o início do desastre a tática de fragmentação da comunidade pode ser observada nas ações das empresas e Fundação Renova. A votação para a escolha do terreno destinado ao reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo foi realizado no dia 03 de setembro de 2016. As mineradoras mapearam e expuseram três opções de terrenos para que a comunidade pudesse votar. Os terrenos de Toninho, Lucila e Joel ficam próximos à antiga Paracatu e a comunidade acabou por votar no terreno de *Lucila* para sua reconstrução. Porém, com a chegada da Assessoria Técnica representada pela Cáritas Brasileira em Mariana, foi diagnosticado que a área do terreno proposto pelas empresas e escolhido pelos atingidos não teria área suficiente para reassentar toda a comunidade. A insuficiência da extensão do terreno não pode ser vista como mero erro técnico dos profissionais contratados pelas empresas. Ao contrário, a ventilação do terreno de Lucila como destino possível e apropriado parece refletir as próprias concepções dos agentes responsáveis entre aqueles considerados como atingidos a serem reassentados e outros que receberiam apenas indenizações. Haveria, assim, nos cálculos e expectativas das empresas uma distinção operativa entre atingidos ‘reassentáveis e indenizáveis’ e atingidos ‘exclusivamente indenizáveis’. Tal distinção se expressaria nas noções de “área residual”, “área remanescente” e “área afetada” apresentadas pelo PLCI e nas projeções dos casos de reconstrução de edificações danificadas e de relocação para áreas remanescentes. Além disso, ao proporem os terrenos para a votação dos atingidos, as empresas estavam considerando apenas os proprietários dos lotes menores em Paracatu de Baixo. Assim, aqueles que tinham um “sítio” maior foram desconsiderados no



reassentamento, sendo classificados como “sitiantes”. Cerca de 20 sitiantes que faziam parte da mesma vizinhança foram excluídos pela Fundação Renova, e para que todos os moradores fossem contemplados no projeto de reassentamento, de fato, foi preciso a compra de mais oito terrenos além daquele originalmente escolhido (Jornal *A Sirene*, abril de 2018).

As mudanças sociais decorrentes do deslocamento compulsório repercutem nas comunidades ao entorno de diversas formas. Desde a ruptura de Fundão as empresas desvincularam as localidades de Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima, sendo que “*os moradores mantinham relações regulares, cotidianas de trabalho, ajuda mútua, organização de festividades religiosas e celebrações, tecendo redes de troca, relações de vizinhança, parentesco e compadrio.*” (GESTA, 2016). Além disso, os moradores de Paracatu de Cima utilizavam os equipamentos públicos existentes em Paracatu de Baixo, e mesmo diante deste cenário Paracatu de Cima foi excluída do debate e deliberações acerca da votação para a escolha do terreno de reassentamento. A fragmentação das duas comunidades realizada pelas empresas acarretou em divergências e conflitos entre os moradores, deixando os sitiantes de Paracatu de Cima alijados das decisões sobre o reassentamento. Além das rupturas das relações entre as “duas” comunidades, Paracatu de Cima também ficou sem acesso aos equipamentos públicos previstos no reassentamento, o que seria uma nova demanda produzida pelos efeitos do desastre. (GESTA, 2016).

As tratativas em relação aos atingidos de Paracatu de Cima foram incluídas na modalidade do “reassentamento familiar”. As famílias localizadas no entorno de Paracatu de Baixo (exemplo também de Campinas, Borba, Ponte do Gama e Pedras) se encontravam isoladas no âmbito das negociações dos reassentamentos, e a opção era a reconstrução ou restauração das casas no mesmo terreno. Os atingidos passaram a reivindicar o direito de não permanecer na área de “*dam break*”, ou seja, nos locais de risco, considerando a possibilidade da ameaça de nova ruptura das barragens da Samarco ainda existentes. E esta modalidade de reassentamento foi uma batalha da luta dos atingidos dessas comunidades que tiveram casas, terrenos destruídos pela onda de lama ou ficaram isolados dos vizinhos. A morosidade no processo também dessa modalidade perpassam nas estratégias da Fundação Renova para que as etapas do processo não cheguem ao fim. “*Fico vivendo em um tempo que não tem fim*”. (Marino, atingido de Paracatu de Cima, seminário três anos, novembro de 2018). Após a escolha do terreno feita pelo atingido a Fundação ainda submete a análise do terreno em sete etapas que envolvem a análise técnica do respectivo terreno. “*Quando vence a etapa, a Renova cria*

*outra.*” (Marino, atingido de Paracatu de Cima, seminário três anos, novembro de 2018). E a conclusão disso é que nenhum atingido também dessa modalidade de reassentamento teve seu direito materializado.

A autoconstrução é bastante debatida e reivindicada, pois ocorreram casos em que as empresas reconstruíram/restauraram edificações sem que os atingidos tivessem acesso às deliberações relativas ao processo de construção das suas próprias casas. Outro fato são projetos de casas planejadas por engenheiros da Fundação Renova que não consideravam o estilo de habitação, além de erros expressivos: “*Primeiro, vieram com um projeto todo errado. Briguei demais. Mandamos voltar, eu e meus filhos. Era porta abrindo em cima de janela.*” (fala de Maria Auxiliadora, atingida de Paracatu de Cima, jornal *A Sirene*, agosto de 2017). Com isso, autoconstruir se tornou uma significativa reivindicação destes atingidos, no sentido que cada morador tenha a autonomia de gerenciar os processos de reconstrução das suas respectivas moradias.

“Dos subdistritos atingidos da zona rural de Mariana, Ponte do Gama, Borba, Pedras, Paracatu de Cima e Campinas, 26 famílias constam no Plano de Reparação da empresa. Para quem vive na região, esse número não condiz com a quantidade de famílias atingidas, inclusive as que foram removidas pela Defesa Civil. Dentre as 26, somente 10 concordam com os projetos de reconstrução ou reformas apresentadas. As outras 16 ainda não foram atendidas, pois os casos envolvem compras de outros terrenos.” (Jornal *A Sirene*, ed. 17, agosto de 2017).

O brusco deslocamento compulsório vivenciado pelos moradores de Paracatu de Baixo, Bento Rodrigues e dos outros distritos rurais gerou duas modalidades de reassentamento, o coletivo (das duas comunidades destruídas) e o familiar (famílias das demais localidades que tiveram terrenos destruídos pela lama, ou que estejam isoladas). Além dessas modalidades a restituição também se dará na forma de reconstrução, desde que a família esteja esclarecida sobre os riscos da permanência nas áreas atingidas. (Cáritas, informativo: Diretrizes de Reparação ao direito à moradia, 2018).

Sob o esteio do que Scott (2009) conceitua como “*descaso planejado*” o processo de reassentamento das comunidades caminha de acordo com o *tempo institucional*, o que difere do *tempo da necessidade* dos atingidos, de retomada da vida. A designação proposta pelo autor revela que há ambiguidades múltiplas que criam um padrão de prejuízos maiores para os que são mais fracos, mesmo que estejam mais bem organizados. Além disso, “as relações entre uma miríade de agentes sociais que se mobilizam para negociar em torno de objetivos

estruturalmente conflitantes, cada lado procurando convencer aos outros que seu argumento é mais consistente e seus interesses mais nobres.” (SCOTT, 2009, p. 9)

### **3.1.2 Morosidade e o jogo do empurra no reassentamento de Paracatu de Baixo**

“*A Samarco tá jogando é com, é com o tempo. Com a paciência do pessoal.*” (Sr. G., Mapeamento Participativo, março de 2017). Desde setembro de 2016 a comunidade de Paracatu de Baixo votou pelo lugar que será o reassentamento, ou seja, a “escolha” do terreno aconteceu quase um ano após o desastre. Houve a necessidade de ampliar a área para que coubesse toda a comunidade e a expectativa para a “Nova Paracatu” permanece no desejo e na luta dos atingidos em um cansativo processo burocrático. São muitas as instituições envolvidas no processo de reassentamento das comunidades no território de Mariana, como as instituições públicas: MPMG, SECIR, Câmara dos Vereadores, Prefeitura, SEMAD, a assessoria dos atingidos, Cáritas Brasileira, além da Fundação Renova e as empresas de consultoria contratadas (Synergia e Herkenhoff & Prates - HP), e em espaços de deliberações as equipes de advogados e técnicos das três mineradoras também se apresentam.

A agenda de reuniões em 2017 era intensa, todos os dias da semana havia atividades que envolviam a luta por reparação das perdas e danos causados pelo desastre. Entre reuniões de grupo de base, grupos de trabalho de cada comunidade (GTs), reuniões internas e de negociação com as empresas, assembleias e audiências, entre outras atividades, o cronograma estabelecido pela própria Fundação Renova não era cumprido e a previsão da entrega dos reassentamentos em 2019 se apresentava cada vez mais distante.

A necessidade de adquirir mais oito terrenos, além da área de *Lucila*, para o reassentamento de Paracatu de Baixo veio acompanhada de mais uma etapa de negociação com os nove proprietários dos terrenos, desencadeando um longo e moroso processo de compra e regularização fundiária. Em agosto de 2017, quase um ano após a definição pela área da *Lucila*, a Fundação declarava quatro terrenos comprados, quatro ainda em processo de negociação e um com embaraços na negociação (Jornal *A Sirene*, agosto 2017). A comunidade dependia da efetivação da compra dos terrenos para que pudesse dar seguimento nas outras tratativas do reassentamento.

“Até agora ainda não temos uma resposta exata de nada. Sobre o terreno de *Lucila*, sabemos que boa parte já foi comprado pela Renova/Samarco (...). Eles não mostraram nenhum papel garantindo que está tudo certo em

relação às nossas terras. Nas reuniões junto à Comissão, eu sempre questiono esses papéis, mas até hoje nada.” (Maria Geralda, atingida de Paracatu de Baixo, *Jornal A Sirene*, novembro de 2017).

As discussões acerca do Projeto Urbanístico ficaram paradas por decisão dos próprios atingidos devido à incerteza, pois “*ninguém consegue recomeçar a vida sem saber de onde*” (Rosária, atingida de Paracatu de Baixo, *Jornal A Sirene*, dezembro de 2017). Essa reflexão de Rosária se conecta também com os eventos da Assembleia ocorrida no dia 16 de novembro de 2017, quando representantes da SEMAD, a partir de vistorias realizadas nas áreas, apresentaram análises ambientais desanimadoras sobre as mesmas. Os estudos ambientais superficiais realizados pela Fundação Renova foram inicialmente questionados na assembleia que recomendou a realização de vistorias com exigência de que as empresas apresentassem respostas aos questionamentos e complementações aos estudos em um prazo de 30 dias. Percebe-se que os prazos são sempre alongados quando se trata das ineficiências da Fundação. Apenas um ano após a escolha dos terrenos, os estudos ambientais apresentados foram avaliados como insuficientes para o nível de detalhamento necessário e só após a vistoria das Secretarias (SEMAD e SECIR) foi constatada a necessidade de estudos ambientais complementares. O processo ficou cada vez mais confuso na medida em que a exigência de novos estudos se fazia no contexto em que a Fundação/empresas ainda não havia efetivado a compra e regularização fundiária da totalidade dos terrenos. E a angústia e incerteza dos atingidos não se limitou a esses fatos, mas também pela avaliação negativa do terreno apresentada pelas secretarias.

A desqualificação do terreno escolhido para (re)construir a “Nova Paracatu” é mais um elemento que caracterizaria o processo de reassentamento como sendo “*descaso planejado*” (SCOTT, 2009). Segundo os funcionários da SEMAD a configuração do terreno, com grandes áreas alagadas (“brejos”), alta declividade e, conseqüentemente, com concentração de Áreas de Preservação Permanente, implicaria no déficit de espaço para reassentar toda a comunidade. Mais uma vez a questão do tamanho do terreno foi ventilada, sendo que até então parecia estar em processo de resolução através da compra de terrenos adicionais no entorno da área prevista. Além disso, o representante da secretaria questionou a condição do solo para a agricultura, “*a mesma quantidade de hectares produtivos em Paracatu será no novo terreno?*” (Representante da SEMAD, novembro de 2017). Os questionamentos nunca eram direcionados para os funcionários da Fundação Renova, mas sim para os atingidos. Na tentativa de convencê-los de que era necessário mais estudos, mais prazos, mais respostas, e

que se não houvesse paciência o reassentamento sairia de forma indesejada. Enquanto isso, a ineficiência do trabalho da Fundação e falta de esclarecimentos não são fatores de questionamento pelo mesmo órgão. A realização do trabalho na terra com a agricultura foi outro questionamento levantado pelo representante da SEMAD, sendo que desde o início do processo os atingidos, que conhecem o terreno escolhido, alertaram sobre a sua precariedade, porém as dúvidas e interpelações dessa natureza apresentadas pela comunidade foram sempre deslegitimadas por uma sucessão de argumentos ‘técnicos’ por parte de consultores. “(...) *onde eles vão ser reassentados é muito ruim com histórico de pastagem e plantação de eucalipto. (...) se a terra não vai atender às minhas necessidades, ela é inviável para mim*”. (Rosária, atingida de Paracatu de Baixo, Jornal A Sirene, novembro de 2017). Os atingidos também temem pela escassez hídrica, e sempre alertam que não há fonte de água suficiente para abastecer a comunidade e as atividades agropecuária e piscicultura. “*Conheço bem o terreno de Lucila e tenho medo dele não ter água para atender uma comunidade.*” (Maria Geralda, Jornal A Sirene, novembro de 2017).

Após a desqualificação do terreno pelas secretarias gerou-se um clima de insegurança sucedido pela proposição de novas ‘sugestões’ a serem votadas pela comunidade. A alternativa ventilada pelas secretarias era o retorno ao território original destruído pela lama, território sobre o qual se depositavam também inúmeras dúvidas acerca do potencial de contaminação, perspectivas de recuperação ambiental, entre outras questões. É de uma violência extrema ofertar como a melhor solução que os atingidos voltassem a morar no território devastado. As secretarias alegaram que a Fundação teria que apresentar mais estudos. Porém, os estudos técnicos operam na mesma lógica de mercado realizado no licenciamento ambiental, legítimos de serem questionados. Os atingidos foram unânimes de não aceitarem o discurso persuasivo, argumentando que essa possibilidade de retorno para Paracatu foi descartada pelos técnicos no início do processo, além de se recusarem em ficar em área de risco, ou “*dam break*”, e serem atingidos por novo rompimento de barragem. Além disso, a alteração do terreno para o reassentamento significava recomeçar da estaca zero, mesmo que neste momento poucas definições e encaminhamentos estivessem consolidados. A reação estratégica do representante da Fundação Renova foi a de não pronúncia diante dos questionamentos e da controversa e negligente proposta das secretarias de retorno para o território original destruído.

Em fevereiro de 2018, quando participei do último dia de curso realizado pela ADAI<sup>25</sup>, os atingidos relataram o cansaço do processo burocrático e que envolve o “*jogo do empurra*”. Enquanto a Fundação Renova alegava que a SEMAD não realizava os trâmites para o licenciamento ambiental do terreno, a secretaria alegava que não seria possível dar prosseguimento à avaliação pois a Fundação não havia apresentado as respostas aos questionamentos levantados em novembro de 2017. Além do processo de licenciamento também depender da aprovação do Projeto Urbanístico do reassentamento. Assim, a mais de dois anos após o rompimento da barragem, a volumosa equipe contratada se mostrava ineficiente na condução de soluções e encaminhamentos. Em meio a essa morosidade, a Renova não recebeu qualquer sanção em função do não cumprimento dos prazos. De outro lado, os atingidos permaneciam no cenário angustiante, enfrentando as audiências de negociação de direitos (ZUCARELLI, 2018). A compra dos nove terrenos só foi finalizada em janeiro de 2018, porém a regularização fundiária não havia sido concluída. “*O próximo passo agora é a regularização. O prazo inicial da Renova para a regularização de todos os imóveis era para o dia 10 de março. Agora, eles colocaram o prazo para o dia 10 de abril.*” (Hélio Sato, assessoria técnica da Cáritas, Jornal *A Sirene*, abril de 2018).

O processo de reassentamento de Bento e Paracatu também envolve a inclusão das áreas no vetor de crescimento urbano do Plano Diretor do município de Mariana e isso significa que as áreas passariam a ser urbanas (Jornal *A Sirene*, setembro de 2017). Desconsiderava-se, assim, o fato de que o deslocamento compulsório foi sofrido por moradores da zona rural do município, os mesmos que estão em processo de adoecimento por estarem vivendo no centro urbano, impossibilitados de dar continuidade aos modos de vida. Diferente do reassentamento de Bento Rodrigues, que será realizado através da legislação das ZEIS<sup>26</sup>, a comunidade de Paracatu de Baixo não abriu mão da ruralidade que é a identidade dos moradores. O reassentamento foi proposto como sendo “*misto*”, com parte urbana, principalmente no que tange a área em que se localizarão os equipamentos públicos e as demais áreas planejadas

---

25 Curso de DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) oferecido pela ADAI (Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual) para os atingidos de Mariana. Em parceria com a assessoria técnica (Cáritas Brasileira) das comunidades atingidas de Mariana, o curso foi realizado para três turmas: Atingidos de Bento e Paracatu de Baixo, Comissão dos atingidos e comunidades da Zona Rural. Com o objetivo de auxiliar os atingidos na busca do direito à reparação integral dos danos sofridos pelo desastre.

26 Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Leis de Uso e Ocupação do Solo ou Leis de Zoneamento - têm se concentrado no estabelecimento de padrões desejáveis para a ocupação de determinadas áreas da cidade. Definem-se assim parâmetros mínimos de ocupação de lotes, recuos, coeficientes de aproveitamento e usos permitidos. Disponível em <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6767.html> Acessado em: 31/10/2018.

com características rurais. Porém, o meio rural se constitui como um “*espaço territorial e social diferenciado*” (WANDERLEY, 1997). A configuração “mista” proposta ignora o modo de vida próprio do meio rural, considerando duas características fundamentais:

Por um lado, uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza; o meio rural é, neste sentido, um espaço predominantemente não construído pelo homem, do que resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc Por outro lado, relações sociais, também diferenciadas, que Henri Mendras definiu como de interconhecimento, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das coletividades rurais. (WANDERLEY, 1997, p. 2).

Por não haver legislação no município que contemplasse o requisito de uma ocupação “mista” colocou-se a necessidade da formulação de uma nova legislação que permitiria a “*abertura de diretrizes especiais*”, que contemplasse as especificidades da comunidade. Para cumprir as burocracias da legislação municipal, o planejamento dos reassentamentos caminha para adequar a vida dos atingidos às normas e leis de uso e ocupação do solo. Em lugar das normativas e protocolos se adequarem à situação das vítimas de um dos maiores desastres do Brasil, e (re)construir as localidades de acordo com os modos de vida anteriormente vividos, são os atingidos que estão se adequando às categorias e legislações previstas pelas normas de uso e ocupação do solo do município. Há, então, um continuado processo de “*adequação ambiental*” (ZHOURI, OLIVEIRA, 2010), já que a construção dos reassentamentos terá que cumprir também com a legislação ambiental, o que ocasiona muitas dúvidas dos atingidos acerca de usos já consolidados sobre áreas interditadas como APP’s. Luzia expressa as hesitações e inseguranças a respeito desse processo: “*A lei vai vim e mudar nossa vida*”, (GT de reassentamento, abril de 2017).

A Proposta de Lei acrescenta à Lei Complementar nº016/2004 do Plano Diretor de Mariana e tem como finalidade permitir o processo de reassentamento de Paracatu. Posterior a esta lei deverão ser criadas as diretrizes especiais para atender a comunidade de Paracatu. A PL prevê a abertura de Áreas de Diretrizes Especiais (ADIES), e a comunidade depende da aprovação desta PL na Câmara dos Vereadores para dar seguimento ao processo de reassentamento. A Audiência Pública para a discussão da PL aconteceu no dia 28 de agosto de 2018, com a presença de apenas dois vereadores. Ponto bastante negativo, pois no dia da votação (14 de setembro de 2018) na Câmara, os vereadores mostraram completo desconhecimento do conteúdo da referida PL. Com isso, a votação que já havia sido adiada na semana anterior, foi novamente cancelada com a justificativa de que “*há pessoas que entendem que mudança de zoneamento é aumento de polígono e há pessoas que não entende isso*”, disse o presidente da

Câmara. O momento de conhecer e “tirar dúvidas” sobre a PL se realizou na Audiência Pública, quando os vereadores responsáveis pela votação não compareceram. Na ocasião da votação, Luzia, atingida de Paracatu de Baixo, destacou que a Comissão de Atingidos sempre convida oficialmente os vereadores para participarem dos processos. O cancelamento da votação retardou ainda mais o processo de reassentamento, este que com o decorrer do tempo parece se estender com a inclusão de novos agentes, trâmites e etapas burocráticas, a sensação provocada é que o processo nunca terá fim.

Portanto, a luta para que o reassentamento seja o retorno da autonomia, da vida, é *“uma cessão resistida, batalhada e negociada, pois a população não se ilude pelos discursos persuasivos dos idealizadores de planejamento e da administração dos projetos sobre a possibilidade dela ser “beneficiária” e não vítima.”* (SCOTT, 2009, p. 10).

### 3.2 “Descaso Planejado” no contexto do desastre

O prazo previsto para que a Fundação Renova/empresas realizem a entrega dos reassentamentos das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo é até 2019. E a agilidade para que o processo ocorra de forma que possa cumprir o prazo é cada vez menos realizada. Em fevereiro de 2018, os atingidos junto com a Comissão e a Assessoria encaminharam para à Fundação Renova, Samarco, Vale e BHP Billiton um documento com mais de 80 orientações para o reassentamento. Tais orientações são diretrizes de reparação do direito à moradia. Os atingidos solicitavam que a Fundação e empresas justificassem o dissenso para parte das reivindicações não acatadas, além de esclarecerem as alterações efetuadas pelas rés nas diretrizes já homologadas no dia 06 de fevereiro de 2018. Em um processo similar à revisão do Cadastro, cada reivindicação dos atingidos é negociada com as empresas e posteriormente homologada em juízo. As diretrizes também são fundamentais para enfatizar a diferença entre *reparação* e *reconstrução*, pois são orientações para que a recomposição das comunidades não se restrinja à reposição de estruturas físicas, de modo que seja tratado apenas como problema técnico, mas *“como um processo social que está assentado sobre a estrutura e as formas de organização dos grupos afetados”*. (GESTA, 2016, p. 85).



A audiência realizada no dia 27 de março de 2018 no fórum de Mariana tratou da homologação de algumas das diretrizes propostas pelos atingidos junto com sua assessoria. Na pequena sala do júri, no fórum de Mariana, estavam presentes sentados à mesa redonda de negociação: três representantes das comissões de atingidos, seis advogados da Samarco, Vale e BHP Billiton, dois representantes da prefeitura de Mariana, quatro representantes do MPMG e MPF, além da Juíza. Em pé, ao redor da mesa, estavam quatro representantes da assessoria dos atingidos e mais dois atingidos. A plateia era composta por volta de trinta pessoas (a maioria de atingidos) espremidas, devido à falta de espaço, algumas até do lado de fora da sala, mas tentando de alguma forma acompanhar minimamente o que estava sendo discutido na mesa de negociações.

A dinâmica proposta para tais audiências é que as diretrizes apresentadas seriam aquelas já discutidas e negociadas com as empresas/fundação, para que fossem apenas homologadas pela juíza. E para aquelas que não houvesse consenso, o conteúdo seria levado para a decisão judicial. Porém, a dinâmica da audiência foi diferente dessa proposta, pois cada diretriz repassada foi debatida e negociada com as empresas, 21 foram homologadas e aquelas em que não haviam consenso nada foi decidido. Desde os primórdios do desastre os atingidos são colocados em mesas de negociações, onde as empresas são ressignificadas como parte interessada em um processo que deveriam ser tratadas como réis. Vítimas e agentes corporativos estão negociando em posições supostamente simétricas, porém *“em posição enfraquecida para negociação, as primeiras correm o risco de serem privadas dos seus direitos.”* (ZHOURI et al, 2016, p. 49).

Os termos foram minuciosamente disputados, e com isso a cada diretriz debatida era um direito de reparação à moradia digna sendo negociado. A diretriz que estabelece a Assistência Rural de ambas as modalidades de reassentamento foi bastante disputada, pois os atingidos reivindicam no mínimo dez anos, enquanto as empresas insistiam em ser metade deste período. O tempo é extenso para que os cultivos que existiam no pomar (sobretudo árvores frutíferas) se tornem produtivos novamente. Rosária (representante da Comissão de Paracatu de Baixo) exemplifica que para um pé de jabuticaba crescer e produzir demora cerca de dez anos. No trabalho do Gesta de mapeamento familiar, Sr. G. nos relata essa preocupação.

“Mas eu já falei com eles que eu não vou pra assentamento nenhum. Que eu não vou começar do zero lá em cima não, na idade que eu tô. Onde que eu vou apanhar tudo dando igual tá aqui? Um pé de manga desse aí é dez anos pra dar. Você planta ele hoje, pode marcar, daqui a dez anos ele vai dar. [...]

Eu tô com sessenta e três anos, quando chegar a dar uma manga dessas aí eu não vou aguentar nem subir no pé pra apanhar. [...]” (Paracatu de Baixo, março, 2017).

Além disso, o terreno de *Lucila*, por exemplo, se mostra em condições inapropriadas para as atividades da agricultura familiar e a realização de todo o processo de correção e preservação do solo poderá intensificar o tempo de espera para a produção de alimentos. As pessoas foram privadas de territórios produtivos, e nos respectivos reassentamentos iniciarão da ‘estaca zero’ e ainda em solos que não estão em condições para as atividades de agricultura. Portanto, a assistência técnica e extensão rural deveria ser garantida até que, de fato, as famílias tivessem recuperado as dinâmicas socioeconômicas providas pela terra. O ideal, que é o direito à restituição da vida, seria que as vítimas fossem reassentadas em terras produtivas para que o tempo de assistência técnica e extensão rural fosse reduzido, garantindo, assim, a autonomia do trabalho familiar.

Até março de 2018, foram 67 diretrizes de reassentamento negociadas e homologadas em juízo. E dentre as diretrizes gerais homologadas estão: para os núcleos familiares, abarcando casos de separação, novos casamentos, falecimentos, nascimentos, entre outros, as empresas por meio da Fundação Renova deverão garantir um imóvel para cada núcleo; para as famílias que moravam em imóveis alugados ou cedidos, terão direito a um imóvel, com lote mínimo de 250m<sup>2</sup> para imóveis urbanos e 03 hectares para imóveis rurais; as famílias poderão escolher se a gestão das obras será realizada pela Fundação/empresas, ou a “*autogestão comunitária*”, na qual a família escolhe assessoria técnica de confiança e fica responsável pelo resultado das obras, e a última opção seria a “*construção assistida*”, tipo de construção que conta com a assistência de um profissional especializado junto com um membro da família atingida participando e/ou fiscalizando e/ou trabalhando na obra. (Cáritas, informativo: Diretrizes de Reparação ao direito à moradia, setembro de 2018). Tais diretrizes, sobretudo aquelas que desrespeitam as obras são de suma importância para que as casas sejam reconstruídas de acordo com a vontade dos atingidos, desde que a autonomia seja preservada, e assim evita que as comunidades se tornem vilarejos de casas padronizadas, respeitando os direitos e especificidades de cada núcleo familiar.

A efetividade das diversas atividades que envolvem a discussão acerca dos reassentamentos de Mariana de fato não acontece de maneira que os atingidos tenham a materialização progressiva de tudo que já foi negociado. Com isso, em abril de 2018 se iniciou um novo

Grupo de Trabalho, nomeado pelo Promotor<sup>27</sup> Guilherme de Sá de “*GT de Reparação ao Direito à Moradia*”. O objetivo inicial da criação do novo Grupo de Trabalho era de concentrar toda a discussão a respeito dos processos de reassentamentos em um só espaço, incluindo, portanto, a finalização da negociação das diretrizes de reassentamento. O GT deveria ser um espaço para deliberações, onde a Fundação Renova apresentaria respostas, resultados a fim de que o processo, de fato, caminhasse para a concretude dos reassentamentos.

No primeiro dia de GT (11 de abril de 2018), diante das palavras firmes do Promotor, o qual enfatizava que as deliberações de fato deveriam sair daquele espaço, a esperança floresceu no olhar de vários dos atingidos presentes. A sala do Centro de Convenções estava cheia, havia também as pessoas que se deslocaram da zona rural para acompanhar mais uma fase do processo, que neste momento se apresentava mais célere.

É bastante significativa a disposição dos grupos de pessoas na sala, o que ocorre recorrentemente em espaços de reuniões. À frente, coordenando o GT está o Ministério Público, e neste primeiro GT estão também à mesa representantes das Secretarias, além dos advogados da Samarco, Vale e BHP Billiton (essas que frequentemente aparecem em espaços de deliberações, pois as decisões partem das empresas), funcionários da Fundação Renova e consultorias do lado direito da sala, do lado esquerdo os atingidos, e aqueles que estão junto deles na luta pela reparação dos direitos ficam entre eles. Quanto mais distante da mesa central, mais a dificuldade de ouvir e entender as discussões realizadas à frente, além de recorrentemente faltarem cadeiras para acomodar os atingidos. Com isso, o espaço tende a ficar improdutivo no que tange ao entendimento e participação dos atingidos nas decisões.

---

<sup>27</sup> Promotor de Justiça da Comarca de Mariana que atua no caso desde o início do rompimento da barragem.

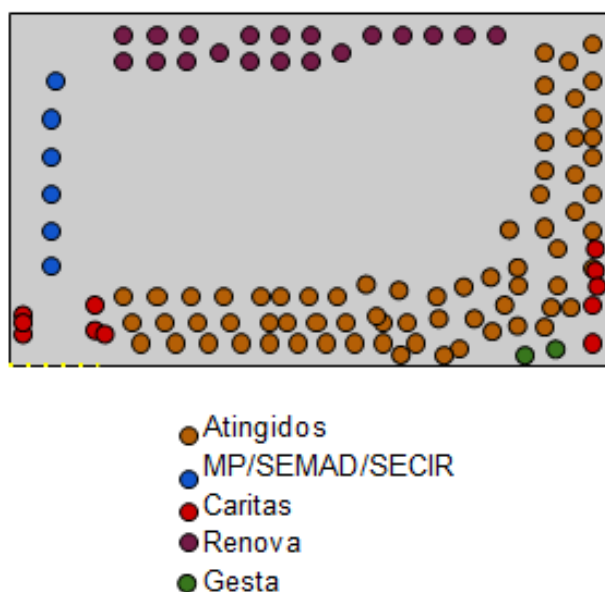


Figura: 4. Disposição das pessoas na sala do GT. Fonte: Mayana Vinti. 11 abril de 2018.

A configuração dos espaços de reuniões sempre chama a atenção por essa disposição visível do espaço. É como se sentasse do lado direito pudesse ser visto como integrante, ou a favor da empresa, então sempre foi muito importante observar a disposição das pessoas nos espaços e posteriormente se posicionar através do lado escolhido. E a centralização do Promotor nos espaços do GT, como a figura que poderá de fato enfrentar e cobrar a Fundação/empresas de suas responsabilidades, gerou a expectativa que houvesse concretude nas discussões e negociações.

Recorrentemente, a Fundação Renova realizava a apresentação, através de slides, a respeito das etapas do processo de reassentamento, com a intenção de mostrar que o processo está avançando e que ele de fato tem um caminho exato a ser seguido e concluído. Tal ação invisibilizava os atrasos e retrocessos da própria Fundação, além de inverter a responsabilidade da morosidade do processo para a assessoria técnica e até mesmo para os próprios atingidos quando estes realizavam questionamentos e exerciam o direito de apresentar dúvidas, questionamentos e reivindicações. Um exemplo disso foi mais uma das apresentações do “*como chegamos até aqui*” realizada por uma das funcionárias da Renova no GT que ocorreu no dia 13 de setembro de 2018. As etapas apresentadas em relação ao “*projeto conceitual*” dos equipamentos públicos do reassentamento de Bento Rodrigues (este que também se encontra em contínuo “*jogo do empurra*”) envolvia: reuniões com prefeitura,

secretarias (meio ambiente, educação, assistência social), assessoria e comissão, além de oficinas realizadas com os atingidos. Então, se tratava da apresentação do primeiro resultado do projeto de planejamento dos equipamentos públicos da comunidade, e que até então os atingidos poderiam ‘opinar’ sobre. A cada questionamento dos atingidos, a impossibilidade de concretude era justificada através das legislações municipais. O terreno da “Lavoura”, onde será reassentada a comunidade de Bento Rodrigues é constituído por áreas de alta declividade e a parte baixa é reivindicada pelos atingidos que ali seja construído o maior número de casas. Porém, no projeto urbanístico os equipamentos públicos ocuparão a maior parte da melhor área do terreno, ou seja, a de menor declividade. Além disso, será acrescentado espaços para outros serviços que anteriormente não existia na antiga comunidade, como uma sala destinada a agentes da prefeitura. “*Agora todo mundo quer espaço no Bento, nunca enxergou nós*”, disse uma atingida de Bento. As respostas da Fundação em relação aos questionamentos são sempre com tonalidade de avanço participativo, juntamente com uma jogada de transferência de responsabilidade temporal para os atingidos, no sentido de que quaisquer alterações das supostas propostas poderão acarretar atrasos das obras devido às legislações. “*A intenção é ouvi-los e tentar fazer com que o desejo de vocês, considerando as regras que temos que seguir de legislação.(...) é importante que vocês se manifestem.*” (Funcionária da Fundação Renova, setembro de 2018). Segundo o representante da SECIR, caso haja alterações, elas podem acarretar na paralisação das atividades de terraplanagem que estão acontecendo no terreno da Lavoura, o que exigiria uma nova aprovação da Prefeitura. Ou seja, reiniciar o processo burocrático e moroso: “*mudança gera problema de prazo*”, disse o vice-prefeito.

Sob esteio da “*harmonia coerciva*” (NADER, 1994) o planejamento dos reassentamentos é realizado de acordo com as legislações, condicionando os atingidos a um cenário em que quanto mais reivindicarem e questionarem, mais tempo se levará até a conclusão. Com isso, o direito à restituição da vida vivida anteriormente nos antigos lugares de morada se encontra ameaçado. “*Ou seja, manda quem pode e obedece quem quer! (...) é regra, tem que seguir a legislação, então eu não sei o que estamos fazendo aqui*”. (Atingida de Bento Rodrigues, setembro de 2017).

O “*linguajar técnico-científico*” da equipe de funcionários da Fundação Renova, estes que em sua maioria são técnicos das áreas de engenharia e arquitetura, entra em contraste com o linguajar dos atingidos, com isso as demandas das comunidades não são compreendidas. Com

efeito, a violência simbólica se materializa também na deslegitimação das reivindicações a respeito dos próprios modos de vida. Aspectos da “*ética da água*” (GALIZONI, 2005) vivenciados pelos lavradores de Paracatu de Baixo compunham a relação de sociabilidade do grupo, em que a farta disponibilidade do recurso no território possibilitava o uso coletivo da água. Esta que vinha diretamente dos córregos e nascentes que corriam em quintais próprios ou/e de vizinhos. E assim, a dinâmica do recurso no quintal abastecia os animais e plantações, assim como era suficiente para o consumo humano. A fartura do recurso natural, que atendia todas as necessidades do modo de vida da comunidade, é incomensurável. Mas, a matemática dos técnicos da Fundação Renova, com seus cálculos de disponibilidade hídrica, mesmo sem ao menos compreender as dinâmicas do modo de vida rural da comunidade, tornou possível a projeção do reassentamento em um lugar que os atingidos conhecem e questionam o seu potencial hídrico. No GT do dia 22 de maio, a Fundação apresentou essa matemática inicialmente dividindo o abastecimento hídrico em três tipos de necessidades: abastecimento humano, uso doméstico e água para animais. A dissociação da utilização do recurso hídrico foi sendo legitimado através de parâmetro “*critérios técnicos e legislação pertinentes*”. E segundo os cálculos apresentados, o consumo humano atual estimado de Paracatu é de 345 caixas/dia e sobre o consumo animal, a engenheira se baseia nos cálculos técnicos da EMBRAPA para dizer que a recomendação é de que se crie um boi por hectare, onde ele consome 60 litros/dia e aves 0,275 litros/dia. O consumo das aves foi representado através de uma lata de refrigerante, afirmando que é esta quantidade que uma galinha consome por dia.

Com essa ótica alheia, a matemática da Fundação desconsidera os modos de vida da comunidade, invisibilizando a sociabilidade e dinâmica do compartilhamento do recurso vivenciado em Paracatu. O abastecimento de água se dará a partir de “*soluções de engenharia*” como a construção de cisternas e o barramento de águas de superfície. Tais soluções seriam individuais, a partir do “*reconhecimento da necessidade*” de cada família e possibilidades de cada terreno. “*Nós não vivíamos com água de poço. Vivíamos com água corrente.*” (disse uma atingida de Paracatu de Baixo).

Além disso, outro importante questionamento dos atingidos é “*Quem vai assumir manutenção, custos? Queremos garantias depois que terminar o período em que a Renova será responsável*”. (Angélica, Paracatu de Baixo, maio de 2018). As comunidades do meio rural não têm despesas com tratamento de água e esgoto. O primeiro recurso é utilizado *in situ* e o esgoto era lançado diretamente no rio. Com isso, a Fundação se esquivava da resposta,

jogando a responsabilidade para a prefeitura, com a estratégia de diluir possíveis dissensos. A questão do pagamento dos serviços de tratamento de água e esgoto está no âmbito do “jogo do empurra”, enquanto a Renova afirma que o município junto ao SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) deverá resolver, a companhia informa que os serviços serão tarifados e a questão é “*quem irá arcar*” com a despesa. Permanecendo o “*jogo do empurra*”, enquanto os atingidos ficam sem resposta, e com o risco de ter que arcar com mais esse custo.

A morosidade dos processos se faz pelas intensas violências geradas pelas instituições envolvidas, juntamente com os erros e atrasos da Fundação Renova, sob o esteio do “*descaso planejado*” (SCOTT, 2009).

### 3.3 “*Precisamos ir embora*”

#### 3.3.1 Reassentamento rural e urbano, e o direito de arrepende-se

Frequentemente o meio rural é visto como sinônimo da precariedade. Com isso, os discursos para que um grande empreendimento se instale em uma região com predominância de trabalhadores rurais é a promessa do desenvolvimento, e conseqüentemente a melhoria das condições de vida. “*A imagem dessas comunidades vinculada a argumentos desenvolvimentistas é reduzida através de uma postura de desqualificação do seu modo de vida.*” (PENIDO, 2007, p.39). Em casos de deslocamento compulsório provocados pela instalação de projetos energéticos, o planejamento e a execução dos reassentamentos, na maioria dos casos, é de forma a enquadrar comunidades ribeirinhas sob a ótica padronizada da agricultura familiar.

A agricultura familiar é um conceito importado, sobretudo dos norte americanos, que acaba não abarcando a heterogeneidade de modos de vida no rural brasileiro. Wanderley (1996) define a agricultura familiar como sendo “*entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.*” (pág. 2). Porém, a categoria assim definida não abrange a grande diversidade de formas sociais nela existente, tornando-a necessariamente genérica. Neves (2006) também argumenta sobre o caráter genérico do conceito, e analisa que:

“A recorrência dos termos agricultor de subsistência ou baixa renda, camponeses, sitiantes, pequeno produtor e pequeno proprietário, ao lado dos termos de qualificação da dependência – colono, meeiro, parceiro, arrendatário – ou de apropriação provisória e informal da terra – posseiro – demonstra a preocupação com a diversidade de modos de existência e o irreconhecimento de uma categoria genérica de designação.” (NEVES, pág. 8).

O chamado agricultor familiar moderno é entendido como aquele que busca um enquadramento profissional, para obter acesso a recursos creditícios e de assistência técnica e com isso, assegurar a reprodução econômica junto aos mercados (NEVES, 2006). No entanto, tais concepções de uma agricultura de orientação para mercados ampliados não coincide necessariamente com as expectativas e definições dos grupos atingidos.

Parry Scott (2009), em seu trabalho a respeito do processo de migração forçada de moradores da beira do Rio São Francisco devido a implementação do projeto da barragem de Itaparica, traz a análise da situação dos atingidos nas planejadas *Agrovilas*. Enquanto o modelo dos técnicos visava à “empresa familiar” organizada de acordo com o mercado, o modelo dos reassentados era a “agricultura familiar” organizada em moldes de produção camponesa, que não se restringe à subsistência, mas considerando a análise de Woortmann (1990), orienta-se para a provisão dos grupos domésticos articulada à estratégia da comercialização que pode ser acionada. A desqualificação das raízes sociais e culturais do campesinato irrigante da beira do Rio São Francisco, para enaltecer a nova categoria social de agricultor irrigante, subestima a perda do ambiente historicamente aproveitado (SCOTT, 2009). As agrovilas foram construídas nas caatingas secas pautadas em promessas de transformações tecnológicas para se tornarem terras de abundância. *“O primeiro ponto nodal ressalta as próprias limitações do ambiente físico em suportar povoamento com atividades agrícolas, criando um campo de práticas e discurso que põe em relevo as capacidades técnicas humanas de lidar com o ambiente.”* (SCOTT, 2009, p. 140).

Dentre as consequências, a transformação da vida do campesinato que historicamente existia a beira do Rio São Francisco foi a perda da autonomia do trabalho familiar. Os lotes recebidos nas Agrovilas exigiam um conhecimento que não fazia parte do conjunto de conhecimento tradicionais do pai de família, o conhecimento acerca daquele solo improdutivo ficava no domínio de técnicos agrônomos. Com isso, os técnicos agrícolas de campo, que foram encarregados de treinar as famílias durante cinco anos após o primeiro plantio, consideravam um problema de muitas famílias só terem "velhos", e que estes não



conseguiriam trabalhar (SCOTT, 2009). Além disso, o endividamento com os grandes financiadores de plantio para a exportação também representava a ameaça da autonomia produtiva dos agricultores, que passaram a depender do mercado para sobreviver. “E o plantio ainda será com uma tecnologia pouca conhecida que requer assistência de agrônomos! (...) É um período de absoluta vulnerabilidade, tamanha a dependência nos executores do projeto” (SCOTT, 2009, p. 200). Se rompe a ética campesina analisada por Woortman (2009), na qual ela

“não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.” (WOORTMANN, 1990, p. 12).

As dívidas contraídas pelos camponeses também perpassavam pelo custo de energia gasta para o bombeamento de água que fornece a água necessária para irrigar as plantações. E para pagar tal custo foi necessário que cada trabalhador pensasse sobre a administração da sua produção, ou seja, o produto deveria ser altamente rentável e produtivo, e de fácil comercialização. Então, a perda também é da autonomia na decisão do que plantar, sendo que os cultivos anteriormente eram utilizados para a alimentação da família e para as dinâmicas de sociabilidade e pequena comercialização. Além da perda da carência das despesas de energia, “os técnicos são unânimes: vão ter que pagar, vão ter que deixar de estarem viciados ao uso do orçamento da Chesf.<sup>28</sup> E tudo será mais caro: vão ter que produzir produtos de alta rentabilidade!” (SCOTT, 2009, p. 153). No caso examinado por Scott (2009), os ribeirinhos foram retirados dos lugares de morada, passando por seSra. V.s transformações dos modos de vida para que um empreendimento energético (que não beneficia a população local) fosse instalado nos territórios historicamente ocupados e ainda são vistos pelos agentes contratados pelo setor energético como aproveitadores.

As regras de sociabilidade comunitária também foram modificadas. A observância das normas técnicas do projeto inviabilizou uma das características mais comuns encontradas no campesinato, a construção de casas nos quintais dos seus pais. A justificativa seria que “*enfeia o traçado arquitetônico e incomoda sobremaneira os administradores*” (SCOTT,

---

<sup>28</sup>Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco – CHESF.

2009, p. 85). A transmissão da terra é seguida através de princípios de parentesco, onde a medida que os filhos se casam constroem as casas nos terrenos dos pais e o território vai tomando formato do que Galizoni (2005) e Oliveira (2008) caracterizam como *terra no bolo*. Assim, a restrição acaba por elidir a forma de organização social dos grupos afetados.

O circuito *casa-quintal* e as redes de trocas com a vizinhança para a garantia da despesa do núcleo familiar também é rompido. O processo de empobrecimento do campesinato transformado nas agrovilas se tornou inevitável. “A relativa falta de fruteiras e de produtos de plantio para consumo doméstico e para trocas e distribuição entre amigos e visitas é uma das confirmações mais claras do *processo de empobrecimento*” (SCOTT, 2009, p. 149). E o processo de empobrecimento também é observado no caso do reassentamento de Novo Soberbo/MG analisado por Penido (2007), cujo deslocamento compulsório se efetivou para a construção da UHE Candonga. O reassentamento foi planejado pelo Setor Energético no formato mais urbano, “*assim, o modo de vida com uma existência vinculada ao ambiente ribeirinho não poderia se perpetuar, as condições de sobrevivências e de reprodução social foram comprometidas*” (PENIDO, M., 2007, p. 37). A tentativa projetada para a reativação econômica foi com a concessão de um terreno comunitário para produção agrícola através da plantação de hortaliças, sob a orientação de técnicos da EMATER, além da produção de artesanato vendável. “(...) *proposição de medidas de reativação vinculadas a “modismos” de concepções deturpadas do que seja “tradição”*” (PENIDO, 2009, p. 40). Afinal, os ribeirinhos de São Sebastião do Soberbo (MG) não plantavam seus pomares e hortas em regimes de terras comunitárias, e muito menos produziam artesanato para venda (PENIDO, 2009). Assim, a falta de terra para o plantio de pomar, horta e criação de aves e suínos, ou seja, o “*cultivo de subsistência*” (PENIDO, 2009), desencadeou o empobrecimento da comunidade, perdendo o *sítio camponês* (WOORTMANN, 1983).

O reassentamento, assim, se configura como um espaço que não garante a reprodução dos meios de subsistência e de trabalho dos atingidos e menos ainda as condições culturais e simbólicas que possibilitem às pessoas se fixarem, se estabelecerem e reproduzirem seu modo de vida. O reassentamento, expressão da racionalidade do Setor Elétrico, torna-se um espaço estranho/estranhado pelos reassentados, desenraizado e desenraizante, uma vez que foge às lógicas de apropriação do espaço dos atingidos, deflagrando tensões e conflitos. (PENIDO, 2009, p. 22).

A privação dos usos tradicionais do rio, como a prática do garimpo e a agricultura nas margens úmidas e férteis do Rio Doce também se configurou em algo não passível de mitigação. (PENIDO, 2009). Danos esses, “*que são não só materiais, mas também*

*simbólicos, resultam na desestruturação de identidades individuais e coletivas e na perda dos meios de reprodução social dos grupos.”* (PENIDO, 2009, p. 38).

Portanto, o que fica nítido nos dois casos brevemente apresentados é que os planejadores dos reassentamentos colocaram em prática suas próprias visões tecnocratas em detrimento do modo de vida e conhecimentos das populações, resultando em uma severa transformação da reprodução social e do modo de vida dos atingidos. *“O olhar dos planejadores (...) desprezou [nos dois casos] a dinâmica, as vivências, as práticas e experiências no/do lugar de moradia anterior ao deslocamento e, por conseguinte, as necessidades e o modo de vida dessas pessoas.”* (PENIDO, 2009, p. 81). Assim, as pessoas acabam sendo obrigadas a viver em um lugar planejado por técnicos que negligenciam o modo de vida das comunidades ribeirinhas atingidas.

E diante deste contexto de violação do direito à restituição da vida, os atingidos do meio rural que serão reassentados devido à destruição dos seus respectivos territórios pelo rompimento da barragem de Fundão tiveram o direito do *“Arrependimento”* negado. O direito ao arrependimento estava sendo reivindicado no âmbito das diretrizes de reassentamento, e o que foi homologado em juízo é que as famílias que tiveram suas casas reconstruídas antes da homologação do acordo terão o direito de escolher outra modalidade de reparação, pois o reassentamento familiar foi uma conquista posterior. Porém, os atingidos junto à assessoria reivindicavam o direito do arrependimento caso não se adaptar no novo local do reassentamento coletivo. *“Vamos começar do 0 (...) ir para o desconhecido”*. (M., atingida de Paracatu, anotações de campo, palestra sobre reassentamento, fevereiro de 2018). A expectativa para que o *“play”* na vida de fato se realize se dará somente quando as pessoas estiverem nos reassentamentos, e que não se pode afirmar que ocorrerá de fato a adaptação a mais uma transformação da vida. A luta desses três anos de intenso processo de negociação é para que a *“Nova Paracatu”* e o *“Novo Bento”*, sejam o resgate da autonomia, da vizinhança, dos quintais, das casas, das criações, das festas religiosas, da identidade dos grupos afetados. A adaptação nos futuros reassentamentos é algo que não se pode prever, afinal os próprios atingidos terão que se reinventar, as comunidades diante de todo o desastre sobre suas vidas não são mais as mesmas que eram antes ao dia 05 de novembro de 2015. As frustrações diante de todo o processo de negociação para o planejamento dos reassentamentos é algo que intensifica o sofrimento social das vítimas. E diante das oscilações de expectativas,

os atingidos são expostos a um cenário que oscila entre esperança, frustração, insegurança, cansaço, desesperança.

A seleção dos problemas que eu trouxe a respeito dos dois casos de reassentamentos foram a partir das reflexões que eu fiz ao ter acompanhado algumas das discussões, negociações de tais pontos no processo de negociação dos reassentamentos das comunidades de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues. E diante do cenário de *descaso planejado* é fundamental que não seja negado o direito ao *Arrependimento* reivindicado pelos atingidos junto a sua Assessoria Técnica.

### 3.3.2 “A conquista ainda não saiu do papel”

O desastre sob a vida dos atingidos já dura três anos, e em um continuado processo de vulnerabilização. O que foi conquistado através de lutas no processo de negociação com as rés, ainda não está efetivamente garantido, afinal os acordos para a reparação de perdas e danos, incluindo os reassentamentos, não se encontram ainda materializados. Com isso, os atingidos permanecem no cenário da incerteza.

“Para a Maria Geralda de antes, eu diria que tudo está muito diferente. Agora eu vivo preocupada, pensando quando vamos sair dessa. É muito sofrimento, muita dor, muito desespero. São três anos de angústia e sofrimento. Eu diria que essa marca nunca vai apagar, essa marca vai ser para sempre, mas a gente vai aprendendo com a vida.” (atingida de Paracatu de Baixo, Jornal A Sirene, novembro de 2018).

O direito à moradia digna foi estabelecido no âmbito das diretrizes de reassentamentos a partir de três elementos: *proteção*, que impeça novas remoções forçadas, sendo ligadas à segurança de posse; *liberdades*, que envolve o direito da privacidade da respectiva casas, além de ter a autonomia de escolher a própria residência, de ter liberdade de ir e vir; *garantias*, que envolve a restituição da casa, da terra e da propriedade, além da garantia da participação na tomada de decisões. (Cáritas, informativo: Diretrizes de Reparação ao direito à moradia, setembro de 2018). O parâmetro essencial das diretrizes de reassentamento é que a moradia adequada não se restrinja ao teto, mas sob o esteio dos critérios da ONU<sup>29</sup> (1991) se defina uma série de critérios a serem atendidos.

---

29 ONU - “moradia adequada (...) com condição de salubridade, de segurança e com um tamanho mínimo para que possa ser considerada habitável. Deve ser dotada das instalações sanitárias adequadas, atendida pelos serviços públicos essenciais, entre os quais água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo,

**“Segurança da posse:** a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças”.

**Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura:** a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

**Economicidade:** a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.

**Habitabilidade:** a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.

**Acessibilidade:** a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.

**Localização:** a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas.

**Adequação cultural:** a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991)” (Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013, p. 13).

Foram homologadas atualmente 78 diretrizes de reassentamento, e entre elas está o direito a ampliação de 20 m<sup>2</sup> em área da casa principal, caso for de desejo do núcleo familiar, como forma de compensação. (Jornal A Sirene, novembro de 2018). A autodeclaração também foi uma conquista dos atingidos, ou seja, a restituição está programada para que seja realizada de acordo com a declaração de cada atingido acerca de suas perdas e danos, e tais informações deverá ser encontrada no cadastro que foi revisado.

A Assembleia de aprovação do Projeto Urbanístico de Paracatu de Baixo aconteceu no dia 13 de setembro de 2018. Os atingidos estavam esperançosos com o fato de que depois de meses em oficinas e reuniões, enfim o projeto saiu e a expectativa era que se dê seguimento aos próximos trâmites para iniciar as obras no terreno. “*De uma escada, hoje estamos começando a subir o primeiro degrau*”, disse Romeu (atingido de Paracatu de Baixo, assembleia de votação, setembro de 2018). Na ocasião, o projeto não foi apresentado, porém me chamou a atenção (através de falas) o formato que está sendo planejado a Nova Paracatu a partir do discurso homogêneo de *comunidade sustentável*. O que pode acarretar na adequação da comunidade em perfil idealizado por técnicos, e seguindo criteriosamente legislações municipais e ambientais que desconsideram o fato de que espaços e recursos ambientais possam ter diferentes formas de uso sustentável. Sendo que “*já éramos ambientalistas [povo*

---

pavimentação e transporte coletivo, e com acesso aos equipamentos sociais e comunitários básicos (postos de saúde, praças de lazer, escolas públicas, etc.)” (MPPR, Direito a moradia, acessado 15/11/18).

de Paracatu], *eles que não estão enxergando isso.*” (Luzia, atingida de Paracatu de Baixo, seminário três anos, novembro de 2018).

Associar a noção de “sustentabilidade” à idéia de que existe uma forma social durável de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas significa ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento. (ACSELRAD, 1999, p. 79).

Como apresentado no capítulo 2, a campesinidade vivida em Paracatu de Baixo envolve formas peculiares de apropriação e usos do território e de seus recursos naturais, e que aos cuidados da comunidade nunca faltou nenhum recurso provido pela natureza. “*A gente só quer a vida da gente de volta*”. (disse Rosária no seminário três anos, novembro de 2018).

## CONCLUSÃO

O desastre do rompimento da barragem de Fundão evidencia o colapso da governança socioambiental do país, que legitima os *modos operandi empresarial*, e através da justificativa do desenvolvimento econômico negligencia ameaças sobre determinados grupos sociais. Com isso, a ocorrência de desastres não se trata de “evento”, “infortúnio”, mas sim de um “*processo de vulnerabilização*” (ACSELRAD, 2002) experimentado por determinados grupos sociais, que visibiliza a *indiferença social* (VALENCIO, 2009; 2014), principalmente, das instituições públicas que deveriam zelar pelos direitos e segurança da população. Assim, os desastres acabam por reforçar desigualdades sociais, e tratar a vulnerabilidade como uma condição do sujeito é retirar de pauta a discussão acerca dos mecanismos que o tornaram vulnerável e ainda invisibilizar os agentes causadores da tragédia (ACSELRAD, 2006).

O processo de vulnerabilização dos atingidos do desastre de Fundão perpassa por uma série de “*efeitos derrames*” (GUDYNAS, 2016), entre elas estão o *modus operandi empresarial* logo no início do processo de licenciamento ambiental de grandes obras. Ao identificar a “*dupla configuração*” praticados por empresas (mineradoras e de geração de energia), Santos (2014) aponta a “*economia da verdade*”, que através dos laudos técnicos é produzida formalmente uma legalidade e garante uma série de flexibilizações das normas ambientais nos processos de licenciamento. O risco do rompimento da barragem de Fundão já era de conhecimento tanto da esfera corporativa quanto dos órgãos públicos. A invisibilização das ameaças geradas por laudos técnicos, a falta da eficácia do monitoramento e a fiscalização das barragens evidenciam a *indiferença social*. Portanto, “o sistema de monitoramento apresenta limitações estruturais, associadas à incapacidade e à inação dos órgãos estatais em garantir níveis mínimos de segurança às populações e aos ecossistemas a jusante das barragens de rejeito em operação no estado.” (COELHO, et al, 2016, p.30).

As populações atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco desconheciam ou não tinham a noção da magnitude do risco a que eram submetidas. Nem mesmo em Bento Rodrigues (comunidade mais próxima da estrutura da barragem) havia Planos de Ações de Emergência e/ou sistema de alerta. Para estes moradores a mineradora assegurava estabilidade das estruturas. Foi subtraída a capacidade de autodefesa dos sujeitos, que diante a “onda de lama” tiveram que salvar as suas vidas e através de redes de solidariedade se

preocuparam também no salvamento uns dos outros. O “*dia do terror*” revela a vulnerabilidade dos grupos afetados, e visibiliza o que a modernidade criou: “*humanos e sub-humanos*” (SENA, 2016), pois a desumanização dos sujeitos está intrinsecamente articulada a negligência. E o desastre se perpetua na vida dos atingidos através dos desdobramentos do processo burocrático e consequentemente duradouro, intensificando o sofrimento social das vítimas (ZHOURI et al, 2016), em um cenário de contínua vulnerabilização (VALENCIO, 2009).

O brusco deslocamento compulsório provocou a ruptura da vida cotidiana, “solapando” o que conceitua Giddens (1991, apud VALENCIO, 2014) de *segurança ontológica*. Os atingidos estão vivendo no centro urbano de Mariana, que é um ambiente distinto aos modos de vida vivenciados anteriormente nas respectivas comunidades. A terra, o quintal, a horta, jardins e outras benfeitorias presentes em Paracatu de Baixo compunham o espaço cotidiano dos atingidos. As atividades da agricultura familiar camponesa eram predominantes na localidade, que através das dinâmicas de troca e reciprocidade do que era produzido reforçavam as relações de parentesco e vizinhança. A ruptura da vida na roça e seus costumes, além da distância entre parentes e vizinhos intensifica o sofrimento das vítimas, especialmente dos mais idosos, acarretando o ócio e que traz o sentimento de estar “*preso*” dentro de casa. A casa possui significados peculiares, e é também sinônimo de trabalho e autonomia. “*Vivemos em um lugar que não é nosso.*” (Maria Geralda, atingida de Paracatu de Baixo, Jornal A Sirene, nov. de 2018). E viver provisoriamente no ambiente urbano e ainda sob a reparação da Samarco (exemplo do cartão de auxílio-reparação) se configura na perda da autonomia. A ética do campesinato trazida por Klass Woortmann (1990), destaca que a terra, o trabalho, a família e a liberdade constituem a base do modo de vida camponês. Com isso, o sentimento dos atingidos é de “*pausa na vida*” vivendo provisoriamente em Mariana, além de estarem carregando mais uma carga, a do estigma (OLIVEIRA, 2018).

A desterritorialização repentina provocou múltiplas afetações na vida dos atingidos, porém não significou a ruptura dos laços com o território de morada. Os territórios de Paracatu e Bento são repletos de significados que correlacionam história, memória e identidade. E o “*Direito de Volta*” se dá, em especial, através das celebrações e festas religiosas tradicionais nas respectivas localidades, e assim, a religiosidade se constitui outra forma de resistência e ressignificação dos territórios. Em Paracatu de Baixo a resistência ou re-existência se dá também com a permanência de alguns atingidos, que não tiveram suas casas destruídas pela



lama, mas que vivem no território devastado nas tentativas de produção e reprodução dos modos de vida. Essa luta pela preservação dos respectivos territórios é uma forma de não apagá-los da memória coletiva dos grupos e também para que o desastre não seja esquecido, evidenciando as consequências do processo de vulnerabilização. Sena (2016) em seu trabalho acerca do desastre de Bhopal questiona em sua análise as *“demarcações de humanidade que definem a memória social”* (SENA, 2016, p. 116), ou seja, a memória social é seletiva, o sofrimento de determinados grupos localizados em países ‘periféricos’ tende a ser obliterado e esquecido. E a preservação da memória é de suma importância para que o desastre não seja apagado, pois *“a luta pela sobrevivência da memória não é separável da luta dos sobreviventes que, no presente, inventam gramáticas de dignidade e reconhecimento.”* (SENA, 2016, p. 144).

*“Nós estamos sendo atingidos todos os dias das nossas vidas”* (Rosária, atingida de Paracatu de Baixo, seminário três anos, novembro de 2018). Os atingidos são colocados na mesa de negociação desde os primórdios do desastre, em um violento processo do *“aprender a ser atingido”*, sob o esteio da *“harmonia coerciva”* (NADER, 1996). E já são três anos que desde o rompimento da barragem de Fundão e os direitos conquistados ainda não foram concretizados. Assim, a ruptura da reprodução social e do modo de vida permanece e a expectativa de dar o *“play na vida”* através do reassentamento é frustrante. O processo de reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo está sendo planejado sob a forma do *“descaso planejado”* (SCOTT, 2009), envolvendo o *“jogo do empurra”*. O planejamento do reassentamento está caminhando de forma a adequar a comunidade às legislações municipais e ambientais, desconsiderando os modos de vida e, portanto, ameaçando o direito à restituição integral da vida. O prazo previsto para que a Fundação Renova/empresas realizarem a entrega dos reassentamentos das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo é até 2019, porém a morosidade coloca os atingidos em um cenário de permanente incerteza.

Portanto, neste trabalho, busquei trazer o *processo de vulnerabilização* que provocou o rompimento da barragem de Fundão, destacando que o desastre não se restringe ao dia 05 de novembro de 2015, mas todos os dias da vida dos atingidos. Busquei compreender os modos de vida dos moradores de Paracatu de Baixo, para assim tentar trazer múltiplas afetações ocasionadas pelo desastre da Samarco sobre suas vidas. Os atingidos são *“atingidos todos os dias”* pela morosidade, descaso e *“jogo do empurra”* e a expectativa da autonomia de gerir a

própria vida encontra-se em um horizonte cada vez mais distante. A pesquisa me possibilitou ver que *“Entre o cansaço e a esperança”* (Jornal A Sirene, nov. 2018), os atingidos de Mariana permanecem na resistência de preservar a autonomia, os territórios de morada, a memória, a história, e que mesmo diante do cansaço continuam lutando para que a (re)construção da comunidade seja da forma que lhes devolvam de fato o *“play”* na *“pausa da vida”*.



Foto 7. Manifestação em frente ao fórum de Mariana, outubro de 2017.

Foto: Larissa Helena. Fonte: Jornal A Sirene, julho de 2018.

## **BIBLIOGRAFIA**

*Artigos, Capítulos, Livros:*

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 5, 2002, pp. 49-60.

ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, agosto de 2006.

ACSELRAD, Henri. **Lógicas e práticas sócio-políticas que ampliam a vulnerabilidade social: o papel da pesquisa**. II Seminário Nacional Psicologia em Emergências e Desastres. Lógicas e práticas sócio-políticas que ampliam a vulnerabilidade social. 2011. (Seminário). Acessado 03/09/2018. Disponível em:  
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/12/Vulnerabilidades - Henri Acelrad.pdf>

ACSELRAD, Henri. **Discursos da Sustentabilidade Urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Campinas, v. 1, n. 1, p. 79-9, maio/nov. 1999.

ALMEIDA, W. B. **Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: Uso comum e conflito**. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. São Sr. Pl.: Ed. UNESP, vol. 2, 2009.  
WOORTMANN, E. F. O sítio camponês. Anuário Antropológico, 81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

ANTONELLI, M. **Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura - La gestión del paradigma hegemónico de la "minería responsable y el desarrollo sustentable"**. In: SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. (eds.). Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales. Buenos Aires: Biblos, 2009.

APPADURAI, A. **Soberania sem territorialidade: notas para uma Geografia pós nacional**. Tradução do inglês: Heloísa Buarque de Almeida. Novos Estudos Cebrap, n° 49, nov.1977. São Paulo. Publicado originalmente em Yeager, P. (ed.). The geography of identity. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996, pp. 40-58.

AREOSA, João. **O risco no âmbito da teoria social**. VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais, saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa. 25 a 28 de junho. 2008.

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Atividades minerárias e conflitos ambientais e territoriais em Minas Gerais, Brasil.: Trajetória histórica**. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. (Orgs.). Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e Lutas Territoriais. São Sr. Pl.: Annablume, 2016.

COELHO, T. P., MANSUR, M. S., WANDERLEY, L. J., MILANEZ, B., SANTOS, R. S. P., PINTO, R. G., GONÇALVES, R. J. A. F. **Antes fosse mais Leve a Carga: Introdução aos Argumentos e Recomendações Referente ao Desastre da Samarco/Vale/Bhp Billiton.** (Cap. 1). ZONTA, MARCIO & TROCATE, CHARLES (Orgs). Antes fosse mais Leve a Carga: Introdução aos Argumentos e Recomendações Referente ao Desastre da Samarco/Vale/Bhp Billiton. A questão mineral no Brasil - Vol.2. Editorial iGuana, Outubro de 2016.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado.** ZONTA, M. & TROCATE, C. (Orgs.). A questão mineral no Brasil. Vol.1. Marabá: Editorial iGuana, julho de 2015.

ESTEVA, Gustavo. **“Desenvolvimento”**. In SACHS, Wolfgang (ed.). "Introdução" e “Meio Ambiente”. O Dicionário do Desenvolvimento. São Sr. Pl.: Editora Vozes, 2000.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo.** Edición Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. Traducción de Diana Ochoa.

GARCIA JÚNIOR, A. **A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 19, out., 2002.

GALIZONI, Flávia Maria. **“Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais”**. Tese de Doutorado UNICAMP. 2005.

GODEIRO, N., MOURA, E., SOARES, P., VIEIRA, V. **Vale do Rio Doce Nem tudo que reluz é ouro: Da privatização à luta pela reestatização.** GODEIRO, N. (Org). São Sr. Pl.: Editora Sundermann, 2007.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos en America de Sur: conceptos y sus efectos derrame.** ZHOURI, A.; BOLADOS, P. & CASTRO, E. (Orgs.) Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais. São Sr. Pl., Annablume, 2016.

LASCHEFSKI, K. **A luta sobre o significado do espaço. O campesinato e o licenciamento ambiental.** Geografias, v. 3, 2007.

LEROY, J. P. **“Justiça Ambiental”**. In Portal Mapa dos Conflitos Ambientais. Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt\\_analitico/LEROY\\_Jean-Pierre\\_-\\_Justi%C3%A7a\\_Ambiental.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/LEROY_Jean-Pierre_-_Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf)

LERRER, D. F., CARTER, M. **“Consenso de commodities”: semeando o conservadorismo político e des-democratizando o Brasil?** 41º Encontro Anual da Anpocs. GT19: O Rural no Brasil contemporâneo: questões teóricas e novos temas de pesquisa. 2017.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Serie Antropologia, n. 174. Brasília: departamento de Antropologia, 2002

LIMA, M. M. **Da construção do risco ao desastre que persiste: caso do rompimento da barragem de fundão**. Anais do I Congresso Mineiro de Direito Ambiental: Perspectivas e Desafios para a Proteção do Meio Ambiente. GAIO, D. & SILVA, L. R. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

MARTINEZ-ALIER, J. **Justiça Ambiental (local e global)** In: CAVALCANTI, C. (Org.) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Sr. Pl.: Cortez, 1999. p. 215-231.

MARTINS, L. M. **"NOSSA MORADA AQUI CABÔ" Mineração e deslocamento na comunidade de São José do Jassém, em Minas Gerais**. Monografia submetida ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharelado em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2014.

MILANEZ, Bruno & SANTOS, Rodrigo. **Neoextrativismo no Brasil? Uma Análise da Proposta do Novo Marco Legal da Mineração**. Revista Pós Ciências Sociais, vol. 10, n. 19, 2013, pp. 119-148.

MIRANDA, M. G., FRIEDE, R., RODRIGUES, A. C., ALMEIDA, D. S. **Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n2/1518-7012-inter-18-02-0003.pdf>. Acessado em: 26/05/2018.

NADER, L.. **"Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos"**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.9, n. 26, 1994.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** Versão sintética do artigo. Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena. Revista Nera, São Sr. Pl., v. 7, 2006.

OLIVEIRA, R. **Dividir em Comum: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha – MG**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

OLIVEIRA, R. **"A GENTE TEM QUE FALAR AQUILO QUE A GENTE TEM QUE PROVAR"** A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos

**moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte – MG**”. [tese]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais; 2014.

OLIVEIRA, R. **A lama e suas marcas: neoextrativismo e seus efeitos em um contexto de desastre**. Perfis Económicos Nº5, Julio 2018, pp. 77-103, ISSN 0719-756X.

PENIDO, M. O., PEREIRA, D. B., LAGES, A. **Contradições e Improvisações no trato dos atingidos de Novo Soberbo: Impasses e permanências**. ZHOURI, A. (org.). As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2011. Humanitas.

PENIDO, M. **Conflitos ambientais no reassentamento dos atingidos pela UHE Candonga/MG: O planejado e as (im)possibilidades de realização do lugar**. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Geografia. 2007.

PEREIRA, R. S., & MILANEZ, B. **A construção do desastre e a ‘privatização’ da regulação mineral: Reflexões a partir do caso do Vale do Rio Doce**. ZHOURI, A. (Org). Mineração, Violências e Resistências um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Editora Iguana – ABA 1ª edição. Marabá, PA, 2018.

REBOUÇAS, Lídia Marcelino. **O Planejado e o Vivido: O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**. São Sr. Pl.: Annablume, FAPESP, 2000. 194p

ROMERO, G. & MASKREY, A. **Como Entender Los Desastres Naturales**. Compilador : Andrew Maskrey. Los Desastres No Son Naturales. Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993.

ROSA, W. J. **O campesinato como modo de vida**. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.1, no2 jan-jun, 2012.p.98-107

SACHS, Wolfgangf (ed.). **“Introdução” e “Meio Ambiente”**. O Dicionário do Desenvolvimento. São Sr. Pl.: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, A., F., M. **Não se pode proibir, comprar e vender terra: Terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos**. VALENCIO, N., ZHOURI, A. (orgs). Formas de Matar, de Morrer e de Resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

SANTOS, Sônia M. S. B. M. **Lamento e Dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Université Paris 13, Belém do Pará, 2007 (capítulo 3).



SCOTT, P. **Negociações e Resistências Persistentes: Agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Editora Universitária UFPE, Recife, p. 137-154, 2009.

SENA, B., M. **Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória.** Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 116-148

SIENA, Mariana. **Do Risco Estrutural ao Desastre Persistente.** A Atenção Social nos Desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCAR, 2012.

SILVA, T. C. **Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia.** LEIBING, A. (org). Tecnologias do corpo: uma antropologia das medicinas no Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, T. C. **Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia.** LEIBING, A. (org). Tecnologias do corpo: uma antropologia das medicinas no Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, T. C. **As Celebrações, A Memória Traumática e os Rituais de Aniversário.** Revista Universidade Federal de Goiás (UFG), Pró-reitoria de Extensão e Cultura. [V. 9, n. 1 \(2007\)](#) Disponível em: file:///C:/Users/Larissa/Downloads/48157-201781-1-SM.pdf  
Acessado: 04/03/2018.

SVAMPA, M. «**Consenso de los Commodities**» y lenguajes de valoración en América Latina. Este artículo es copia fiel del publicado en la revista Nueva Sociedad No 244, marzo-abril de 2013, ISSN: 0251-3552.

VALENCIO, Norma. **Desastre como Prática Sociopolítica de Solapamento da Segurança Humana.** DO CARMO, Roberto & VALENCIO, Norma. Segurança Humana no Contexto dos Desastres. São Carlos, Editora RIMA, 2014.

VALENCIO, Norma. **Vivência de um Desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens.** VALENCIO, N. et al Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos, RiMA Editora, 2009.

<sup>2</sup>VALENCIO, Norma. **Da Morte da Quimera à Procura de Pégasu: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre.** VALENCIO, N. et al. Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos, RiMA Editora, 2009.

VAINER, Carlos B. **O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes.** IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: 2003. 23 p. Texto Mimeo.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno.** In: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, agosto, p.90-146, 1997.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17, Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. outubro 1996.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970: 13-34

WOORTMANN, E. **O Sítio Camponês.** Anuário Antropológico/81. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, 1983.

WOORTMANN, E. F. **O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações.** In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. São Sr. Pl.: Ed. UNESP, vol. 2, 2009.

WOORTMANN, K. **"Com Parente não se Neguceia" - O campesinato como ordem moral.** In: Anuário Antropológico/87. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1990.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., PAIVA, A. **Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais.** ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., PEREIRA, D., B. (Orgs). A Insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2005.

ZHOURI, A. & OLIVEIRA, R. **Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos.** ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., PEREIRA, D., B. (Orgs). A Insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2005.

ZHOURI, A. e OLIVEIRA, R. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização.** IN: A. Zhouri e K. Laschefski (orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. pp. 439-462.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K.. **Conflitos Ambientais.** Texto inspirado na Introdução do livro Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34. Síntese e revisão elaboradas por Laís Jabace Maia.

ZHOURI, A. **Introdução.** ZHOURI, A.; BOLADOS, P. & CASTRO, E. (Orgs.) Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais. São Sr. Pl., Annablume, 2016.



ZHOURI, A. e VALENCIO, N. **Apresentação**. ZHOURI, A. e VALENCIO, N. (Orgs). Formas de Matar, de morrer e de resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2014. 395 p. il. (Humanitas).

ZHOURI, A; VALENCIO, N; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; & SANTOS, A. F. **O Desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social**. ZHOURI, A.; BOLADOS, P. & CASTRO, E. (Orgs.) Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais. São Sr. Pl., Annablume, 2016.

ZHOURI, A; VALENCIO, N; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; & SANTOS, A. F. **O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social**. Ciência e Cultura, v. 68, n. 2, p. 36-40, 2016.

ZHOURI, A. **Introdução: Produção de conhecimento em um ‘campo minado’**. ZHOURI, A. (Org). Mineração, Violências e Resistências um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Editora Iguana – ABA 1ª edição. Marabá, PA, 2018

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R., ZUCARELLI, M., VASCONCELOS, M. **O Desastre no Rio Doce: Entre as Políticas de Reparação e a Gestão das Afetações**. ZHOURI, A. (Org). Mineração, Violências e Resistências um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Editora Iguana – ABA 1ª edição. Marabá, PA, 2018.

ZUCARELLI, M., C. **Efeitos institucionais e políticos dos processos de mediação de conflitos**. MILANEZ, B., LOSEKANN, C. (orgs). Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro, 2016.

ZUCARELLI, M., C. **A matemática da gestão e a alma lameada: Os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco** [tese]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais; 2018.

#### *Relatórios:*

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Direito à moradia adequada. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 76 p., il. **Por uma cultura de direitos humanos**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>. Acessado em: 25/11/2018.

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG). **Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental**. Novembro de 2016. Acessado em 03 de setembro de 2017. Disponível em:

<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/02/GESTA-UFGM-Parecer-sobre-Cadastro-Integrado-do-PLCI-Samarco-Synergia.pdf>

IBASE. **Mapa das Minas**. Rio de Janeiro: IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2013. 110p. Disponível em: < <http://ibase.br/pt/download/8354/> >. Acessado em 01/05/2018.

Instituto Prístino, 2013. **Laudo Técnico em resposta ao Parecer Único No 257/2013 - Descrição do fato: análise técnica referente à revalidação da licença operacional da barragem de rejeitos de Fundão – Samarco Mineração S/A**. IP. 082.2013, Belo Horizonte, 21 de outubro de 2013.

POEMAS (Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade). **Antes fosse mais Leve a Carga: Introdução aos Argumentos e Recomendações Referente ao Desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Relatório Final. Dezembro de 2015.

*Reportagens e outros:*

CERQUEIRA, Daniel & ALEIXO, Letícia. **Dois anos depois da tragédia em Mariana, as mineradoras continuam a comandar no Brasil**. *Jornal A Sirene*, 22 de outubro de 2017. Acessado em: 28/05/2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/justica/2017/10/22/dois-anos-depois-da-tragedia-em-mariana-as-mineradoras-continuam-a-comandar-no-brasil>.

DPH - Diálogos, propostas, histórias para uma cidadania mundial. **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS): Reconhecer a diversidade de ocupações existente na cidade permite integrar áreas tradicionalmente marginalizadas e melhorar a qualidade de vida da população**. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6767.html> Acessado em: 31/10/2018.

G1 MINAS GERAIS. **Veja lista de mortos e desaparecidos no rompimento de barragem em MG: Barragem da Samarco se rompeu no dia 5 de novembro. Tragédia causou 19 mortes; um corpo continua desaparecido**. 07/11/2015 - Atualizado em 15/06/2016. Acessado em 31 de agosto de 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFGM). **Cartilha Lugares de Direitos: Conhecendo o Licenciamento Ambiental**. 2018. Acessado em 21 de agosto de 2018. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/cartilha-gesta-UFGM-licenciamento.pdf>

*Jornal A Sirene*. Cotidiano. **A Nossa Luta**. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/cotidiano/2018/07/30/a-nossa-luta>. Acessado em 02/08/2018.

Jornal *A Sirene*. **O que é lazer para nós?** Cultura e Memória. Acessado em: 01/10/2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/cultura-memoria/2018/04/03/o-que-e-lazer-para-nos>

Jornal *A Sirene*. Moradia. **Vai reassentar Paracatu, mas como?** Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/moradia/2018/04/23/vai-reassentar-paracatu-mas-como>. Acessado em 24/10/2018.

Jornal *A Sirene*. Moradia. **“Ninguém consegue recomeçar a vida sem saber de onde”**. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/moradia/2017/12/15/busca-lugar-para-paracatu>. Acessado em 24/10/2018.

Jornal *A Sirene*. Moradia. **Reassentamento das comunidades atingidas? Até hoje nada!** Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/moradia/2017/11/17/reassentamento-das-comunidades-atingidas>. Acessado em 01/11/2018.

Jornal *A Sirene*. Moradia. **Entre o cansaço e a esperança**. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/cotidiano/2018/11/09/entre-o-cansaco-e-a-esperanca>. Acessado: 12/11/2018.

Jornal *A Sirene*. Moradia. **Reassentamento: aspectos jurídicos dos problemas causados pela Samarco/Fundação Renova**. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/direito-de-entender/2017/09/06/reassentamento-aspectos-juridicos-dos-problemas-causados-pela-samarcofundacao-renova>. Acessado em 01/11/2018.

Jornal *A Sirene*. Cotidiano. **“Entre o cansaço e a esperança”**. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/cotidiano/2018/11/09/entre-o-cansaco-e-a-esperanca>. Acessado em 15/11/2018.

Jornal *A Sirene*: Para não esquecer. Jornal. Edições: junho e setembro de 2016; Janeiro, fevereiro, julho, agosto, novembro e setembro de 2017; abril de 2018.

LOUISE, A. **Cinco são indiciados pelo rompimento de barragem e morte de três pessoas na zona rural de Itabirito**. *Jornal Hoje em Dia*. 16/12/2015 - 15h59 - Atualizado 05h19. Acessado em 31 de agosto de 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>

MAR DE LAMA NUNCA MAIS. **Relator propõe construção compartilhada de novo parecer para conciliar demandas e garantir nova legislação para o setor**. Julho de 2018. Acessado em: 30/08/2018. Disponível em: <http://www.mardelamanunca.com.br/acoes/movimentos-sociais-cobram-regras-mais-rigidias-para-barragens/>

MILANEZ, Bruno. **Entendendo a mineração — entre mitos e meias verdades**. Dec 21, 2017. Acessado em: 08/01/2018. Disponível em: <https://medium.com/@Comitemineracao/entendo-a-minera%C3%A7%C3%A3o-entre-mitos-e-meias-verdades-4ebf08bc70d3>

MORAES, R. **Observatório da UnB registra dois abalos perto de barragens de Mariana: Tremores de magnitude 1.5 e 1.8 aconteceram na madrugada desta terça. Rompimento na quinta causou enxurrada de lama; há 3 mortes confirmadas**. Acessado em: 20/08/2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/observatorio-da-unb-registra-dois-abalos-perto-de-barragens-de-mariana.html>

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **A tragédia 21 meses depois: nenhum tijolo em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo: Sucessão de erros, atrasos e enrolação é tática da Samarco para negar direitos em Mariana e gastar menos com os atingidos**. Publicado em sex, 04/08/2017. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/trag-dia-21-meses-depois-nenhum-tijolo-em-bento-rodrigues-e-paracatu-baixo-0>. Acessado em 25/10/18.

OLIVEIRA, N. **Minas já sofreu com outros rompimentos de barragens**. Jornal O Tempo, 05 de Novembro de 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/minas-ja-sofreu-com-outrosrompimentos-de-barragens-1.1159501>. Acessado em: 16 jan. 2018.

PARREIRAS, M. **Minas tem 50 barragens sem garantia de estabilidade, diz governo: veja a lista**. Jornal Estado de Minas, 07 de Janeiro de 2018, Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/07/interna\\_gerais,929234/minasgerais-tem-50-barragens-sem-garantia-de-estabilidade-veja-lista.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/07/interna_gerais,929234/minasgerais-tem-50-barragens-sem-garantia-de-estabilidade-veja-lista.shtml). Acessado em: 16 jan. 2018

PROJETO DE LEI No. DE 2016. **Estabelece normas de segurança para as barragens destinadas à disposição final ou temporária de rejeitos de mineração no Estado**. Acessado em: 30/08/2018. Disponível em: <http://www.mardelamanuncamais.com.br/wp-content/uploads/2016/04/projeto-de-lei-seguranca-barragens-1.pdf>

VILLELA, S. **Tragédia de Mariana: moradores sofrem com depressão e outros problemas de saúde**. Jornal Agência Brasil. Publicado em 03/11/2017. Acessado em 02/10/2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-11/tragedia-de-mariana-moradores-sofrem-com-depressao-e-outros-problemas-de-saude>